

VIII

Fórum Científico da Fema - Anais

de 13 a 15 de outubro

ISSN: 2446-4708



fema

Fundação Educacional do Município de Assis

SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2015 LUZ, CIÊNCIA E VIDA

Ciências Gerenciais, Comunicação, Direito, Enfermagem, Informática, Química



VIII

FÓRUM CIENTÍFICO DA FEMA – ANAIS



SEMANA NACIONAL
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2015
LUZ, CIÊNCIA E VIDA

COORDENAÇÃO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS – IMESA

OUTUBRO/2015

FICHA CATALOGRÁFICA

F745a Fórum Científico Fema (Mll.: 2015: Assis, SP)
Anais [recurso eletrônico] / VIII Fórum Científico Fema, 13,
13, 14, 15 out em Assis, SP. – Assis, Fema, 2015.

129 p.
ISSN: 2446-4708

Evento participante da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2015: Luz, ciência e vida. Realização: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Disponível em:
<http://www.fema.edu.br/index.php/forumcientificocat.html>

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. 3. PIC. I. Título

CDD 001.4

Dirigentes

Presidente do Conselho Curador

Ulysses Telles Guariba Netto

Diretor Executivo

Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Diretor do IMESA

Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Vice Diretora do IMESA

Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Coordenadores de Curso

Ciências Gerenciais

Prof. Me. João Carlos da Silva

Comunicação Social

Profa. Dra. Ana Luisa Antunes Dias

Direito

Prof. Me. Gerson José Beneli

Enfermagem

Profa. Me. Rosângela Gonçalves da
Silva

Informática

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza
Poletto

Química

Profa. Dra. Mary Leiva de Faria

Comissão Organizadora

Presidente

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza
Poletto

Coordenação Geral

Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Setor de Eventos

Elisângela Aparecida Congiu

Cepein

Centro de Pesquisas em Informática

Artes Gráficas

Agência Geração Propaganda/FEMA
Ministério da Ciência e Tecnologia

Foto da capa

Fernando Vieira

Revisão Textual e Diagramação

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza
Poletto

Profa. Dra. Márcia Valéria Seródio
Carbone

Prof. Me. Sidney de Paulo

SUMÁRIO

CIÊNCIAS GERENCIAIS

Relação da microeconomia com a contabilidade de custos:
um enfoque no sistema de custeio variável 11
Thiago Silva de OLIVEIRA e Ivantuil Antunes dos SANTOS

Administração de pessoas com foco em pessoas com deficiência motora: algumas soluções 13
Eleida Ferreira de LIMA

Sustentabilidade no setor supermercadista: um comparativo entre as alternativas existentes
para carregamento de compras no mercado brasileiro 14
Isabela ZANETTI e Prof. João Carlos da SILVA

A sustentabilidade na agricultura familiar – uma análise na região de Assis 15
Isabella dos Santos HENSCHERL e Prof. João Carlos da SILVA

COMUNICAÇÃO

Marketing digital no mundo da música – um estudo de caso da Separadus Banda 18
Ana Carolina Manfio Sperandio de PONTES e Prof. Paulo Sérgio da SILVA

Bigger on the inside: os caminhos criativos que fizeram de **Doctor Who** um seriado de sucesso 20
Ana Carolina Vergilio FALCÃO e Sidney de PAULO

A mídia nos Anos de Chumbo 21
Bruna de Oliveira ANDRADE

A influência das cores no consumidor de **fast food**: uma análise sobre o McDonald's 22
Diézes Oliveira SILVA¹ e Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA

A relação entre mídia e criança: análise de peças publicitárias voltadas ao público infantil 23
José Guilherme R. GAVA e Márcia V. S. CARBONE

O papel da propaganda na prevenção ao consumo de drogas 24
Kely Regina de Oliveira RIBEIRO e Leonice Martins Funari SIMÕES

A evolução do marketing e o impacto sobre os consumidores contemporâneos:
um estudo de caso da marca Dove 25
Dayane Natsumi Correia KAWAMURA e Livia M. Turra BASSETTO

Memória tv Fema: história em documentário 26
Roberto REIS, Willian Alessandro MARQUES e Ana Luisa Antunes DIAS

O uso do **Product Placement** na 12ª temporada de **two and a Half Men** 27
Mônica Monteiro TONELO e Leonice Martins Funari SIMÕES

Planejamento de comunicação: campanha de ativação do novo rótulo do vinho sem álcool la Domi 28
*Leonardo Leme de VASCONCELOS, Fagner Augusto Negrão da SILVA,
Rodrigo Silveira MARQUES, Mariana Favareto PAES e Paulo Sergio da SILVA*

O olhar científico na obra de Machado de Assis: o Alienista e a nova estética da razão 29
Juliana Mirele MESSIAS e Fabiano Rodrigo da Silva SANTOS

A representação feminina na cultura latina clássica **versus** a representação feminina
na cultura moderna em língua germânica 30
Juliana Mirele MESSIAS e Claudia Valéria Penavel BINATO

A publicidade e o consumidor pós-moderno: uma análise das estratégias da Coca-Cola

na Sociedade Líquida de Bauman.....	31
<i>Alessandra Seitz da SILVA e Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA</i>	
Uma análise sobre as interferências no processo de relação entre a publicidade e consumidor	32
<i>Augusto De Maio COSTA e David Lucio de Arruda VALVERDE</i>	
Campanha publicitária em comemoração aos 20 anos da empresa Sollus Agrícola	33
<i>Bruna Silveira CRISPIM, Fernando Vieira da SILVA, João Thiago Berta de ALMEIDA, Vinicius Bueno da ROSA e Gisele Maria da Silveira CONSTANTINO</i>	
Estruturação do marketing loja Bonita Bonita e Homem	34
<i>Ademir RICIERI Jr., Desiely Jheniffer S. PAULINO, Glauco Lucas de Lima FERNANDES, Jhonatan José dos SANTOS, Vítor Hugo Barroso dos SANTOS e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO</i>	
De 20 a 70: cantos e encantos de uma princesa	35
<i>Julia Raquel GONÇALVES e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO</i>	
Interativa FM: fortalecimento da marca.....	36
<i>Bianca Priscila de MELO, Gustavo CAMPANIN, Igor Matheus Barros SILVA, José Carlos CARRICONDO Jr., Jussara Nascimento Rodrigues da SILVA e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO</i>	
Manual de um mundo melhor: campanha institucional PENZE.....	37
<i>Alexandra SANCHES, Elana Cristini LUCA e Matheus Toledo PEREIRA e Márcia Valéria SERÓDIO</i>	
A intencionalidade da imagem fotográfica na mídia impressa	38
<i>Elias Vieira dos SANTOS e Luiz Fernando MARTINEZ</i>	
O potencial de mídia espontânea do Vocem de Assis.....	39
<i>Igor Matheus Silva BARROS e Lívia Maria Turra BASSETTO</i>	
Marketing 3.0: empresa e consumidor criando laços	40
<i>Dayane Natsumi Correia KAWAMURA e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO</i>	
Uma análise sobre os patrocínios nas camisas de futebol no Brasil	41
<i>Youssef Salim EL RAFIH e David Lucio de Arruda VALVERDE</i>	
Proposta de plano de marketing para programa "Sócio Torcedor Palmeiras" do interior	42
<i>Ruan Ribeiro Fernandes CRUZ e Paulo Sergio da SILVA</i>	
DIREITO	
Abuso sexual infantil: a construção da figura penal através da análise da presença do tema em obras literárias.....	45
<i>Laura Conde MORALES</i>	
Exceção de contrato não cumprido: paralelo entre contratos públicos e privados.....	46
<i>Elizete Mello da SILVA, Gerson José BENELI e Loriesse Maria Siqueira Bueno SILVA</i>	
Conceito legal de consumidor: uma análise sobre as teorias Finalista, MAXimalista e Mista	47
<i>Professor Me. Edson Fernando Pícolo de OLIVEIRA e Fábio Aragon LUCHETTI</i>	
A aplicabilidade do Código Penal à luz dos "trotes" nas universidades brasileiras	48
<i>Camila Silva CANDIDO e Me. Cláudio José Palma SANCHEZ</i>	
Empresa individual de responsabilidade limitada: aspectos polêmicos e eficácia.....	49
<i>Paolo Antonio Spera NETO e Prof. Me. Leonardo de GÊNNOVA</i>	
União poliafetiva – uma reflexão acerca da pluralidade de entidades familiares.....	50
<i>Deborah Costa Diniz AUGUSTO</i>	
Mães e filhos: a dignidade humana nas penitenciárias femininas	51
<i>Cecília Barchi DOMINGUES e Elizete Mello da SILVA</i>	

A efetividade da cidadania pelo exercício do voto: debates sobre o voto obrigatório e facultativo	52
<i>Reinaldo Ramos da SILVA, Dra. Elizete Mello da SILVA</i>	
Proposta e homologação da Colaboração Premiada na Lei Nº. 12.850/13: constitucionalidade à luz do Garantismo Penal	54
<i>Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti PEREIRA e Profa. Me. Maria Angélica Lacerda MARIN</i>	
A eficácia da Lei Maria da Penha.....	55
<i>Isabella Marinho FONTANA</i>	
A arbitragem nos contratos internacionais.....	56
<i>Letícia Tassi ALVES</i>	
Crimes virtuais - o cyberbullying, o Código Penal Brasileiro e a lacuna vigente	57
<i>Alecssandro Moreira LIMA</i>	
A (in) eficácia dos direitos sociais frente à Reserva do Possível e o Mínimo Existencial	59
<i>Bárbara Paes MANFIO</i>	
'In Dubio pro Réu' E 'In Dubio pro Societate' na sentença de pronúncia do Tribunal do Júri: análise dos princípios constitucionais que regem o instituto	60
<i>Gustavo Gomes SILVA</i>	
Desaposentação à luz da segurança jurídica.....	62
<i>Vinicius Sant'Ana VIGNOTTO</i>	
Uma visão contemporânea da teoria Dinâmica do Ônus da Prova	63
<i>Paulo Cesar Peron RAMOS</i>	
Cotas raciais nas universidades: estudo da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 186	64
<i>Mariana Salcedo VIANA</i>	
Arbitragem comercial internacional: uma análise histórica e sua inserção na cultura jurídica e empresarial brasileira	65
<i>Filipe Max de Oliveira SOUZA e Prof. Dr. Reynaldo CAMPANATT</i>	
O Tribunal do Júri: um estudo comparado	66
<i>Maria Carolina Wandekoken GRAZIOLI</i>	
Os sistemas jurídicos contemporâneos e Súmulas Vinculantes.....	67
<i>Maria Carolina Wandekoken GRAZIOLI</i>	
A efetividade da política de combate a drogas no Brasil na aplicação da Lei 11.343/06	68
<i>Bruno Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI</i>	
A possibilidade de testamento em benefício de prole eventual de concubina	69
<i>Vitor Guadanhin Pereira do CARMO e Jesualdo Eduardo de ALMEIDA Júnior</i>	
Políticas municipais ambientais em relação à usina de compostagem e reciclagem "José Santilli Sobrinho" na cidade de Assis	70
<i>Eduardo Guadanhin SOBREIRA</i>	
A inaplicabilidade do Direito Penal do Inimigo face à dignidade da pessoa humana	71
<i>Ricardo Bispo RAZABONI Junior, Claudio José Palma SANCHEZ e Jesualdo Eduardo de ALMEIDA Junior</i>	
A população carcerária e a reincidência	73
<i>Giovanna Fernanda Barreira GALLI</i>	
Diagnóstico análise dos atos infracionais na Vara da Infância e Juventude da comarca de Assis e redução da maioridade penal.....	74
<i>Amanda Cristine de SOUZA e Maria Angélica Lacerda MARIN</i>	

Judicialismo e a legitimidade democrática.....	75
<i>Lucas Cavalcanti Dias PEREIRA</i>	
O direito ao esquecimento e os princípios fundamentais do mrcio civil da internet.....	77
<i>Kely Francelino SOARES e Leonardo de GÊNNOVA</i>	
Pedofilia no âmbito da internet.....	78
<i>Bruna Grazielle LIMA</i>	
A cultura de privilégios e a democracia brasileira.....	79
<i>Heloisla Flory da Motta de SIQUEIRA e Elizete Melo da SILVA</i>	
ENFERMAGEM	
Atuação da enfermagem frente aos cuidados de idosos no Brasil.....	81
<i>Sabrina Pereira Campos TOZO e Maria José Caetano F. DAMACENO</i>	
O adoecimento psíquico do profissional de enfermagem no ambiente de trabalho: Burnout, uma revisão de literatura.....	82
<i>Fernanda Cenci QUEIROZ, Lygia Priscila Vieira de ANDRADE e Maria José Caetano F. DAMASCENO</i>	
Conhecimento dos discentes do curso de Enfermagem quanto ao protocolo ACLS.....	84
<i>Isabela Aparecida Moro da SILVA e Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI</i>	
Cuidados de enfermagem frente ao cliente com insuficiência cardíaca: utilização da teoria de Adaptação.....	85
<i>Priscila de Cássia Nunes FERREIRA e Caroline Lourenço Almeida PINCERATI</i>	
Classificação de risco segundo o Ministério da saúde: uma revisão literária.....	86
<i>Marianne Crispim AMADO e Caroline Lourenço de Almeida PICERATI</i>	
Tecnologia e inovação na clínica de enfermagem: implantação do software para o planejamento da assistência de enfermagem.....	87
<i>Débora de Oliveira GASPARIÑO, Adauto MATUZAKI, Rosângela Gonçalves da SILVA, Almir Rogério CAMOLESI, Regildo Márcio Gonçalves da SILVA e Luciana Pereira SILVA</i>	
Realidade dos serviços de urgência e emergência no Brasil: uma revisão bibliográfica.....	88
<i>Talita Ramirez Maia CELERE e Daniel Augusto da SILVA</i>	
A percepção dos enfermeiros atuantes nas unidades básicas de saúde frente ao seu atendimento a portadores de transtorno de Borderline.....	89
<i>Ana Paula Carvalho CASSIANO e Daniel Augusto SILVA</i>	
Transtorno de Borderline: compreensão dos alunos de enfermagem de uma instituição de ensino superior.....	90
<i>Ana Paula Carvalho CASSIANO e Luciana Pereira SILVA</i>	
Gestão na inserção do profissional da educação infantil.....	91
<i>Narayane Alves dos SANTOS e Luciana Pereira SILVA</i>	
A visão dos alunos de um curso de graduação em enfermagem em relação à importância da pesquisa científica nesta área.....	92
<i>Marli Coelho TEODORO e Daniel Augusto da SILVA</i>	
Assistência de enfermagem ao paciente submetido à gastroplastia: um estudo bibliográfico.....	93
<i>Gesiel MARQUES e Daniel Augusto da SILVA</i>	
Humanização em unidades básicas de saúde e o papel do enfermeiro.....	94
<i>Kaynan Assis CRUZ e Elizete Mello da SILVA</i>	
Psicoeducação como estratégia do sono em uma unidade de saúde.....	95
<i>Luciana A FERREIRA e Mariana Carolina Vastag R. OLIVEIRA</i>	

BIOSSEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	96
<i>Ana Carolina Antunes Ferreira PINTO e Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI</i>	

INFORMÁTICA

Plugins de apoio ao teste de mutação em aplicações móveis	98
<i>Joel Rodrigues Alvares LEAL e Guilherme de Cleve FARTO</i>	
Gamificação: a otimização das relações humanas para com a tecnologia	99
<i>Claudio Fazano GUAZELI Junior e Luiz Carlos BEGOSSO</i>	
Data Warehouse com integração de Business Intelligence	100
<i>Roger Pereira dos SANTOS e Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO</i>	
Um objeto de aprendizagem para o ensino de informática básica para a população idosa	101
<i>Alexandre RIBEIRO e Luiz Ricardo BEGOSSO</i>	
Algoritmo genético como solução para a movimentação de um braço robótico simulado.....	102
<i>Gustavo Henrique Neves SILOTO e Felipe Alexandre Cardoso PAZINATTO</i>	
Tecnologias ágeis para entrada de dados	104
<i>Victor Hugo Elias MATTOS e Luiz Ricardo BEGOSSO</i>	
Ferramenta para criação, validação e resolução de desafios lógicos textuais	105
<i>Diego Esmerio da SILVA e Almir Rogério CAMOLESI</i>	
Sistema gerador de comportamento humano afetado de erro	106
<i>Marcos Roberto A. MEDEIROS e Luiz Carlos BEGOSSO</i>	
Folheto online	107
<i>Ray Toti Felix de ARAUJO e Luiz Carlos BEGOSSO</i>	
Software para avaliação de classificação de alunos na disciplina de inglês técnico no primeiro ano de graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	108
<i>Matheus Congio GREGÓRIO e Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO</i>	
Aplicação do ambiente Kodu para alunos iniciantes em programação	109
<i>Alyne Dayana da Costa MASCARELI e Luiz Carlos BEGOSSO</i>	
A importância da qualidade da informação nos sistemas de informação	110
<i>Nicholas Antunes CINTO e Osmar Aparecido MACHADO</i>	
Linguagem para especificação de aplicações com base em redes de Petri Adaptativas.....	111
<i>Joel Rodrigues Alvares LEAL e Almir Rogério CAMOLESI</i>	
Segurança em rede wireless: um estudo de caso	112
<i>Juliana Barroso LOMILER e Fábio Éder CARDOSO</i>	
Sistema de gestão de pedidos para restaurantes e lanchonetes	113
<i>Junior Aparecido Rodrigues da CRUZ e Célio DESIRÓ</i>	

QUÍMICA

Avaliação da qualidade da água das nascentes urbanas de Assis/SP, por meio do IQA – Índice de Qualidade das Águas	115
<i>Victoria Pais JOSELINO e Patricia Cavani Martins de MELLO</i>	
Preparo e caracterização de filmes biodegradáveis reforçados com fibras de cana-de-açúcar	116
<i>Paula Consoli Ireno FRANCO, Mary Leiva de FARIA e Ana Paula BILCK</i>	
Estudo da incorporação de corantes naturais em nanocápsulas.....	118
<i>Fernanda Messias RODELLA e Sílvia Maria Batista de SOUZA</i>	

Extração e atividade antibacteriana do óleo essencial do cravo da Índia	119
<i>Fernanda Messias RODELLA, Mary Leiva de FARIA e Elaine Amorim S. MENEGON</i>	
Análise dos parâmetros físicos e químicos do Córrego da Fortuninha, Assis/SP.....	121
<i>Evaldo Quirino dos SANTOS, Vitorio dos SANTOS Junior, Marcio Alexandre da SILVA e Rafael Ribeiro da FONSECA</i>	
Índice de qualidade da água de fontes aquíferas no município de Assis	
<i>Edson Marcelino ALVES, Ramon Juliano RODRIGUES, Eutímio Gustavo Fernández NÚÑEZ, Tiago FIDEMANN e Caroline dos Santos CORRÊA</i>	
Estudo da incorporação de anfotericina B em membranas de látex.....	124
<i>Camila Eugenia dos REIS, Natan Roberto de BARROS, Rondinelli Donizetti HERCULANO e Silvia Maria Batista de SOUZA</i>	
Estudo da eficácia da amoxicilina incorporada em membranas de látex	126
<i>Camila Eugenia dos REIS, Rondinelli Donizetti HERCULANO e Gilcelene BRUZON</i>	
Aplicação de plantas para o tratamento de efluentes	127
<i>Jessica C. T. de OLIVEIRA e Gilcelene BRUZON</i>	
Alterações na qualidade físico-química e microbiológica de cenouras minimamente processadas, comercializadas em supermercados de Assis/SP.....	128
<i>Clarice Ribeiro da Silva SIERRA e Elaine Amorim Soares MENEGON</i>	



CIÊNCIAS GERENCIAIS

RELAÇÃO DA MICROECONOMIA COM A CONTABILIDADE DE CUSTOS: UM ENFOQUE NO SISTEMA DE CUSTEIO VARIÁVEL

Thiego Silva de OLIVEIRA¹ e Ivantuil Antunes dos SANTOS²

*(1,2)IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis – São Paulo – Brasil
thiegoaliveira@msn.com¹*

O ambiente econômico e social tem-se modificado profundamente nas últimas décadas, levando muitas empresas a adotarem novos modelos de gestão empresarial. A contabilidade tem o papel fundamental de suprir as necessidades de informações para a gestão empresarial.

Com base no postulado contábil da continuidade das empresas, é de grande relevância estudar quais as imposições que ocorrem ao setor microeconômico, para que a mesma venha obter um êxito no desempenho empresarial.

Em análise das bases de uma organização, ressaltamos fatores internos como os sócios, empregados, pró-labore, estrutura de custos/despesas e formação de preços. Já para os fatores externos, destacam-se clientes, concorrentes, fornecedores, bancos, investimentos, governo e setor microeconômico. Assim, origina-se o equilíbrio fundamental para a adimplência e conseqüentemente obter boas condições para a sociedade. As empresas devem estar sempre atentas aos custos, despesas, lucros e prejuízos, avaliando a capacidade da organização em apurar a margem de contribuição positiva junto aos seus produtos ou serviços, no intuito de alcançar a rentabilidade de acordo com o planejamento executado por seus gestores, considerando o cenário financeiro no setor microeconômico.

O trabalho tem como objetivo identificar se a contabilidade de custos gera impacto na apuração do resultado, utilizando o método de custeio variável e analisando o setor microeconômico no qual a empresa está inserida, adotando os princípios da oferta e demanda. Ao aplicar a estrutura do método de custeio variável para identificar se há maximização dos resultados, considera-se as variáveis que afetam o posicionamento empresarial em relação à oferta e a procura dos produtos e associa-se esse método às bases microeconômicas, no intuito de observar se existe um equilíbrio de mercado e a influência do sistema de custeio variável no setor microeconômico.

REFERÊNCIAS

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração*: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS COM FOCO EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA: ALGUMAS SOLUÇÕES

Eleida Ferreira de LIMA

*IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis – São Paulo – Brasil*

Atualmente, empresas com mais de 100 funcionários são obrigadas a admitirem pessoas com deficiência segundo a quota estipulada pelo Governo Federal de forma a contribuir com a entrada destas no mercado de trabalho ou realocar aqueles que se tornaram deficientes por causa de um acidente de trabalho, trânsito ou doméstico. Assim, é necessário que as empresas criem um espaço acessível. Para tanto, é disponibilizado pela ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas e pelas Normas Regulamentadoras diretrizes que servirão de orientação para que tais adaptações sejam feitas.

Por outro lado, as organizações precisam estar atentas à prática da Inclusão Social, adotando comportamentos e ações que visarão promover o conforto a esses novos colaboradores que, outrora, eram discriminados. Assim, há organizações que oferecem cursos de capacitação profissional para que deficientes sem experiência possam ocupar um cargo e estarem aptos para competir no mercado de trabalho. Contudo, é essencial que a empresa se esforce em ter um bom relacionamento com seus colaboradores, para que ambos (deficientes ou não) possam se sentir motivados a contribuir com a mesma, promovendo, desta forma, um ambiente agradável. Além disso, existem programas de apoio financeiro disponibilizado pelo BNDES a fim de que estas possam promover a acessibilidade para todos.

REFERÊNCIAS

Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Palácio do Planalto Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>. Acesso em 20 Fev. 2015.

NAMBU, Taís S. *Construindo um Mercado de Trabalho Inclusivo: Guia Prático Para Profissionais de Recursos Humanos*. 1 ed. São Paulo: SORRI-BRASIL. Brasília: CORDE, 2007.

WEINGRILL, CARMEN. et. al. *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*. 1 ed. São Paulo, INSTITUTO ETHOS, 2002

SUSTENTABILIDADE NO SETOR SUPERMERCADISTA: UM COMPARATIVO ENTRE AS ALTERNATIVAS EXISTENTES PARA CARREGAMENTO DE COMPRAS NO MERCADO BRASILEIRO

Isabela ZANETTI¹ e Prof. João Carlos da SILVA²

*^(1,2)IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis – São Paulo – Brasil
isabelazanetti@icloud.com¹*

Os impactos ambientais que sacolas descartáveis causam no meio ambiente são imensuráveis e incompatíveis com um futuro sustentável a longo prazo do nosso planeta. Não faz sentido que um produto que utiliza tantas matérias primas, água e energia para ser fabricado, seja descartado com o lixo. O fato das sacolas plásticas serem descartáveis, por si só, deve suscitar o esforço da sociedade para identificar alternativas.

O setor supermercadista, devido a sua representatividade no cenário nacional e mundial, assume um papel importante no movimento da sustentabilidade e deve disseminar princípios e valores na comunidade e na cadeia de abastecimento para sensibilizar e educar consumidores, colaboradores e fornecedores para adotar hábitos e práticas saudáveis.

O tempo de decomposição de uma sacola plástica é de até 500 anos. Cada brasileiro usa, em média, 880 sacolas por ano. Por hora, 1,5 milhão de sacolas são distribuídas no país.

Através de práticas sustentáveis, é possível fomentar a replicação de casos exemplares e movimentar a criatividade dos supermercados para realizar iniciativas semelhantes por todo Brasil. Os consumidores já estão enraizados culturalmente a utilizar sacolas plásticas em suas idas aos supermercados, cabe aos supermercadistas adotarem meios para influenciar seus clientes a utilizar outras alternativas mais sustentáveis para o carregamento de suas compras.

REFERÊNCIAS

- [1]. AMADEU JUNIOR, A; FELMAN, J.; MACEDO, L. C. *A mobilização do setor varejista para a responsabilidade social: Varejo socialmente responsável*. Porto Alegre, Bookman, 2008. Cap. 1, p. 15-32.
- [2]. BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo, Saraiva, 2007. P. 382.
- [3]. LEWIS, David e BRIDGES, Darren. *A alma do novo consumidor*. São Paulo, M. Books, 2004.

A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA ANÁLISE NA REGIÃO DE ASSIS

Isabella dos Santos HENSCHEL¹ e Prof. João Carlos da SILVA²

*^(1,2)IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis - SP – Brasil
isa_henschel@hotmail.com¹*

O presente trabalho consiste em observar quais os estímulos que são oferecidos à agricultura para a produção sustentável, onde serão analisados os dados do município de Assis - SP e também um comércio pujante que atrai consumidores de toda região Centro Oeste Paulista.

A agricultura familiar foi escolhida pela Organização das Nações Unidas como temática central para 2014. No Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa em torno de 74% do total das ocupações distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para populações urbanas, locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional.

A pesquisa visa também analisar o estímulo à produção autônoma de forma sustentável no sentido de fortalecer e valorizar o segmento.

Portanto, a conscientização ambiental das pessoas ligadas à agricultura familiar e dos seus agentes especializados na área, produz novos conhecimentos referentes ao uso correto dos recursos naturais na agricultura.

Sabemos que a agricultura familiar é o celeiro de uma nação, pois gera emprego, renda e riqueza para o país.

No ano dedicado à agricultura familiar, a pesquisa está focada na meta de fortalecer as ações voltadas para o bom uso da agro biodiversidade dos ecossistemas e para o estímulo à produção autônoma e sustentável dos agricultores familiares.

Portanto, o cenário exige a construção de políticas públicas, considerando as contribuições da agricultura familiar para a produção sustentável de alimentos no Brasil e no mundo e as soluções para o enfrentamento dos desafios deste cenário futuro.

O propósito do projeto é de contribuir de maneira relevante com a comunidade onde estamos inseridos.

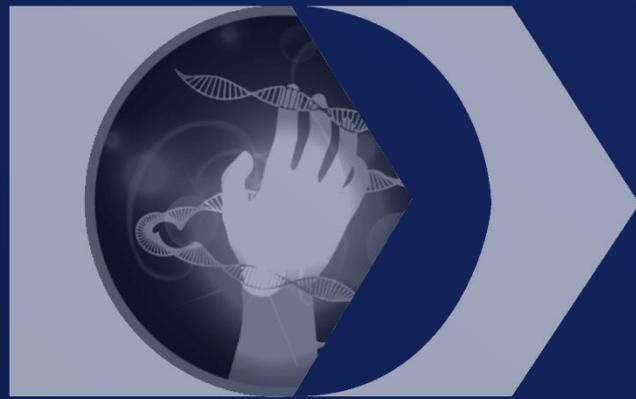
REFERÊNCIAS

Alta do PIB agropecuário mostra força do setor, diz Mendes. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2012/11/alta-do-pib-agropecuaria-mostra-forca-do-setor-diz-mendes>>. Acesso em. 29/11/2014

DAL SOGLIO, Fábio. *Agricultura e Sustentabilidade* / Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 152 p.

Organização das Nações Unidas – ONU, 1987. Disponível em: <http://www.infoescola.com/administracao_/definicoes-de-sustentabilidade/>. Acesso em 03/12/14.

VINCIGUERA, ANA PAULA; *Agricultura Familiar – Uma Análise do Pequeno Produtor Rural no Município de Assis S/P.*



COMUNICAÇÃO

MARKETING DIGITAL NO MUNDO DA MÚSICA – UM ESTUDO DE CASO DA SEPARADUS BANDA

Ana Carolina Manfio Sperandio de PONTES¹ e Prof. Paulo Sérgio da SILVA²

^(1,2)IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis – São Paulo – Brasil

A divulgação de uma marca requer estratégias por parte das organizações, seja no relacionamento direto, pessoal, seja no virtual. Para tanto, há que se investigar, analisar e implementar estratégias que busquem a eficiência dessa divulgação.

O marketing digital é uma ferramenta que vem sendo explorada a cada ano, principalmente pelo mundo da música. Mas é pouco explorado, ou, muita das vezes, usado de maneira errada, criando vários perfis em redes sociais, ou excesso de conteúdo.

Para obter um relacionamento com o público, é necessário chamar a atenção das pessoas, produzindo propagandas com conteúdo de qualidade e mantendo um relacionamento diário com o público.

Na Internet, conteúdos maçantes e milhões de propagandas não surtem um efeito positivo para os leitores, pois no meio digital, é muito fácil não ler, basta fechar a página, apagar a mensagem, trocar o site. [1] Conhecer o que seu público alvo gosta e seus desejos, não é perda de tempo nem dinheiro, é um investimento. A Tabela 1, a seguir, mostra as ferramentas do marketing digital e suas descrições a fim de entendermos melhor:

Estratégia do Marketing Digital	Descrição
Marketing de conteúdo	Baseada nessa ferramenta geramos conteúdo de qualidade e que chame a atenção do público. O marketing de conteúdo se trata basicamente da geração de conteúdo em um site.
Marketing nas mídias sociais	As mídias sociais são um tipo de mídia muito importante para qualquer tipo de estratégia ou ação de marketing. Hoje no Brasil cerca de 80% dos internautas ativos estão inseridos em alguma rede social
E-mail Marketing	Quando bem estruturado o e-mail marketing é uma poderosa ferramenta, onde dentro do site deve possuir uma área própria para cadastro do e-mail do cliente. As ações do e-mail marketing devem ser voltadas para o envio de informativos regulares e de promoções aos clientes cadastrados nos bancos de dados da organização.
Marketing Viral	O marketing viral é usado para propagar a marca entre os consumidores através de ações que trabalham as emoções e motivações do público alvo. Uma das grandes vantagens do marketing viral é o efeito multiplicador da comunicação, permitindo que milhares de consumidores tenham acesso a marca através da recomendação de outros consumidores.

Pesquisa on-line	A pesquisa on-line visa conhecer o perfil do consumidor/público e entender melhor suas necessidades e motivações. Ela ainda permite conhecer melhor o mercado em que está inserido e os concorrentes, criando a inteligência competitiva da marca e é considerada a base de qualquer atividade do marketing.
Publicidade on-line	Na internet a publicidade ajuda a dar maior exposição a marca, com a criação de ações específicas de publicidade, como banner, links patrocinados, vídeos.

Tabela 1: Descrição das estratégias de Marketing Digital

Por fim, para unir todas as estratégias supracitadas e permitir que se otimizem recursos e ações, o monitoramento é fundamental. Com eles podemos estabelecer métricas e metas para o trabalho do marketing digital.

Esse monitoramento mede acesso em blogs e sites, das mensagens de e-mail e SMS, dos vídeos e *widgets* nas ações virais, na visualização e dos "cliques" em banners, na coleta e na comparação de informações da publicidade on-line.

Para começar o estudo de caso foi feita uma entrevista junto aos integrantes da banda, para definir o que seria feito, e qual era a história da banda, a fim de poder traçar metas, estratégias, e assim alcançarmos um resultado satisfatório ao fim do estudo.

O marketing musical é uma ferramenta que tem a função de criar e gerenciar conteúdos, serviços e produtos derivados do trabalho musical (ex.: composição, CD, Show, MP3), de forma a satisfazer as necessidades do artista, como compor, tocar, vender e ser reconhecido. Existem seis tipos de necessidades e interesses que as pessoas encontram na música: Necessidade de lazer; Necessidade de identidade; Necessidade de relacionamento; Necessidade de estima; Necessidade de crescimento; Necessidade de liberdade [2].

O objetivo dessa pesquisa é mostrar como o marketing digital pode ser usado para a divulgação de pequenas bandas de diversos gêneros (inclusive gospel).

Assim, este estudo, alinhado com as tendências de mercado atuais, postula a hipótese de que as organizações, aplicando os conceitos e técnicas utilizadas pelo marketing digital, podem divulgar, melhorar e ampliar a qualidade do relacionamento na internet, com relação a uma marca.

Com esse estudo entendemos, identificamos e aplicamos o marketing digital e suas ferramentas na divulgação e propagação de uma marca "Separadus Banda", tomando-a mais conhecida e analisamos resultados provenientes pela implantação dessas ferramentas.

REFERÊNCIAS

- [1]. Torres, Claudio. *A bíblia do marketing digital*. São Paulo: Editora Novatec, 2009.
- [2]. Kamp, Cinthia V. *Faça da sua música um negócio*. Brasília, 2004.

BIGGER ON THE INSIDE: OS CAMINHOS CRIATIVOS QUE FIZERAM DE DOCTOR WHO UM SERIADO DE SUCESSO

Ana Carolina Vergilio FALCÃO¹ e Sidney de PAULO²

^(1,2)IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis – São Paulo – Brasil
anacarolfalcao@hotmail.com¹, sidneydepaulo@femanet.com.br²

Este trabalho tem por objetivo, a partir de análises narrativas, identificar características criativas que fizeram com que o seriado britânico de ficção científica *Doctor Who* conquistasse as telas do mundo todo ao longo de seus 53 anos de existência.

Ao partirmos da pergunta: qual a fórmula necessária para dar continuidade em uma história por tanto tempo, observaremos as principais características do universo ficcional criado para *Doctor Who*, como personagens e arcos dramáticos, que contam com criações nas mais diversas mídias (televisão, livros, histórias em quadrinhos, *podcasts*, entre outros), capazes de agradar ao público em um nível no qual este consiga fazer parte daquela experiência como se fosse realidade.

Apresentaremos, também, uma evolução visual e tecnológica da série que, desde 1963, passou por mudanças extremas em seus processos de roteirização, produção e divulgação.

Doctor Who foi e ainda é um seriado de sucesso, tanto na Inglaterra quanto ao redor do mundo. Premiado 2 vezes pelo *Guinness World Records*, a série conquista admiradores no mundo da música, como Iron Maiden e Pink Floyd, além de contar com referências espalhadas pelo mundo da cultura popular.

REFERÊNCIAS

PELEGRINI, Hugo C.; NEMETH, Priscila. *Vale a pena ver de novo*: a complexidade narrativa do episódio Blink da série Doctor Who e a reassistibilidade. São Paulo: PUC-SP; 2012.

HEARN, Marcus. *Doctor Who: The Vault: Treasures From The First 50 Years*. 1ed. Nova York: Harper Collins Publishers, 2013.

COMPARATO, Doc. *Da Criação ao Roteiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

LOPES; MUNGIOLI. *O universo narrativo de latitudes*: A reassistibilidade como estratégia de transmediação. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Revista Geminis, ano 5, nº 2, p. 253.

A MÍDIA NOS ANOS DE CHUMBO

Bruna de Oliveira ANDRADE

*FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis
IMESA – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
bruna.oliveira.andrade@live.com*

O presente trabalho visa analisar, através de pesquisa em livros, a verdadeira função da Mídia nos anos da Ditadura Militar Brasileira (com ênfase nos anos de chumbo – 1968 a 1974). Sabemos que, nesses anos, com a instauração do AI-5, tudo era censurado, exceto se a influência da mídia era grande. Ou era aliada dos militares e agiam como eles queriam, ou nada contra o governo seria publicado. O único que não cedeu foi *O Pasquim*.

Será discutida a renúncia de Jânio Quadros, a queda de João Goulart (com ajuda dos Estados Unidos), Comunismo, Marxismo e, claro, uma análise aprofundada sobre as ações da Imprensa.

Sabemos que parte dos crimes cometidos nessa época sombria da Democracia Brasileira (que durou 21 anos) foram encobertos e os responsáveis não foram devidamente punidos.

REFERÊNCIAS

50 anos do golpe: A Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2014.

KUSHNIR, beatriz. *Cães de Guarda- Jornalistas e Censores: do Ai-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

SCHRODER, Kim. VESTERGAARD, Torben. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

GASPARINI, Elio. *A ditadura envergonhada*, vol. 1 As ilusões amadas, São Paulo: Cia das letras, 2002.

MARK, Karl. *O capital*, Livro 1, Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

A INFLUÊNCIA DAS CORES NO CONSUMIDOR DE *FAST FOOD*: UMA ANÁLISE SOBRE O MCDONALD'S

Diézes Oliveira SILVA¹ e Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

diezes1993@gmail.com¹, daniellectbarboza@femanet.com.br²

No mundo atual, complexo e dinâmico, o consumidor é compreendido como soberano e as empresas competem o tempo todo pela sua preferência. Por isso, as empresas buscam compreender o que levam as pessoas a consumirem determinados produtos e serviços, como também frequentarem determinados ambientes. Compreendendo que existem vários fatores que influenciam o comportamento dos consumidores e, que dentre eles, encontra-se a influência psicológica, afetando diretamente a percepção dos indivíduos, o presente trabalho busca mostrar a influência das cores na decisão de compra em empresas de *fast-food*. Entendendo os significados das cores, as marcas, os produtos e o *layout* da empresa podem ser construídos com a intenção de influenciar diretamente a percepção do consumidor e automaticamente sua decisão de compra. Para a publicidade, o significado das cores é fundamental, para provocar no consumidor as emoções necessárias para o desejo de buscar o produto anunciado e promovido. Em suma, o trabalho apresenta um histórico sobre a influência das cores, estudos sobre o comportamento do consumidor e os fatores que o influenciam, e finaliza com uma análise sobre as cores utilizadas no McDonald's.

REFERÊNCIAS

FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 4. ed. São

FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 6. ed. São

GUIMARAES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3. ed. São Paulo. Annablume. 2004.

SAMARA, Beatriz Santos e MORSCH, Marco Aurélio. *Comportamento do Consumidor*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E CRIANÇA: ANÁLISE DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS VOLTADAS AO PÚBLICO INFANTIL

José Guilherme R. GAVA¹ e Márcia V. S. CARBONE²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
joseguilhermegava@gmail.com¹, marciacarbhone20@gmail.com²*

Pensar em infância e em publicidade nos leva a pensar, necessariamente, sobre quem é essa criança que, em pleno século XXI, tem sido o público-alvo de tantas campanhas tão bem elaboradas para, justamente, apanhá-la em suas vulnerabilidades típicas da idade. A questão que se impõe é a seguinte: qual a maturidade que um ser em formação tem para discernir entre o que lhe seduz e aquilo de que realmente necessita, tendo em vista o alto nível de peças publicitárias que têm como objeto os pequenos. Outra indagação que nos vem à mente é o fato de que, como é do conhecimento de todos, principalmente dos publicitários, as crianças, por si só, não têm poder aquisitivo para decidir ou não sobre a compra de um bem ou serviço. Na verdade, as crianças, uma vez, "fisgadas" pelo desejo que a publicidade lhes desperta, vão repetir o mesmo percurso de manipulação em relação aos pais. Aí se impõe outro problema: a equação entre o poder aquisitivo e o limite para consumir. A educação, o diálogo, a reflexão, é que podem, sim, possibilitar uma mudança comportamental na direção de atitudes mais éticas com relação ao tema proposto para esta pesquisa, tanto no que diz respeito aos produtores das peças publicitárias quanto aos pais. Objetiva-se, com este estudo (ainda em andamento), realizar uma análise sobre a relação existente entre infância e publicidade, bem como os valores e crenças aí implícitos.

REFERÊNCIAS

- BUCKINGHAM, D. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. Edições Loyola: São Paulo, 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. São Paulo: Graphia, 2002.
- VESTERGAARD, T; SCHRODER, K. *A linguagem da propaganda*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O PAPEL DA PROPAGANDA NA PREVENÇÃO AO CONSUMO DE DROGAS

Kely Regina de Oliveira RIBEIRO¹ e Leonice Martins Funari SIMÕES²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
kelyreginaribeiro@hotmail.com¹, leonicemartins325@hotmail.com²*

As Campanhas Sociais são divulgadas com a finalidade de prevenir, motivar e conseguir que a população se conscientize dos fatos que se sucedem, conseguindo assim que o indivíduo mude de comportamento. Temos como exemplo campanhas sociais contra drogas, consumo de álcool e tabaco, câncer de pele entre outras. Segundo Sampaio (1999) "a propaganda é uma das grandes formadoras do ambiente cultural e social de nossa época. Isso porque trabalha a partir de dados culturais existentes, recombina-os e remodelando-os". Sabendo do benefício destas campanhas e também sabendo que a droga (segundo a OMS [Organização Mundial da Saúde] é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, causando alterações em seu funcionamento), e que hoje faz parte do cotidiano de muitos seres humanos e da realidade social, trazendo problemas tantos de saúde como sociais; o objetivo então deste trabalho é mostrar que a Propaganda Social pode ajudar na prevenção ao uso e ao consumo de drogas. Sabemos que uma das melhores formas de prevenir o uso de drogas é informando bem a população sobre o assunto, mostrando suas causas, consequências e efeitos. Enfim, quase todos os modelos de prevenções dependem da informação.

REFERÊNCIAS

MALANGA, Eugênio. *Publicidade, uma Introdução*, 1987, Edima- SP.

PINHO, José Benedito. *Propaganda Institucional- Uso e Funções da Propaganda em Relações Públicas*, 1990, Summus- SP.

SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z: Como usar a propaganda para construir marcas e empresas desucesso*, 1999, Campus ABP-RJ.

A EVOLUÇÃO DO MARKETING E O IMPACTO SOBRE OS CONSUMIDORES CONTEMPORÂNEOS: UM ESTUDO DE CASO DA MARCA DOVE

Dayane Natsumi Correia KAWAMURA¹ e Lívia M. Turra BASSETTO²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
daykawamura@gmail.com¹, liviamtb@hotmail.com²

O presente trabalho tem como foco o estudo da evolução do marketing ao longo dos anos na visão do autor Philip Kotler, que o classificou de acordo com três fases, o Marketing 1.0, 2.0 e 3.0. Assim, analisamos o impacto do Marketing 3.0 sobre os consumidores, já que nos últimos anos os profissionais de marketing estão adotando esse novo conceito para o mercado. Diante disso, a marca *Dove* foi escolhida para análise, pois, ao longo dos anos, ela vem desenvolvendo campanhas que acompanham as estratégias propostas desde o Marketing 1.0 ao Marketing 3.0, sendo as estratégias deste último aplicadas atualmente pela marca, que traz como conceito a "Real beleza das mulheres". Desse modo, através do questionário feito para algumas consumidoras, buscamos saber como a marca *Dove* vem desempenhando um papel de importância na publicidade, influenciando suas consumidoras através dos anúncios ao longo dos anos e fazendo com que elas se lembrem da marca e de seus comerciais.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip. *Marketing 3.0: As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano*. São Paulo: Campus, 2010.

_____. *Marketing de A a Z: 80 Conceitos Que Todo Profissional Precisa Saber*. São Paulo: Campus, 2003.

ROCHA, Everardo. *Magia e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEMÓRIA TV FEMA: HISTÓRIA EM DOCUMENTÁRIO

Roberto REIS¹, Willian Alessandro MARQUES² e Ana Luisa Antunes DIAS³

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil

²Publicidade e Propaganda – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP - Brasil

*³Professora Me. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
robertoreis@hotmail.com¹, willian_marques_8@hotmail.com²,
antunesdias@femanet.com.br³*

Ao longo de seus 16 anos de história, a TV FEMA evoluiu tanto em espaço físico e tecnológico quanto no conteúdo de sua programação. O presente trabalho surgiu da seguinte problematização: "como é possível a história de um veículo de comunicação, importante para a instituição, comunidade local e também regional, não ser documentada?". Segundo o acervo da biblioteca da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, o último trabalho escrito que envolveu a TV FEMA data de 2004, logo, são 11 anos sem dados atualizados da mesma. Portanto, o presente estudo, objetiva registrar, em formato de documentário, a história da TV FEMA por meio de depoimentos de pessoas que participaram da implantação e da evolução deste veículo de comunicação. Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento e compreende Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Edgard Ribeiro. *História da TV Brasileira* (coleção cadernos de pesquisa Centro Cultural São Paulo). São Paulo, 2008.
- CARVALHO, Márcia. *O documentário e a prática jornalística*. Revista PJ:BR (Jornalismo Brasileiro). Edição 07 – 2º Semestre de 2006 - USP
- DIZARD, Wilson. *A Nova Mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo, 2005.
- FIOCHI, Letícia da Costa Quinterno; MAYORAL, Tadeu. *O perfil das TVs Universitárias no Brasil*. Assis, 2008.

O USO DO *PRODUCT PLACEMENT* NA 12ª TEMPORADA DE *TWO AND A HALF MEN*Mônica Monteiro TONELO¹ e Leonice Martins Funari SIMÕES²¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil²Professora. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
monicamtonelo@gmail.com¹, leonicemartins325@hotmail.com²

Em inglês *merchandise* significa mercadoria, logo, em português seria algo como *mercadização*, mas essa tradução não corresponderia precisamente a atividade que é e como é conhecida. *Merchandising* ou *merchan* é a promoção no ponto de venda no qual o produto é exposto de forma que chame a atenção do consumidor para a compra e é focado totalmente nisso. Nos Estados Unidos, a nomenclatura correta para merchandising é *productplacement*. Essa prática é constituída por uma combinação de dois termos provenientes de *advertising* (publicidade) e *entertainment* (entretenimento). No Brasil, merchandising é facilmente confundida com *productplacement* já que toda e qualquer inserção publicitária é conhecida como merchandising. Já o *productplacement* tem como função inserir sutilmente um produto em determinada cena, seja ela no contexto ou como parte do cenário de filmes, novelas, programas de tv e seriados, assim atingindo muitas pessoas ao mesmo tempo. Não é de hoje que as marcas expõem seus produtos ou serviços em programas de tv. Percebe-se que, normalmente, ao término ou intervalo de determinado programa o telespectador muda de canal perdendo assim os comerciais que empresas gastaram milhões para produzir e chegar até seu público. Nota-se então uma grande oportunidade: inserções publicitárias. Assim, para a conclusão deste trabalho será averiguado se a inserção publicitária atingiu e se foi percebida pelo público, e identificar como o *productplacement* é inserido na cena e ponderar se interferiu ou não com decorrer da história.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Sebastião Nelson; NATALI, Marcos. *Merchandising na Prática*. São Paulo: STS Publicações e Serviços Ltda, 1998.PORTAL AZ, Disponível em <http://www.portalaz.com.br/coluna/blimp/217096_merchandising_x_product_placement.html>REGINA BLESSA, Disponível em <<http://www.blessa.com.br/merchandising/origem/>> Acesso em 27 de março de 2015

PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO: CAMPANHA DE ATIVAÇÃO DO NOVO RÓTULO DO VINHO SEM ÁLCOOL LA DORNI

Leonardo Leme de VASCONCELOS¹, Fagner Augusto Negrão da SILVA², Rodrigo Silveira MARQUES³, Mariana Favareto PAES⁴ e Paulo Sergio da SILVA⁵

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Professor Dr. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

leoleme87@hotmail.com¹, fagner@alphaeditora.com.br², rodrigorolds@hotmail.com³, favaretomariana@gmail.com⁴, paulo@3tons.com.br⁵

Este trabalho de conclusão de curso refere-se a uma campanha publicitária que tem como foco o produto vinho sem álcool. Ele nos dá a oportunidade de aplicar todas as técnicas aprendidas durante o período de graduação. Usando as mais variadas ferramentas de marketing e estratégias aplicadas no mercado nacional. Com alguns conceitos e anos de pesquisa, em 2.000, nasceu cientificamente o vinho sem álcool, tendo suas propriedades confirmadas pela primeira vez pelo departamento de Alimentos e Bebidas da Universidade Estadual de Londrina, UEL. A finalidade em si da empresa, é a necessidade de um *redesign* da embalagem do vinho sem álcool, sua reposição no mercado sem alavancar a queda de vendas e/ou esquecimento do produto pelo consumidor e eliminar o comparativo entre o vinho e os sucos de uva integral existentes no mercado.

REFERÊNCIAS

BARBAN, Arnold M., CRISTOL, Steven M., KOPEC, Frank J. *A essência do planejamento de mídia*. São Paulo: Nobel, 2001.

GIOIA, Ricardo M. et al *Marketing: Perspectivas e Tendências* 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

GOODRICH, William B., SISSORS, Jack Z. *Praticando o planejamento de mídia*. São Paulo: Nobel, 2001.

JONES, John Philip. *A publicidade como negócio*. São Paulo: Nobel, 2002.

KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. *Administração de Marketing* 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

O OLHAR CIENTÍFICO NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS: O ALIENISTA E A NOVA ESTÉTICA DA RAZÃO

Juliana Mirele MESSIAS¹ e Fabiano Rodrigo da Silva SANTOS²

^(1,2)Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho
Avenida; Dom Antônio nº 2100 – Assis-SP
jumirele@yahoo.com.br¹

Joaquim Maria Machado de Assis imortal que não temos a obrigação de apresentá-lo nos trabalhos acadêmicos, expoente grandioso na Literatura brasileira, conhecido e difundido ao longo da nossa história desde os bancos do primário até as exposições catedráticas, mas a obra em questão merece apresentações por abordar diversos temas que permearam as consciências de uma época de inúmeras transformações, ao que se refere à forma muito foi discutido, classificada inicialmente como um conto no livro "Papéis Avulsos" lançado em 1881, *O Alienista* se trata de uma narrativa composta por vários episódios quando então passou a ser considerada como novela por alguns críticos. A proposta deste trabalho foi considerar o objeto literário enquanto criação artística de um dado momento baseando-se em estudos críticos, a estética dominante e o momento histórico do período em que foi composto. Os textos planos utilizados foram: História concisa da literatura brasileira de Alfredo Bosi, o trabalho do professor Roberto de Paula Leite apresentado no Segundo Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária em 1961 sob o título: Arte e realidade, dimensões antagônicas? E como apoio os escritos de João Francisco Duarte Júnior na coleção primeiros passos sobre *O que é realidade*, dentre inferências de críticos importantes para as letras e a sociedade, tudo para tratarmos do movimento estético "Realismo" proposto na obra de Machado de Assis objeto de estudos desta análise.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix; 2ª edição; 1976.

ASSIS, M. *O Alienista*. Porto Alegre: L&PM, Coleção é só o começo, 2009.

DUARTE JR., J.F. *O que é Realidade*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 10ª edição, 1994.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CULTURA LATINA CLÁSSICA VERSUS A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CULTURA MODERNA EM LÍNGUA GERMÂNICA

Juliana Mirele MESSIAS¹ e Claudia Valéria Penavel BINATO¹

^(1,2)Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho
Avenida; Dom Antônio – 2100 – Assis-SP.
jumirele@yahoo.com.br¹

O trabalho de pesquisa a seguir foi parte de reflexões realizadas ao longo do curso de Licenciatura em Letras, uma tentativa de aproveitar duas experiências literárias para compará-las focando a representação feminina e os temas em comum que emergem nas obras escolhidas para análise e comparação. As obras reflexionadas foram *O Asno de Ouro*, *Lúcio Apuleio*, figurando a mulher na antiguidade e *Admirável Mundo Novo*, *Aldous Huxley*, retrato irônico de uma sociedade moderna, em destaque o papel da mulher do futuro. Os temas comparados nos dois espaços e tempos diversos, clássico e moderno, além da forma como foram escritos por cada autor, notou-se o cunho crítico reproduzido nas obras, percebidos através da descrição dos cultos sagrados, a questão da fertilidade e o casamento em cada um dos objetos, as personagens alvos da comparação em cada época, na clássica, *Fótiis*, na moderna, *Lenina Crowne*. As doutrinas e literaturas contidas em *Apuleio* e *Huxley* foram minimamente desveladas para que se pudesse externar alguns caracteres, segundo as obras literárias, aportes históricos, morais e científicos de cada um dos objetos artísticos. Ressalto que a comparação crítica temporal foi interessante entre línguas e a influência cultural em cada uma delas demonstrou através da ficção como o homem enxergava e enxerga a mulher na sociedade ocidental.

REFERÊNCIAS

APULEIO. *O Asno de Ouro*. Trad. Ruth Guimarães; Rio de Janeiro: Ediouro, 1969.

GIBELATO, L. M. *Romance com uma escrava*: Relações de gênero em *O Asno de Ouro* de Apuleio, In: Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO.

HUXLEY, A. *Admirável Mundo Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Cultrix, 1969.

A PUBLICIDADE E O CONSUMIDOR PÓS-MODERNO: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DA COCA-COLA NA SOCIEDADE LÍQUIDA DE BAUMAN

Alessandra Seitz da SILVA¹ e Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil

²Professora - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil

alessandraseitz1@gmail.com¹, daniellectfbarboza@femanet.com.br²

O trabalho tem por objetivo refletir sobre as mudanças do setor publicitário e do comportamento dos indivíduos consumidores em uma era definida como a de modernidade líquida. Para tanto, por meio de um estudo da teoria criada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman, base de todo o presente trabalho, pretende-se aliar seu pensamento à nova e líquida leva de clientes que influem diretamente no mercado publicitário atual.

Para fundamentar o conteúdo, é apresentada uma breve contextualização da sociedade de consumo atual, assim como seus mecanismos de funcionamento em um mundo transformado nas suas dimensões econômicas e sociais, além da discussão de algumas teorias de comportamento de consumidor, recordando também momentos históricos e a evolução do modo de produção, da tecnologia e da informação, que ajudaram na configuração do século XXI.

Para uma elucidação maior do presente trabalho, ao final é posto em discussão a análise de um case da Coca-Cola, devido à posição que a empresa tem como referência em marketing de conteúdo para as demais do mercado, assim como também em razão da divulgação das estratégias da marca utilizando o termo "líquido", o mesmo empregado por Bauman para definir a sociedade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHANNEL, Forward Marketing's. *Coca-Cola Content 2020 Initiative Strategy Video - Parts I & II*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G1P3r2EsAos>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

UMA ANÁLISE SOBRE AS INTERFERÊNCIAS NO PROCESSO DE RELAÇÃO ENTRE A PUBLICIDADE E CONSUMIDOR

Augusto De Maio COSTA¹ e David Lucio de Arruda VALVERDE²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
augusto_demaio@hotmail.com¹, professorvalverde@bol.com.br²*

A relação entre a publicidade e o consumidor é muito forte pelo fato de ambos precisarem um do outro. O consumidor deseja realizar sua compra da melhor forma possível, para que o objeto ou utensílio que está sendo adquirido seja satisfatório para seu cotidiano. Entretanto, pelo fato de existir muita concorrência na hora da venda, as empresas com a ajuda da publicidade tentam instigar o consumidor, muitas vezes de uma forma apelativa para atrair sua atenção.

Percebe-se então que a publicidade tem um papel muito importante na hora de ajudar a empresa promover algum produto ou marca para que desperte no consumidor o interesse de ir atrás e realizar a compra. Porém isso não é uma tarefa muito simples, muitas vezes em anúncios faltam muita informação correta e clara que dificulta o consumidor saber o que realmente está sendo adquirido, dessa forma pode existir um pós compra insatisfatório por parte do consumidor gerando críticas e reclamações à empresa.

Diante desses fatos, o consumidor com a oportunidade de existir inúmeras opções de compras, precisa ficar atento para escolher a melhor opção na hora de sua aquisição e também ser inteligente e cauteloso para não ser enganado. Quando uma empresa faz propaganda de um produto de uma forma correta e honesta, a chance do consumidor adquirir é muito grande, porque a empresa passa um ar de confiança para seus clientes, e isso é positivo para ambos os lados, porque o consumidor ficará satisfeito, tendo a chance de comprar novamente e também indicar para as pessoas que estão ao seu redor. Já para a empresa vai ser positivo porque vão conseguir alcançar seu objetivo de um numero satisfatório de venda, tendo um retorno financeiro que possibilita um investimento cada vez maior em sua empresa para crescer no mercado e atingir sempre bons resultados.

REFERÊNCIAS

DOMINGOS, Carlos. *Oportunidades Disfarçadas*. Brasil: Sextante, 2009.

DONATON, Scott. *Publicidade + Entretenimento*. Brasil: Cultrix, 2008.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA EM COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DA EMPRESA SOLLUS AGRÍCOLA

*Bruna Silveira CRISPIM¹, Fernando Vieira da SILVA², João Thiago Berta de ALMEIDA³,
Vinicius Bueno da ROSA⁴ e Gisele Maria da Silveira CONSTANTINO (orientadora)*

¹Assis – São Paulo

²Palmital – São Paulo

³Assis – São Paulo

⁴Assis – São Paulo

bruna.silveirac@outlook.com¹, fernandodasilva@live.com², joao@penze.com.br³, bueno18@gmail.com⁴

O tema para o presente trabalho surgiu de um problema muito comum às empresas que atuam no segmento agrícola no Brasil atualmente: a necessidade de sustentação no mercado, devido à grande concorrência, a diminuição de investimento do setor, resultado das dificuldades econômicas que o país enfrenta. A *Sollus Agrícola* comemora no ano de 2016, vinte anos de fundação. É uma empresa sólida, de prestígio, que precisa fortalecer sua marca junto aos seus clientes. Diante dessa oportunidade, propusemos à empresa a criação de uma campanha institucional comemorativa aos seus 20 anos, com foco no fortalecimento da marca, por meio de um posicionamento de campanha que demonstre confiança, solidez, qualidade e força. Uma empresa que tem história e que, por isso, pode passar por momentos de crise sem abalar suas estruturas. Os objetivos são, portanto, o planejamento, criação e divulgação de uma campanha institucional comemorativa aos 20 anos da empresa de máquinas e implementos agrícolas *Sollus Mecanização Agrícola LTDA*.

REFERÊNCIAS

- [1]. TEJON, J. L. Marketing em Agronegócio: A nova gestão. Editora: Prentice Hall, 2009.
- [2]. GRACIOSO, F. Propaganda Institucional: nova arma estratégica da empresa. Revista ESPM. São Paulo: Atlas, 1995.
- [3]. PINHO, J. B. Propaganda Institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas. Summus Editorial, 1990.
- [4]. PAVA, E. Projeto Experimental de Propaganda. São Paulo: Editora IGLU, 2005.

ESTRUTURAÇÃO DO MARKETING LOJA BONITA BONITA E HOMEM

Ademir RICIERI¹ Jr., Desiely Jheniffer S. PAULINO², Glauco Lucas de Lima FERNANDES³,
Jhonatan José dos SANTOS⁴, Vitor Hugo Barroso dos SANTOS⁵ e Maria Lídia de Maio
BIGNOTTO⁶

^(1,2,3,4,5)Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do
Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

⁶Professora Dr^a. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis
(FEMA) - Assis - SP – Brasil

ademirricieri@gmail.com¹, contatodesip@gmail.com², fernandesglauco23@gmail.com³,
jhoesantos@outlook.com⁴, vhs.vitor@gmail.com⁵, dantibig@femanet.com.br⁶

A evolução do mercado fashionista vem promovendo diversas mudanças dentro do atual comércio varejista. É preciso entender esta dinâmica minuciosamente para que consigamos traduzir o melhor meio de aproveitar dessas mudanças. Ao abrangermos uma empresa real, nos dispomos a oferecer um conteúdo de resultados para impacto imediato e positivo a fim de analisar e afirmar a real necessidade de um marketing bem elaborado e muito efetivo para as reais situações do varejo atual.

Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso tem como principal objetivo estruturar de maneira estratégica e assertiva um projeto de planejamento de marketing para a loja *Bonita Bonita e Homem* da cidade de Candido Mota, interior do estado de São Paulo.

Dentro destas informações para este projeto, será estudada a atual situação em que a loja se encontra dentro da cidade, com a elaboração de pesquisas que forneçam informações, procurando nortear ao máximo o desenvolvimento de campanhas mais eficazes, minimizando os erros na hora da comunicação entre loja e clientes, além de ser necessário a realização de toda uma estratégia de marketing pensada dentro de um cronograma de ações, onde conseguiremos designar perfis e objetivos reais para a loja.

REFERÊNCIAS

CROCCO, Luciano. [et al.]. *Fundamentos de marketing: conceitos básicos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTIAGO, Marcelo Piragibe. *Gestão de marketing*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 260 p.

SEVEWRIGHT, Simon. *Pesquisa e design*. [recurso eletrônico]; tradução: Laura Martins. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

DE 20 A 70: CANTOS E ENCANTOS DE UMA PRINCESA

Julia Raquel GONÇALVES¹ e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
juliaa.raquel@hotmail.com¹, dantibig@femanet.com.br²

Assis, cidade próspera, de terras de glória, reconhecida como município em 1917, está situada a mais de 400 km da sua capital, São Paulo.

Ainda como pequeno distrito de paz, recebia seu primeiro grande impulso de crescimento, a Estrada de Ferro Sorocabana que, transportava passageiros até a capital do Estado e fazia o escoamento da produção agrícola até o porto de Santos.

Desde seus primórdios, a cidade promissora, foi abrigo de artistas das mais diversas áreas. Por influência de pessoas vindas de outras regiões, o misto de cultura musical foi difundido por aqui.

Tanto na esfera religiosa, ou de um grupo de trabalhadores, amigos reunidos fazendo seu som, ou a música sendo sua própria vida.

A música está presente na história do homem desde sempre. Para fazer música, basta bater as mãos, batucar em uma caixinha de fósforo, bater os pés em um tablado. O que importa é a comunicação que esses sons são capazes de transmitir.

São pessoas como Dona Pimpa, Piracaia, Jet Boys, Mac Rybell e outras personalidades de destaque na cidade que propagaram o movimento não só cultural, mas de comunicação da música.

Para veracidade desse resgate histórico da música na cidade de Assis entre 1920 e 1970, conta-se com pesquisa bibliográfica e entrevistas com pessoas ligadas ao período estudado, que tiveram participação direta e indireta para a repercussão da música.

REFERÊNCIAS

BARRERO, Marco. *Assis de A a Z*. São Paulo: L2M, 2005.

CORBETA, B.M.; DIAS, P.S. *Memória sobre os trilhos: Estrada de Ferro Sorocabana e sua passagem por Assis*. Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA: Assis, 2012.

DANTAS, Arruda. *Memória do Patrimônio de Assis*. São Paulo: Pannartz, 1980.

MAIO, M. G. das; Rudolf, M.; D'AMBROSIO, O.; *Conto, canto e encanto com a minha história Assis*. São Paulo: Noovha América, 2004.

SANTANA, A.P.; CRUZ, J.S. *O ano do centenário: momentos culturais que construíram uma cidade*; Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA: Assis, 2005.

INTERATIVA FM: FORTALECIMENTO DA MARCA

Bianca Priscila de MELO¹, Gustavo CAMPANIN², Igor Matheus Barros SILVA³, José Carlos CARRICONDO Jr.⁴, Jussara Nascimento Rodrigues da SILVA⁵ e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO⁶

^(1,2,3,4,5)Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

⁶Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

biaahmelo@hotmail.com¹, gustavocampanin@hotmail.com², igorigor_jj@hotmail.com³, jrcarricondo@hotmail.com⁴, n_jussara@hotmail.com⁵, dantibig@femanet.com.br⁶

Segundo pesquisa divulgada pelo IBOPE, o rádio se apresenta como importante meio de entretenimento e informação, e se destaca por sua rapidez e facilidade de acesso, uma vez que pode ser ouvido tanto em casa, no carro, ou até no celular. A Rádio Interativa FM é um dos mais fortes veículos de comunicação na cidade de Assis. Sua história teve início no estado do Paraná, mas em Assis, sua ida para o *dial* aconteceu com o encerramento das atividades da tradicional Cultura 2 FM, no ano de 2013. Para desenvolver o projeto, buscamos nos embasar em pesquisa, bibliografias relacionadas sobre a história do rádio e a propaganda nesta mídia. Aplicamos uma pesquisa qualitativa em Assis em julho de 2015, que trouxe informações sobre a relação rádio/ouvinte e seus hábitos. Nesta pesquisa, descobrimos que a marca ainda é pouco difundida, apesar de ser bastante ouvida por razão de ocupar a mesma frequência da extinta Cultura 2 FM. Pensando nisto, faremos uma campanha para fixar a marca da rádio junto ao público-alvo, a fim de obter um grande *recall* e também *brand-awareness* com uma identidade única sem se vincular com a história da extinta Rádio Cultura 2 FM.

REFERÊNCIAS

ORTRIWANO, G. S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*, 3.ed.. São Paulo: Summus, 1985.

MENDONÇA, Gisele Gontijo. *Influências e funções da rádio comunitária Cidade de Assis FM no bairro Jardim Paraná*, 2006. Trabalho de Conclusão e Curso (Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo) – Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA/Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA.

BARRERO, Marco. *Assis de A a Z*. São Paulo: L2M, 2008.

MANUAL DE UM MUNDO MELHOR: CAMPANHA INSTITUCIONAL PENZE

Alexsandra SANCHES¹, Elana Cristini LUCA² e Matheus Toledo PEREIRA³ e Márcia Valéria SERÓDIO⁴

^(1,2,3)Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

⁴Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*alexandraa.sanches@gmail.com*¹, *elanalucachoq@hotmail.com*², *toledo.mtp@gmail.com*³, *marciacarbhone20@gmail.com*⁴

Nosso cliente é a agência Penze criada em fevereiro de 2.014 por Éder Pires da Fonseca, especializada em marketing digital. Tendo por objetivo a realização de uma campanha institucional para aumentar a visualização da empresa.

"[...]A campanha institucional deve ser entendida como aquela que divulga a empresa como um todo. Caracteriza-se por conceituar a empresa, fixar sua imagem, informar seu segmento de atuação, objetivando o estabelecimento e reconhecimento de sua marca. (LUPETTI, 2000, p. 112 e 113)"

Segundo Lupetti, a campanha institucional é a que gera a imagem/valor da empresa. Podemos dizer que uma campanha institucional seria algo completo, mostrando muito mais do que a empresa oferece.

Executaremos uma campanha utilizando a interação com público, criando um conteúdo para as redes sociais e a realização de um evento. Usaremos o marketing digital por dois motivos: o primeiro: se baseia na ação que a própria empresa desenvolve e o segundo: pelo rápido resultado.

Marketing digital é a estratégia utilizada para otimização da empresa, seja serviço ou produto, deixando mais próximos às necessidades e preferências do público. Tendo como recurso, as pesquisas de mercado, design, campanhas publicitárias, atendimentos pós-venda etc.

A escolha do evento se deu pelo fato da empresa já ter passado por uma experiência em uma ação semelhante já realizada. Acreditamos que o segundo proporcionará resultados ainda melhores, tratando mais do marketing digital que é a área de atuação da empresa.

REFERÊNCIA

LUPETTI, Marcélia. *Planejamento de comunicação*. Editora: Futura, quarta edição, São Paulo, 2000

A INTENCIONALIDADE DA IMAGEM FOTOGRÁFICA NA MÍDIA IMPRESSA

Elias Vieira dos SANTOS¹ e Luiz Fernando MARTINEZ² (orientador)

e.v.s-84@hotmail.com¹

A fotografia pode ser entendida como um código aberto a interpretações, que podem variar de acordo com o conhecimento cultural de cada leitor. No entanto, é possível com a linguagem fotográfica gerar significados a partir de elementos de significação dispostos intencionalmente na composição da imagem, que podem delimitar essas possibilidades, deixando o leitor passivo de interpretações. De acordo com Michael Freeman (2012, p.60), "o modo como você compõe uma fotografia irá influenciar no modo como alguém olha para ela", ou seja, a organização dos elementos afetam a leitura da imagem.

Partindo deste pressuposto, este trabalho buscará em seu objetivo geral, fazer uma análise das capas da revista Veja, edições que obtiveram grande repercussão nacional, identificando os códigos estéticos dispostos na composição da imagem que podem auxiliar na leitura do receptor.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cláudia M. T.; BONI, Paulo C. *A ética no fotojornalismo da era digital*. Discursos Fotográficos, Londrina, v.2, n.2. 2006.
- FREEMAN, M. *O olho do fotógrafo: composição e design para fotografias digitais incríveis*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- RODELLA, Cibele Abdo. *A intencionalidade da imagem fotográfica poética e da imagem fotográfica no jornalismo*. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, Londrina, 2009.

O POTENCIAL DE MÍDIA ESPONTÂNEA DO VOCEM DE ASSIS

Igor Matheus Silva BARROS¹ e Livia Maria Turra BASSETTO²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
igorigor_jj@hotmail.com¹, liviamtb@hotmail.com²

Durante os últimos anos, o marketing esportivo vem crescendo no Brasil, principalmente com a realização de grandes eventos que injetaram bilhões de dólares na economia brasileira. Dessa forma, os clubes brasileiros também ganham e acabam se tomando marcas cada vez mais valiosas. No entanto, os clubes de menor expressão possuem orçamentos muito menores, pouca visibilidade, e encontram dificuldades para conseguir bons patrocínios, já que um dos maiores problemas é a falta de retorno, em números, para os patrocinadores e, sendo assim, as marcas não sabem se tal investimento vale ou não a pena. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar os valores de mídia espontânea gerados pelo VOCEM de Assis, no ano de 2015, e analisá-los com o objetivo de mostrar que patrocinar uma equipe pode ser muito positivo e rentável para o patrocinador, especialmente pela visibilidade da marca em meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

MELO NETO, F. P. *Marketing Esportivo*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

PITTS, B. G.; STOTLAR, D. K. *Fundamentos de marketing esportivo*. São Paulo: Porthé, 2002.

RIES, A. L.; RIES, L. *A queda da propaganda: Da mídia paga a mídia espontânea*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ROCCO JUNIOR, A. J. *Marketing e Gestão do Esporte*. São Paulo: Atlas, 2012.

SORIANO, F. *A bola não entra por acaso*. São Paulo: Larousse Brasil, 2010.

MARKETING 3.0: EMPRESA E CONSUMIDOR CRIANDO LAÇOS

Dayane Natsumi Correia KAWAMURA¹ e Maria Lídia de Maio BIGNOTTO²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*²Professora Dra: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
daykawamura@gmail.com¹, dantibig@femanet.com.br²*

Temos o Marketing como os processos de gerenciamento das relações de troca entre empresas, clientes, fornecedores, intermediários e outros públicos, sendo uma forma de fazer negócios, desenvolver um processo de integração, gerando relacionamentos e vínculos etc. Assim surge em meados dos anos 70, o termo Marketing 1.0, tinha o foco apenas no produto, ou seja, o que fosse oferecido para o consumidor seria bom o suficiente e não haveria indagações sobre isso. Depois, no período da Era da Informação no início da década de 90, passou a ser centrado no Marketing 2.0 em que o centro era o consumidor e suas satisfações emocionais, no qual o profissional de marketing tinha como tarefa destacar o produto de alguma forma para conquistar o coração e mente do consumidor, já que ele estava exigente e buscava por produtos que suprissem suas necessidades e desejos.

Hoje, vivenciamos o surgimento do Marketing 3.0, a era voltada para os valores, que além de satisfazer esse consumidor, é necessário satisfazer todos seus anseios, tornando importante incorporar ao produto emoção, e não apenas funcionalidade, apelando para o espírito humano.

Assim, buscamos analisar como o marketing das empresas vai definir e incorporar seus valores, a fim de mostrar essa imagem de maneira positiva para então convencer o consumidor de que sua marca/produto/serviço é eficaz e ao mesmo tempo se preocupa com o meio ambiente e a sociedade em que vivemos nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip. *Marketing 3.0: As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano*. São Paulo: Campus, 2010.

_____. *Marketing De A a Z: 80 Conceitos Que Todo Profissional Precisa Saber*. São Paulo: Campus, 2003.

LINDSTROM, Martin; tradução Marcello Lino. *A lógica do Consumo: verdades e mentiras sobre por que compramos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

UMA ANÁLISE SOBRE OS PATROCÍNIOS NAS CAMISAS DE FUTEBOL NO BRASIL

Youssef Salim EL RAFIH¹ e David Lucio de Arruda VALVERDE²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*²Professor Dr. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
youssef_salim92@hotmail.com¹, professorvalverde@bol.com.br²*

Este estudo refere-se ao surgimento, benefícios e à importância dos patrocinadores nas camisas de futebol dos clubes brasileiros. Com certeza é a forma atual mais rentável de um clube de futebol arrecadar fundos para investir em sua estrutura e contratações de novos atletas, se aproveitando de que a publicidade e a propaganda nunca estiveram tão em alta como estão atualmente. E, para as empresas investidoras, é uma ótima forma de visibilidade e expansão de suas marcas, já que o futebol é o esporte mais praticado e assistido no mundo. Em 1980, o futebol brasileiro passava por uma séria crise, onde os estádios estavam perdendo público, a falta de dinheiro para investir em jogadores, estádios e espetáculos estava gerando um êxodo da população que apoiava o esporte, e com isso, os clubes se viram obrigados a começar a utilizar uma nova forma de arrecadar fundos para manterem seus plantéis. Então, os clubes se sujeitaram a aderir os patrocinadores em suas camisas, na tentativa de conseguirem algum dinheiro que os ajudassem a alavancar a situação financeira, assim tornando o esporte um mercado comercial.

Neste estudo conheceremos mais sobre a história do patrocínio nas camisas de futebol; A dificuldade, no início, de conseguir convencer as marcas a estamparem seus logotipos nas camisas; os primeiros clubes a estamparem marcas em seus uniformes; a vida dos clubes antes do patrocínio (que era proibido por lei pela FIFA), e depois de que esta lei foi regularizada; o quanto esta parceria entre marca x clube alavancou ambos os lados para o topo; as principais parcerias de sucesso que já surgiram no futebol brasileiro e europeu; estratégias pontuais das marcas para conseguirem maiores visibilidades, e o retorno financeiro que os clubes e as marcas obtiveram com a parceria.

REFERÊNCIAS

AFIF, Antônio. *A Bola da Vez - O marketing esportivo como estratégia de sucesso*. São Paulo: Editora Infinito, 2000.

POZZI, Luiz Fernando. *A grande jogada: teoria e prática de marketing esportivo*. São Paulo: Globo, 1998.

PROPOSTA DE PLANO DE MARKETING PARA PROGRAMA “SÓCIO TORCEDOR PALMEIRAS” DO INTERIOR

Ruan Ribeiro Fernandes CRUZ¹ e Paulo Sergio da SILVA²

¹Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

*²Professor Dr. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
ruancruz.14@outlook.com¹, paulo@3tons.com.br²*

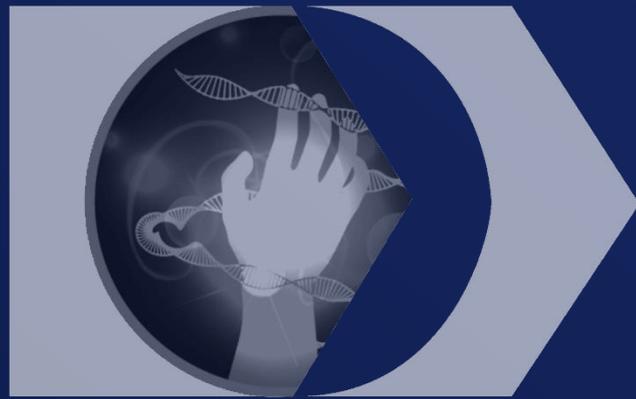
Este trabalho refere-se a um plano de marketing para os sócios torcedores do *Palmeiras* do interior. Onde vai dar algumas alternativas de aproximar ainda mais os sócios do interior que tem uma dificuldade maior de acompanhar os jogos de sua equipe, pelo fato de morarem longe da capital, algumas dessas alternativas seria criar um plano mais barato para os torcedores do interior ou dar algumas vantagens a mais, para que o torcedor se sinta querido e se sinta ainda mais motivado para ir assistir os jogos do seu time do coração. Hoje no Brasil, o *Palmeiras* ocupa o segundo lugar no ranking de sócios torcedores com 127 mil associados, ficando atrás apenas do Internacional que possui pouco mais de 145 mil associados, o *Palmeiras* e o sétimo time na escala do ranking mundial a frente de alguns gigantes europeus como o Porto de Portugal e o Borussia Dortmund da Alemanha. O clube que possui mais associados no Mundo e o Benfica de Portugal, que já passa dos 238 mil associados, O clube de Portugal, serve de espelho para os demais clubes do resto do mundo. Várias gestões de futebol de cada canto do mundo enviam profissionais para Portugal para aprender mais sobre o sócio torcedor e sempre aprimorar os conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- AFIF, Antônio. *A bola da vez*, 2000. 1. Ed. São Paulo: Editora Gente, 2000.
- AREIAS, João Henrique. *Uma bela jogada*. 2010. 1. Ed. Rio de Janeiro: Outras letras, 2010.
- CARDIA, Wesley. *Marketing e patrocínio esportivo*, 2004. 1. Ed. São Paulo: Bookman, 2004.
- CARDIA, Wesley. *Marketing esportivo e Administração de arenas*. 2014 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2014
- GUIMARÃES, Marcelo. *Paixão SA: Como anda o marketing esportivo do seu time de coração*. 1. Ed Rio de Janeiro: Editora CRV, 2014.
- IASNOGRODSKI, Fabio Utz, *O Inter E Seu Torcedor: Um plano De Marketing Para A Fidelização De Colorados No Interior Do Estado*. 166p. Dissertação (Graduação) – Universidade do Rio Grande Do Sul, Rio Grande Do Sul, 2010.
- MELO NETO, Francisco de. *Marketing Esportivo e Social*, 2000 1. Ed, São Paulo: Phorte Editora, 2000.
- PRIMEIRO TEMPO. 1, 2011, São Paulo. *O Palmeiras é assim, é o jardim suspenso, você sobe para a glória*. São Paulo, 2011, 01 DVD-ROM.

SBRIGHI, Cesar, *Marketing Esportivo*, Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marketing_esportivo>. Acesso em: 21 mar. 2015

SOMOGGI, Amir. *Marketing dos clubes de futebol Europa e Brasil*, 1. Ed, São Paulo: 2012.



DIREITO

ABUSO SEXUAL INFANTIL: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA PENAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DA PRESENÇA DO TEMA EM OBRAS LITERÁRIAS

Laura Conde MORALES

Assis, São Paulo
lauracondemoraes@gmail.com

Este trabalho descreve a abordagem da pedofilia e da exploração sexual infantil em obras literárias como o romance de Vladimir Nabokov, *Lolita* e o livro de Gabriel Garcia Márquez, *A Incrível e Triste História de Cândida Erêndira e sua Avó Desalmada* e *Papai do Céu*, conto de Marcelino Freire.

Questiona-se também se esses crimes, previstos no Estatuto da Criança e Do Adolescente, descendem de um hábito culturalmente adquirido pelo homem, já que antigamente considerava-se comum o casamento entre meninas menores de idade e homens mais velhos.

A atração sexual por crianças e jovens, ainda em sua formação corporal, existe há muito tempo, antes mesmo da criação de leis para a proteção da criança e do adolescente, visto que tal conduta era moralmente aceita pela sociedade.

O trabalho analisou as obras literárias que abordam como tema a relação de pedofilia, observando seus aspectos morais, históricos, sociais, além das características psicológicas das personagens e ainda, a possibilidade de intertextualidade entre a ficção e a atualidade, principalmente no cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Paulo Henrique Alves. *A Pedofilia e o Direito Brasileiro*. Trabalho de conclusão de curso apresentado em 2011 ao Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis- IMESA.

FREIRE, Marcelino. *Balé Ralé*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

JUNGES, Marcia. *Nem sempre a pedofilia foi algo errado*. IHU on-line, 26 de abril de 2010. <http://www.ihuonline.unisinos.br/>. (Acessado em 15 de abril de 2014).

MÁRQUEZ, Gabriel García. *A incrível e triste história de Cândida Erêndira e sua avó desalmada*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1972.

NABOKOV, Vladimir. *Lolita*. São Paulo, Folha de São Paulo, 2003

EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: PARALELO ENTRE CONTRATOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Elizete Mello da SILVA¹, Gerson José BENELI² e Loriesse Maria Siqueira Bueno SILVA³

*^(1,2,3)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
dedemelo@femanet.com.br¹, gersonjosebeneli@uol.com.br² e loriesse.maria@gmail.com³*

Através desse trabalho, buscou-se demonstrar que as cláusulas inerentes aos contratos privados, como aquela estipulada no Código Civil, artigo 476, conhecida como Exceção de Contrato não cumprido, pode ser estendida a outros ramos do Direito, como no caso, o de caráter Público, haja vista as relações negociais, independente da seara jurídica em que se encontram as partes, se adapta conforme as necessidades destas, logo, seria viável inserir normas, ora predominante de outra ramificação do Direito à acordos que mais que qualquer outro pacto, visa tutelar interesses coletivos por entender que determinada estipulação será igualmente benéfica a todos.

Pensando nisso, foram feitos apontamentos de normas e princípios usados em cada área do Direito, sendo aqui a de caráter Público e Privado, no que tange ao querer demonstrar suas evoluções, bem como atestar que ambas as diretrizes legais no decorrer do tempo acabam se envolvendo de forma a até se confundirem, como bem se vê em contratos onde a própria Administração usa de regras privadas, mas, com preponderância de princípios públicos e a ponto de um ser passível de sobreviver com preceitos do outro, ainda que a lei escrita demonstre outro parecer, como bem ocorre para com a inserção desta conhecida cláusula em epígrafe no mundo dos negócios privados, graças à relativização dos contratos e instrumentos como a jurisprudência e doutrinas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO. José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Atlas. Edição 28ª/2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - 3 - Teoria Das Obrigações Contratuais e Extracontratuais - 30ª Ed.** 2014.

FILHO, Marçal Justen. **Curso de Direito Administrativo - 9ªEd** - Editora: Revista dos Tribunais, 2013.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CONCEITO LEGAL DE CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE SOBRE AS TEORIAS FINALISTA, MAXIMALISTA E MISTA

Professor Me. Edson Fernando Pícolo de OLIVEIRA¹ e Fábio Aragon LUCHETTI²

¹Assis, São Paulo

²Palmital, São Paulo

fpo@femanet.com.br¹, fabioaragonluchetti@hotmail.com²

O presente trabalho busca analisar as teorias existentes para definição de consumidor e assim saber quem seria titular dos direitos elencados no Código de Defesa do Consumidor.

Inicialmente, haverá um estudo sobre os princípios que, a nosso ver, são mais íntimos do tema aqui desenvolvido e, posteriormente, a apresentação das teorias finalista, maximalista e mista.

Ainda em tempo, serão expostos para enriquecer a discussão sobre a definição de consumidor as situações trazidas pelo código, sendo elas: vítima do evento, consumidor equiparado e coletividade de pessoas.

Ao final, suscitaremos o conceito de fornecedor como liame para, a título de conclusão e após analisar as teorias existentes, apresentar a que nos parece em maior harmonia com a intenção do legislador.

REFERÊNCIAS

- [1]. MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos No Código De Defesa Do Consumidor*. Editora RT, 6ª edição.
- [2]. VASCONCELLOS BENJAMIN, Antonio Herman De; MARQUES, Cláudia Lima e BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual De Direito Do Consumidor*. Editora RT, 5ª edição.
- [3]. BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. *Manual de Direito do Consumidor*. Editora Juspodivum. 8ª Edição.
- [4]. ALMEIDA, João Batista de. *A Proteção Jurídica do Consumidor*. Editora Saraiva, 6ª edição.
- [5]. NUNES, Luis Antonio Rizzatto. *Curso de Direito do Consumidor*. Editora Saraiva, 8ª Edição.
- [6]. NUNES, Luiz Antonio. *Curso Prático de Direito do Consumidor*. Editora Revista dos Tribunais. Publicado no ano de 1992.
- [7]. PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. Editora Atlas, 26ª edição.

A APLICABILIDADE DO CÓDIGO PENAL À LUZ DOS “TROTES” NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Camila Silva CANDIDO¹ e Me. Cláudio José Palma SANCHEZ²

¹Aluna do Curso de Direito – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - e pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIC) – Assis, SP – Brasil.

²Professor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – e Orientador do Projeto de Pesquisa. Assis, SP – Brasil.

mila_candido22@hotmail.com¹, palma@femanet.com.br²

Este trabalho tem como finalidade analisar a aplicabilidade do Código Penal, bem como a eficácia da lei penal e processual penal diante dos “trotes” praticados mediante violência, física e moral, nas universidades brasileiras, visto tratar-se de um assunto polêmico e pouco discutido nos meios acadêmicos.

Assim, foi possível verificar que não há uma legislação específica para os agressores, podendo estes ser responsabilizados na esfera administrativa, civil ou penal. Partiu-se da hipótese de que a lei penal e processual penal tem sido ineficaz quanto à responsabilização dos universitários.

O objetivo principal da pesquisa foi traçar um panorama geral acerca da responsabilidade dos agressores, especialmente analisando os casos divulgados pela mídia. Identificando também, os aspectos sociais desse comportamento entre os alunos e o papel da universidade diante da formação humanística e profissional desses calouros e veteranos.

Através do levantamento de textos, bem como a leitura de livros e artigos, foi possível verificar que o trote universitário é identificado por muitos como um “ritual de passagem”. Onde os veteranos, por muitas vezes, praticam a violência física e psíquica contra os calouros “longe” da universidade para não serem punidos. Além disso, constata-se que as universidades ainda não consideram o trote como algo grave e costumam não adotar qualquer postura eficaz na repressão desta prática, gerando a impunidade nas ações destes alunos.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto. *Processo Penal: versão universitária*. São Paulo: Método, 2013.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal, v. 2 – Parte Especial (arts. 121 a 212)*. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

MASSON, Cleber. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Método, 2013.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da Universidade*. São Paulo: Cortez, 1986.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. *O Trote na Universidade – Passagens de um rito de iniciação*. São Paulo: Cortez, 2002 (coleção questões da nossa época, v. 93).

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA: ASPECTOS POLÊMICOS E EFICÁCIA

Paolo Antonio Spera NETO¹ e Prof. Me. Leonardo de GÊNOVA²

¹Fema/Imesa – Assis/SP

²Fema/Imesa – Assis/SP

paolosperaneto@gmail.com¹, genova@femanet.com.br²

Com a criação da EIRELI pela Lei nº 12.441, de 11 de Julho de 2011, alterando a legislação civil brasileira incluindo o artigo 980-A, surgiram vastos questionamentos práticos e doutrinários ao assunto, principalmente em relação aos impactos na área econômica e social.

Desta forma, este trabalho teve o escopo de exemplificar a real intenção do legislador ao instituir a EIRELI, expor de forma breve a nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado e responder determinados questionamentos, tais como: importância econômica da EIRELI e sua forma de tributação, inconstitucionalidade do aporte mínimo exigido para seu registro, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. *Empresa Individual*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AMENDOLARA, Leslie; DORNELLES, Francisco; GARCIA, Antonio Carlos de Souza; JUNIOR, William Eid; NUNES, Márcio Tadeu Guimarães; PERLINGEIRO, Rubem; WILLIAM, Charles McNaughton. *Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: aspectos econômicos e legais*. 1ª Ed. São Paulo: Editoria MP, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial, volume I*. 17ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. *Curso de Direito Comercial, volume II*. 17ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. *Curso de Direito Comercial, volume III*. 17ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

PINHERIO, Frederico Garcia. *Empresa Individual de Responsabilidade Limitada*. Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, nº 41. Out/Nov de 2011, p.59-78.

UNIÃO POLIAFETIVA – UMA REFLEXÃO ACERCA DA PLURALIDADE DE ENTIDADES FAMILIARES

Deborah Costa Diniz AUGUSTO

*Assis-SP
deborah.c.diniz@hotmail.com*

O presente trabalho tem a importância de mostrar à sociedade que a pluralidade de entidades familiares, independe de sua formação devendo ter amparo pelo Estado, obtendo respeito da sociedade em suas escolhas, bem como as demais entidades já existentes. A união poliafetiva é mais uma entidade familiar constituída pelo afeto e não será a última a ser formada pelo elo do companheirismo e lealdade.

A pluralidade de entidades familiares tem se tomado cada vez mais frequente, e a união poliafetiva deve ter o mesmo reconhecimento que a união estável, sendo reconhecida pelo Estado, obtendo garantia e proteção, conforme se observa na Constituição Federal.

Assim, a família conjugal poliafetiva que não gere opressão a nenhum de seus integrantes deve ser reconhecida e protegida pelo Estado Brasileiro, por força do princípio da pluralidade de entidades familiares e da ausência de motivação lógico-racional que justifique a negativa de reconhecimento. Os textos normativos relativos ao casamento civil e à união estável utilizando a expressão "entre o homem e a mulher", eles teriam limitado a família conjugal juridicamente protegida, somente à união entre duas pessoas, donde não seria possível reconhecer uma união estável entre mais de duas pessoas, pela "ausência de flexão plural dos substantivos".

Nesse âmbito mais extensivo da discussão jurídica e sociológica dos novos modelos de família que pretendemos analisar os posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis sobre a família conjugal poliafetiva.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Bernardo Castelo. *Dano Moral no Direito de Família*. São Paulo: Editora Método, 2006.

BRASIL. *Vademecum, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro, volume 5: Direito de Família*. 25 ed. São Paulo: Saraiva 2010.

FUX, Luiz. *Julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277*: Rio de Janeiro: Editora LTC

MÃES E FILHOS: A DIGNIDADE HUMANA NAS PENITENCIÁRIAS FEMININAS

Cecília Barchi DOMINGUES¹ e Elizete Mello da SILVA²

*(1,2) Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
cecilia_barchi@msn.com¹ e dedemelo@femanet.com.br²*

A prisão é forma que o Estado encontrou de punir aqueles que não correspondem com o ordenamento jurídico. É a privatização do direito à liberdade que a pessoa sofre ao ser condenada.

Ao privar a liberdade do ser humano causador da lide, o Estado pacifica a sociedade, entretanto, cria um conflito na estrutura familiar do(a) preso(a). Segundo Maíra Fernandes, coordenadora do Fórum dos Conselhos Penitenciários do país, o abalo na estrutura familiar é maior quando a mãe é a condenada, pois quando a mulher é presa, a família se desfaz. (in: O GLOBO, 2014).

Quando uma mãe é presa, não é privado apenas o direito à liberdade, mas o filho, indiretamente, é privado do direito à convivência familiar. A Constituição Federal, em seu artigo 226, protege a família e afirma que é à base da sociedade.

As crianças possuem o direito de estar com suas mães, porém fere o Princípio da Dignidade Humana e o Princípio da Intranscendência da pena. Para uma criança ser amamentada pela mãe presa, é preciso que se estendam os efeitos da pena nessa criança e, além disso, submetê-la às condições precárias da cadeia.

A mãe carcerária e seu filho possuem direitos que lhe assegurem uma vida digna diante das situações em que se encontram, mas em sua prática ocorre o contrário. Na omissão do governo e da sociedade em efetuar programas que auxiliem mãe e filho, cria-se crianças que são educadas através das más condições do sistema penitenciário.

REFERÊNCIAS

O GLOBO. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/infograficos/especial-mulheres-presas/> > Acesso em: 29 jun. 2014.

A EFETIVIDADE DA CIDADANIA PELO EXERCÍCIO DO VOTO: DEBATES SOBRE O VOTO OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO

Reinaldo Ramos da SILVA¹, Dra. Elizete Mello da SILVA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA
ramos1995@hotmail.com¹, dedemelo@femanet.com.br²

O exercício do voto por si só não implica no pleno desenvolvimento da cidadania, uma vez que, para uma democracia bem consolidada, pressupõem-se integrantes do grupo social, ativos e participantes da vida política, e que, no momento da efetivação de suas escolhas as façam de forma consciente. Destarte, a configuração conferida ao voto na Constituição Federal de 1988 enseja em segmentos obrigatórios (maiores de dezoito anos) e segmentos facultativos (analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos). Como visto, o legislador brasileiro optou pelo critério cronológico (com exceção aos analfabetos) para aferir o direito ao voto e o seu exercício.

Isso posto, cumpre salientar que a adoção de tal critério (cronológico), não é suficiente para promover a cidadania e tão pouco seja saudável para a nossa democracia, haja vista que, atualmente, a política no país têm sinônimo pejorativo, e os eleitores, cada vez mais desacreditados das eleições e dos candidatos, passam a banalizar o voto de tal forma que ele vem perdendo o seu essencial valor, sentido e poder.

Ademais, a obrigatoriedade jurídica imposta ao voto, tornou-o um ato mecânico e despiciendo, pois, tratando-se do exercício desse importante direito, o que se espera, é que os eleitores sejam despertados por um "dever político e social", sem que, no entanto, implique, unicamente, a iniciativa de coagi-los por meio da lei, simplesmente impondo-lhes um dever jurídico. Por fim, pensar o voto como um direito e não como um dever, é permitir, em última análise, que se materialize o poder conferido ao povo e previsto pela Constituição Federal, quando no seu primeiro artigo, parágrafo único, dispõe: "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

REFERÊNCIAS

- [1]. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2000
- [2]. MELLO, Sérgio Cândido de. *Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo*. São Paulo: Annablume Fapesp, 2003.
- [3]. RAMAYANA, Marcos. *Direito Eleitoral*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus Ltda. 2009.

[4]. GONÇALVES, Manoel Ferreira Filho. Curso de Direito Constitucional. 35. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

**PROPOSTA E HOMOLOGAÇÃO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI Nº.
12.850/13: CONSTITUCIONABILIDADE À LUZ DO GARANTISMO PENAL**

Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti PEREIRA¹ e Profa. Me. Maria Angélica Lacerda MARIN²

¹FEMA/IMESA – Assis/SP

²FEMA/IMESA – Assis/SP

nicolle.bgcp@hotmail.com¹, adoromeusalunos@hotmail.com²

O estudo dos meios de prova para o desmantelamento da criminalidade organizada é de grande importância para o âmbito jurídico, político e social. Sendo assim, o trabalho se propôs a analisar a colaboração premiada, conforme a nova roupagem trazida pela Lei nº. 12.850/13 (Nova Lei de Organização Criminosa).

A partir do garantismo penal de Luigi Ferrajoli, foi analisado tal instituto, a fim de aferir sua constitucionalidade ou não, no tocante à legitimidade para sua proposta e homologação, bem como para concessão de seus benefícios. Constatou-se ser a legitimidade para proposta do acordo pelo Delegado de Polícia totalmente constitucional, bem como a atuação do magistrado na homologação de tal acordo e na concessão de seus beneplácitos. Porém, em relação ao oferecimento do acordo pelo representante do Ministério Público, houve a mitigação de dois princípios constitucionais: o da indisponibilidade da ação penal e o da obrigatoriedade desta.

Foi aplicada, então, a regra da proporcionalidade enunciada por Virgílio Afonso da Silva, a qual é subdividida em três sub-regras (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito). Com isso, chegou-se à conclusão de que, apesar de alguns preceitos constitucionais serem desrespeitados, os benefícios que a colaboração premiada proporciona são muito mais valiosos à sociedade e não há outro meio de prova que possa fazê-lo de forma tão eficiente como ela. Assim, com base ainda na "Operação Lava Jato", caso prático analisado no trabalho, a colaboração premiada deve continuar a ser usada no país, e cada vez com mais frequência, com a finalidade de acabar com o crime organizado.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Crime Organizado – Comentário à nova lei sobre crime organizado (Lei n. 12.850/13)*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, vol. 798, (2002): 23-50. Artigo.

A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Isabella Marinho FONTANA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
isamfont@hotmail.com*

Ao tratar de um assunto tão delicado quanto à violência doméstica, o sujeito passivo do crime deve ser analisado cuidadosamente, visto que qualquer pessoa pode ser vítima da violência doméstica.

Por exemplo, se a vítima tratar-se de um menor, o instituto responsável pela defesa do mesmo, será o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). No entanto, se o sujeito passivo tratar-se de uma mulher, será utilizada a Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, regulamentada para a defesa da mulher.

Na contemporaneidade, violências de qualquer natureza (física, patrimonial, psicológica) praticadas contra mulher, são tratadas pela sociedade de uma forma terrivelmente normal: é comum um namorado que espanca a namorada por ciúme, é normal o marido bêbado que se descontrola e agride a esposa, o pai que espanca a filha, entre outras situações. Mas não é normal, e essa "normalidade" precisa ser combatida para que nenhuma pessoa - no caso do presente estudo e pesquisa, a mulher – seja vítima da violência doméstica.

A história de Maria da Penha equipara-se a milhões de mulheres que sofrem do mesmo mal, por isso, merece ser devidamente contada e analisada, bem como a Lei em si.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência doméstica – Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) Comentada artigo por artigo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça – A efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PENHA, Maria da. *Sobrevivi...Posso Contar*. 2 ed. Fortaleza: Amazém da Cultura, 2012.

Legislação:

Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/06, 07 de agosto de 2006

Constituição Federal brasileira – 1988.

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS

Letícia Tassi ALVES

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
leticia_tassi_alves@hotmail.com*

O presente trabalho aborda o tema "A Arbitragem nos Contratos Internacionais", visando demonstrar como surgiu a arbitragem, como ela se desenvolveu ao longo dos anos no Brasil, bem como a maneira como a sentença arbitral estrangeira é reconhecida e executada, principalmente quando relacionada a contratos internacionais.

No primeiro capítulo, estudou-se brevemente acerca dos pontos mais relevantes da evolução histórica da arbitragem, bem como o desenvolvimento da arbitragem no Brasil antes e depois da Lei n. 9.307/96, vislumbrando os novos paradigmas traçados para o instituto.

Percebe-se que muitas foram as mudanças na legislação brasileira até poder se chegar ao que nós temos hoje, sendo possível extrair que a atual legislação representa um grande avanço dado pelo país com relação a um o instituto que já é tradicionalmente aceito por muitos outros países.

Já especificamente ao segundo capítulo, que tratou das disposições da Lei 9.307/96, permitiu-se a análise minuciosa sobre os conceitos e institutos mais fundamentais quando se trata de arbitragem, de como realmente funciona o instituto da arbitragem no Brasil, desde como se dá a convenção da arbitragem entre as partes até o processo de execução de uma sentença arbitral.

No terceiro capítulo, por fim, tratou-se da arbitragem no âmbito internacional, de como ela é introduzida em diversos sistemas jurídicos, buscando-se principalmente abordar como se realiza a arbitragem dentro dos contratos internacionais, bem como o procedimento para a homologação e execução de uma sentença arbitral estrangeira. Tratando, inclusive, de analisar um caso concreto, buscando-se exemplificar quais são os critérios adotados pelo STJ para reconhecer uma sentença arbitral estrangeira.

REFERÊNCIAS

- [1]. CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo*, 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.
- [2]. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem, Jurisdição e Execução*, 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

CRIMES VIRTUAIS - O CYBERBULLYING, O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E A LACUNA VIGENTE

Alecssandro Moreira LIMA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
aleclima15@hotmail.com*

Um grande avanço para a humanidade foi a tecnologia em conjunto à internet. Se antigamente para se comunicar com alguém a forma mais usada era a carta, hoje é possível não apenas conversar, mas como também ver alguém de qualquer lugar do planeta sem sair do conforto de casa, de forma prática, dinâmica e ágil.

Diferente do passado, em que o uso da internet era restrita para as famílias de maior poder aquisitivo, o cenário atual não é o mesmo. A internet popularizou-se e está nas mãos de cada pessoa; onde transformou nossas relações profissionais e pessoais.

Entretanto, com o advento da internet, a criminalidade também a atingiu. O bullying é uma agressão física e ou psicológica de forma intencional e repetitiva que evoluiu para o cyberbullying, uma variante do bullying que ocorre por intermédio da tecnologia. A agressão agora é virtual; mais cômoda para o agressor, pois pode ser feita de forma anônima ou em nome de terceiro e com um alcance bem maior. O foco é humilhar a vítima através de uma rede social, mensageiro instantâneo ou mesmo com imagens.

Embora na tecnologia muito se avançou, nosso Código Penal atual ainda é de 1940. Há várias lacunas a serem preenchidas quando o assunto é crimes virtuais. Para a legislação vigente, independente do meio (virtual ou real) que um crime ocorreu, a lei a ser aplicada será a mesma. Não existe diferenciação do meio, logo, não temos o bullying nem o cyberbullying como crime; quando alguém pratica tal conduta, é considerado como uma forma de calúnia, injúria, difamação ou discriminação. Contudo, note que crime virtual é totalmente diferente de um crime no mundo físico.

Assim, com a carência de leis específicas, o sentimento de impunidade aliados a pouca exploração do tema, é preciso rever o atual cenário e adotar medidas mais eficazes para cada tipo de crime e distinguir da realidade aquilo que é virtual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Código penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal*. 4. ed. v. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

JORGE, Higor Vinicius Nogueira Jorge. WENDT, Emerson. **Crimes Cibernéticos: Ameaças e procedimentos de investigação**. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

A (IN) EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS FRENTE À RESERVA DO POSSÍVEL E O MÍNIMO EXISTENCIAL

Bárbara Paes MANFIO

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
barbaramanio@hotmail.com*

Diante da ineficácia dos Direitos Sociais, previstos no art. 6º da Constituição Federal vigente, surge à necessidade de analisá-los a fim de se compreender o papel que ocupam no ordenamento jurídico brasileiro e na sociedade. Sendo assim, far-se-á este estudo sob a ótica da teoria da Reserva do Possível e do Mínimo Existencial. Neste diapasão, denota-se que os Direitos Sociais, fazem parte do rol de Direitos Fundamentais e também da segunda dimensão dos Direitos Humanos, que dizem respeito aos direitos de igualdade. Sendo certa que no Brasil o marco da introdução destes direitos é a Constituição Federal de 1988, percebe-se que a incorporação dos direitos fundamentais – ressaltam-se os direitos sociais – é recente visto que a Carta Magna possui apenas 26 anos de vigência, restando para o Brasil um caminho longo a percorrer em busca de uma melhor eficácia.

Com isto, em primeiro momento delimita-se esta pesquisa ao estudo dos direitos fundamentais em alusão a evolução do Estado e do ordenamento jurídico brasileiro, utilizando-se como ponto principal as dimensões dos direitos fundamentais, e o momento histórico-estatal e constitucional que o Brasil se encontrava. Em segundo plano, estuda-se de maneira específica os direitos sociais vigentes no Brasil, sob a perspectiva das desigualdades sociais e sua (in) eficácia na sociedade brasileira com abordagem no papel do Judiciário visto como meio de otimização da aplicabilidade dos direitos sociais. Posto isso, se inicia o estudo da teoria da Reserva do Possível e do Mínimo Existencial, como meio de medidas de urgência respectivamente como tese de defesa estatal e como tese de defesa do cidadão.

Ademais, analisa-se também a temática em questão, sob a perspectiva crítica de que as desigualdades sociais e a aplicabilidade dos direitos sociais exigem mudanças na sociedade como um todo, sendo assim, a de se usar a ponderação, no sentido em que a efetividade destes direitos é lenta e gradativa, porém não esquecendo que existem caminhos em âmbito político, jurídico e cultural para uma real progressão desta realidade, sendo assim, apresenta-se neste estudo as citadas teorias como parte deste caminho de mudança e evolução.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29/06/2015.

'IN DUBIO PRO RÉU' E 'IN DUBIO PRO SOCIETATE' NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI: ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM O INSTITUTO

Gustavo Gomes SILVA

Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
guto_worship@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo analisar do Tribunal Popular do Júri o conflito de princípios doutrinariamente percebido na sentença de Pronúncia, que é uma das possibilidades de decisão proferidas na *Judicium Causae*, fase que predica a plenária [1].

Em tal sentença, atualmente, havendo prova da materialidade delitiva e recaindo ao réu indícios suficientes de autoria, aplica-se o princípio '*In dubio pro societate*', que numa tradução mais literal significa que havendo dúvida, decido é em favor da sociedade.

Entretanto, no que é dúbio pressupõe-se que a acusação não se valeu do ônus que lhe cabe, restando necessária a absolvição do réu, já que, sem demonstração latente de sua culpa, prevalece a inocência presumida. Segundo Pacelli, a Presunção de Inocência confunde-se com o '*In dubio pro reo*' [2].

O cerne da discussão está sobre base principiológica utilizada para favorecer a sociedade quando a dúvida sempre deveria ser interpretada em benefício do réu.

Sopese-se, para tanto, que de acordo com o artigo 5º, LVII da Constituição Federal, ninguém poderá ser considerado culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, e, por isso, convicções devem ser tomadas de acordo com provas trazidas aos autos.

Somente ocorrida toda a fase de instrução processual é que então o crime é levado ao julgamento por um Tribunal Colegiado. A materialidade ou seus indícios estão nos autos.

É dever do Poder Judiciário conduzir o julgamento com justeza, na observância dos princípios constitucionais e gerais do Direito, na medida em que as indagações acerca da prova da autoria seja sanada.

Nesse trabalho, como base acadêmica, procurar-se-á entender as possibilidades de decisões através de uma análise doutrinária e jurisprudencial do ordenamento jurídico nacional.

A importância do trabalho insere-se na perspectiva de propiciar a discussão acadêmica em torno do julgamento popular dos crimes dolosos contra a vida, analisando a sua eficácia social e, principalmente, a promoção da Justiça [3].

REFERÊNCIAS

- [1]. NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de processo penal comentado*. 13. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- [2]. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de Processo Penal*. 10 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 35
- [3]. SILVA, Gustavo Gomes. *Tribunal do Júri: análise dos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, dos aspectos processuais e do procedimento especial, sua eficiência e eficácia na execução penal*. 2014. 60. Projeto de Iniciação Científica (Graduação em Direito) – Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, 2014.

DESAPOSENTAÇÃO À LUZ DA SEGURANÇA JURÍDICA

Vinícius Sant'Ana VIGNOTTO

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
vinciussantanavignotto@gmail.com*

Este trabalho tem como escopo a busca pelo entendimento desta ampla questão que a doutrina optou por bem defini-la como desaposentação.

Tal instituto é tema de grandes e infundáveis discussões, haja vista estar diante de um ato que para sua concretização deve desconstituir um ato jurídico, contrariando assim o disposto na Constituição Federal, artigo 5º inciso XXXVI.

Outra questão abordada é se o reconhecimento da desaposentação como um direito, implicaria ou não na restituição dos valores que foram recebidos sobre os auspícios deste regime.

Para os doutrinadores mais afeitos ao formalismo, a desaposentação não pode ser reconhecida e conseqüentemente elevada como um direito a ser usufruído, pela questão da segurança jurídica; ao passo que para os doutrinadores mais propensos a reconhecer o caráter transitório da sociedade, encontra-se nestes, a possibilidade de reconhecimento bem como de outorga deste direito ao cidadão. Em um ponto ambas correntes são uníssonas, não se verifica a necessidade de restituição dos valores recebidos pois estar-se-á diante verbas alimentares.

Outro ponto que precisa ser recordado é que se houver a concessão deste direito haverá um desequilíbrio atuarial considerável o que com o transcurso de tempo desequilibrará ainda mais a estrutura da seguridade social do País.

Por fim, esta questão ainda está em pleno debate e demanda uma grande urgência para que o STF se posicione pois, atualmente cerca de 70 mil segurados aguardam um posicionamento sobre esta questão.

REFERÊNCIAS

CONJUR, Site Jurídico. Disponível em <www.conjur.com.br>. Acesso em: 19/08/2014.

CRUZ, Henrique Jorge Dantas. Site Jurídico Conjur. Disponível em <www.conjur.com.br>. Acesso em: 26/06/2015.

FEIJÓ, Coimbra. *Direito Previdenciário Brasileiro*, 1998. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Volume 15, 1997, 1998.

IBRAHIM, Fabio Zambitte. *Curso de Direito Previdenciário*, Niterói-RJ, Impetus, 2003.

UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA TEORIA DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA

Paulo Cesar Peron RAMOS

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
paulocperonramos@gmail.com*

Este trabalho procurou abordar de forma concisa a relevante questão das provas no Direito Processual Civil, tendo como enfoque principal o ônus da prova, seu histórico e evolução.

A evolução do Direito é consequência lógica da evolução da sociedade moderna, em que o Estado procura manter a pacificação social através de normas que resolvam de uma maneira justa e breve as questões que afligem tal sociedade.

Dentro dessas premissas, a prova, torna-se um fator extremamente importante dentro da função jurisdicional do Estado, e portanto, é objeto de constantes estudos e preocupações dos juristas, que procuram encontrar as melhores disposições para utilizá-las.

A dinamização do ônus da prova vem ao encontro desse modelo de satisfação jurisdicional, visando ser um elemento que pactua com o princípio constitucional da isonomia, dando condições ao magistrado, ao avaliar o caso concreto, de determinar qual das partes detêm naquele momento e naquela situação, a melhor posição na apresentação da prova, sem ferir os princípios da imparcialidade, da ampla defesa e do contraditório.

Agora, com o advento do novo Código de Processo Civil, ela passa a ser positiva, ampliando os poderes do juiz na condução do processo, porém de forma fundamentada e com ampla possibilidade de defesa e contraditório pelas partes.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMBI, Eduardo. *Direito Constitucional à prova no Processo Civil*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

PACÍFICO, Luiz Eduardo Boaventura. *O Ônus da Prova no Direito Processual Civil*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES: ESTUDO DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 186

Mariana Salcedo VIANA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
salcedo_mariana@hotmail.com*

Mais de 350 anos de escravidão. A Lei Áurea não teve o condão de transformar "coisa" em gente da noite para o dia e não avançou no sentido de dar aos negros o mínimo de condições de igualdade formal e material. Abrir as porteiras das fazendas e lançar os negros à própria sorte foi vontade governamental. Aos negros negou-se terra e educação, as duas únicas formas de ascensão social e promoção da dignidade humana da época, o que foi amplamente dado aos imigrantes brancos (que chegaram tão pobres quanto os escravos). O povo negro foi alienado das riquezas econômicas e intelectuais do país e as consequências perduram até os dias atuais.

Segundo o IPEA, 51% da população brasileira é negra e a outra metade tem o dobro de oportunidades. Os negros representam 70% dos 10% da população mais pobre do país, enquanto que os brancos somam 85% dos 10% da população mais rica. Não obstante, em números absolutos, temos mais de 33 milhões de negros vivendo em condição de pobreza e mais de 15 milhões vivendo em condição de miséria plena. Assim como o rico herda fortuna dos seus antepassados, alguns parecem esquecer que miséria também se herda.

O julgamento da ADPF 186 demonstrou que gerar oportunidades aos pobres como um todo não basta, pois, a população branca continuará a ter mais acesso, proporcionalmente ao atual, ou seja, o cenário social do país não se transformará. A falta de oportunidades não é, majoritariamente, o maior problema do negro, mas a dificuldade de acesso. Eis a necessidade de ações afirmativas que efetivamente libertem os negros da exploração da mão de obra precária e proporcione acesso ao desenvolvimento intelectual. Afinal, devemos tratar os iguais igualmente e os desiguais na medida da sua desigualdade. Isto é justiça.

REFERÊNCIAS

- [1]. ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: CIA das Letras, 1997
- [2]. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.
- [3]. KAUFMANN, Roberta Fragoso. *Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?* São Paulo: Livraria do Advogado, 2007.

ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SUA INSERÇÃO NA CULTURA JURÍDICA E EMPRESARIAL BRASILEIRA

Filipe Max de Oliveira SOUZA¹ e Prof. Dr. Reynaldo CAMPANATTI²

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/FEMA

²Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/FEMA
filipemxsouza@gmail.com¹, campanatti@femanet.com.br²

Em face às novas tendências de reforma processual que operam no ordenamento jurídico brasileiro, destacam-se, entre as iniciativas, os estímulos aos meios alternativos de solução de conflito como mecanismo minimizador da excessiva concentração de processos no Poder Judiciário. Assim, a presente síntese refere-se à pesquisa em iniciação científica, cujo objeto de estudo pauta-se na arbitragem, espécie de ADR (*Alternative Dispute Resolution*), recurso amplamente aplicado em contratos comerciais internacionais. Com efeito, demanda-se compreender sua formação e desenvolvimento em perspectiva universal e, particularmente, a experiência brasileira, a fim de vislumbrar os efeitos desse instituto em prol do crescimento econômico brasileiro. Desta forma, esta pesquisa teve como fito analisar o percurso histórico da arbitragem em diversas sociedades ao longo do tempo, buscando dados jurídicos, políticos e econômicos determinantes na caracterização do instituto e sua viabilização em seus estágios evolutivos. Este itinerário desfecha em um balanço histórico dessa modalidade jurídica na realidade histórica brasileira, vislumbrando os avanços e retrocessos sob o crivo cultural que impactaram no desempenho da arbitragem, além de esboçar seu quadro panorâmico moderno. Para atingir tais intentos, considerando o caráter exploratório da pesquisa, foi adotado como método de trabalho o levantamento bibliográfico, de relevo nacional e internacional, contemplando produções em língua portuguesa, inglesa e espanhola, analisando e ponderando de forma crítica os dados extraídos.

REFERÊNCIAS

BARRETT, Jerome T.; BARRETT, Joseph. *A History of Alternative Dispute Resolution: The Story of a Political, Cultural, and Social Movement*. 1st. Ed. San Francisco, CA, USA: A Wiley Imprint, 2004.

COELHO, Eleonora; CHIERIGHINI, Marina. Principais Aspectos da Arbitragem Comercial Internacional sob a Ótica Brasileira. In: *RIDB – Revista do Instituto do Direito Brasileiro*. Lisboa, Portugal. Nº 7, Ano 2, 2013. Disponível em: <http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/07/2013_07_06659_06759.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2015

OLIVEIRA, Fernando Henrique Fernandes de. *O Brasil na Arbitragem Comercial Internacional: Teoria, História e Instituições Contemporâneas*. Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília. Brasília/DF: UCB, 2012.

STRENGER, Irineu. *Arbitragem Comercial Internacional*. São Paulo: LTr, 1996.

O TRIBUNAL DO JÚRI: UM ESTUDO COMPARADO

Maria Carolina Wandekoken GRAZIOLI

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
carol.grazioli@gmail.com*

O presente trabalho de iniciação científica pretende abordar questões quanto a eficácia do procedimento do tribunal do júri no sistema jurídico brasileiro em comparação ao aplicado nos Estados Unidos. O júri popular, no decorrer da história, caracterizou-se como uma ferramenta legítima da manifestação de justiça, onde a população exerce o poder jurisdicional impondo ou não ao acusado o cumprimento de uma pena equivalente à violação da norma determinada. Em nosso sistema jurídico, são julgados no tribunal do júri os crimes dolosos contra a vida, ou seja, aqueles em que há a intenção do agente em retirar a vida da vítima, bem como os conexos a esses crimes.

A instituição do júri norte-americano se deu pela influência do sistema de *common law*, sendo que estes julgamentos têm uma grande participação e conscientização da população, cujos resultados podem irradiar em todo o sistema, contribuindo com a formação dos precedentes que adotam. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, o tribunal do júri é uma garantia fundamental, contemplada pela nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXVIII, bem como pela sexta emenda à Constituição Americana, sendo este um dos pontos convergentes entre o procedimento dos dois países. Entretanto, há também diferenças entre os dois procedimentos, desde o julgamento de casos da seara privada pelo júri americano até o sigilo das votações no júri brasileiro, casos que não vislumbramos reciprocamente.

Nesse contexto, a presente pesquisa visa pontuar as semelhanças e divergências no procedimento do Júri, comparando o estadunidense com o brasileiro e discernindo qual se demonstra mais eficaz.

REFERÊNCIAS

FINE, Toni M. *Introdução ao sistema jurídico Anglo-Americano*. Traduzido por Eduardo Saldanha. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

NASSIF, Aramis. *O novo júri brasileiro: conforme a Lei 11.689/2008, atualizado com as Leis 11.690/09 e 11.719/08*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

RAMOS, João Gualberto Garcez. *Curso de Processo Penal norte-americano*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2006.

RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: Visão Linguística, Histórica, Social e Jurídica*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

OS SISTEMAS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS E SÚMULAS VINCULANTES

Maria Carolina Wandekoken GRAZIOLI

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
carol.grazioli@gmail.com*

O presente trabalho pretende discutir questões relativas à aplicabilidade das súmulas vinculantes, bem como a influência do sistema da *common law*, contrapondo-se ao *civil law*, no sistema jurídico brasileiro.

No Brasil, o sistema oficialmente adotado é o *civil law*, pois temos como fonte primária do Direito a lei positivada e criada pelo poder legislativo, usando a jurisprudência apenas como fonte secundária, ponto que se diferencia da *common law*, sistema anglo-saxão, em que o órgão legitimado a criar direitos é o judiciário, baseando-se nos costumes e precedentes.

A Súmula Vinculante é um instituto, editado pelo Supremo Tribunal Federal, que foi adotado recentemente pelo Brasil e que tem como finalidade fornecer celeridade processual e segurança jurídica às decisões proferidas pelos Juízes de instâncias inferiores, bem como à administração pública de forma geral.

A constante mudança social que sofremos, multiplicação de processos e morosidade no Judiciário evidenciaram a necessidade de se criar um mecanismo que, com segurança jurídica, vinculasse as decisões de instâncias inferiores às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, surgindo assim, as súmulas vinculantes, instituto que nos aproximou da teoria dos precedentes aplicada na *common law*.

REFERÊNCIAS

- DAVID, René. *O Direito Inglês*. Traduzido por Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006;
- DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Volume 1*. 12ª ed. Salvador: Podivm, 2010;
- FINE, Toni M. *Introdução ao sistema jurídico Anglo-Americano*. Traduzido por Eduardo Saldanha. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011;
- MARINONI, Luís Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011;
- SCHÄFER, Gilberto. *Súmulas Vinculantes: análise crítica da experiência do Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

A EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE COMBATE A DROGAS NO BRASIL NA APLICAÇÃO DA LEI 11.343/06

Bruno Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
bruno_dorini@hotmail.com*

Atualmente, é facilmente perceptível que a política sobre drogas adotada no Brasil, o sistema repressivo, não está produzindo os efeitos pretendidos em sua criação. Além do aumento considerável da população carcerária, que é predominantemente integrada por quem supostamente cometeu o crime de tráfico de drogas, o investimento feito pelo Estado para extinguir a circulação de drogas na sociedade não está afetando, de forma satisfatória, as organizações criminosas que proporcionam o comércio ilícito de narcóticos.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo coletar dados empíricos, através de pesquisa de campo, de caráter exploratório, realizando levantamento de dados criminais sobre o combate ao tráfico de drogas desde o início da aplicação da Lei 11.343/06, verificar as regiões que apresentam maior número de incidências de tráfico de drogas neste município e a aplicação de questionário, a fim de analisar a opinião pública em relação a efetividade da atual política de drogas adotada no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOIRA, Renan Kramer Boeira. **A lei antidrogas no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4116, 8 out. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29754>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CALSING, Renata de Assis. **A teoria da norma jurídica e a efetividade do direito**. Disponível em: <<http://mdf.secrel.com.br/dmdocuments/Renata%20Calsing.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

RIBEIRO, Vivianne Lima e PEREIRA, Camilla Cavalcante Pereira. **Lei De Drogas: Simbólica Ou Não?** Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=3707&idAreaSel=4&seeArt=yes>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SIMÕES, Juliana Thomazini Nader. **A evolução da lei antidrogas no Brasil e as influências na determinação de seus rumos**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 13 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47356&seo=1>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

VIGGIANO, Fernando Braga. **A efetividade da Lei n. 11.343/06: Usuário de drogas e tratamento**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B70053ABE-476C-4CC3-BF9C-4F7050DB80E8%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D>. Acesso em: 27 nov. 2014.

A POSSIBILIDADE DE TESTAMENTO EM BENEFÍCIO DE PROLE EVENTUAL DE CONCUBINA

Vitor Guadanhin Pereira do CARMO¹ e Jesualdo Eduardo de ALMEIDA Júnior²

¹ASSIS - SP

²ASSIS - SP

vitorguadanhin@gmail.com¹, jesualdo@femanet.com.br²

O presente trabalho tem por finalidade discutir a possibilidade jurídica do testamento em favor de prole eventual de concubina. Nesse sentido, será discutido a validade de aplicação de atuais normas como as do artigo 1.799 do Código Civil e o artigo 1801, inciso III, também do referido diploma, uma vez que atualmente existe grande demanda dos tribunais superiores no sentido de ampliar cada vez mais os direitos inerentes às pessoas, especialmente quando se trata de direito de família, da personalidade e de sucessões. Para um melhor aproveitamento das ideias, foi necessária a estruturação do trabalho em distintas formas, sendo abordado separadamente o instituto do testamento em favor de prole eventual e a proibição do testamento em favor de concubina. Após a breve discussão de tais temas, parte-se, por fim, para a problematização maior da questão, que se encerra com os entendimentos mais recentes dos Tribunais que apresentam a possibilidade de aproveitamento prático do tema.

REFERÊNCIAS

- [1]. DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**, volume 6, direito das sucessões, 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- [2]. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 7: direito das sucessões, 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- [3]. Tartuce, Flávio. **Manual de direito civil**, 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- [4]. LIMA, José Heleno de; CARVALHO, Dimitre Braga Soares de; LIRA, Daniel Ferreira de. O tratamento jurídico da prole eventual no Brasil: da inquietação sucessória às indiferenças. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12152>. Acesso em 28 de Setembro de 2015.

POLÍTICAS MUNICIPAIS AMBIENTAIS EM RELAÇÃO À USINA DE COMPOSTAGEM E RECICLAGEM “JOSÉ SANTILLI SOBRINHO” NA CIDADE DE ASSIS

Eduardo Guadanhin SOBREIRA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
ogudanhin@hotmail.com*

Este trabalho pretende analisar as políticas públicas ambientais no município de Assis. Como questão central, abordaremos os investimentos municipais na coleta de recicláveis a partir da experiência da usina de compostagem e reciclagem. Sabe-se que a usina de reciclagem de Assis foi uma das pioneiras no Brasil, tendo sido referência na Rio-92. Assim pretendendo saber se os investimentos realizados pelo município e a gestão da referida usina acompanharam as necessidades de adequação aos desenvolvimentos do município.

O quanto a política pública está preocupada com a questão ambiental? É possível um maior investimento? Como está sendo tratado o lixo coletado? Quais são os planejamentos futuros com o desenvolvimento e o crescimento da população da nossa cidade? De que a política pública está a quem das necessidades ambientais, principalmente em relação a questão do lixo.

Incentivar um maior investimento na área de proteção ao meio ambiente (coleta de recicláveis) tendo em vista a reciclagem e a sustentabilidade. Pesquisando a atenção e como o município trata a questão ambiental, levantando assim os problemas ambientais presentes e futuros na região de Assis.

REFERÊNCIAS

- [1]. **ELEMENTOS DE DIREITO AMBIENTAL** Parte Geral – 2ª edição revista, atualizada e ampliada Marcelo Abelha Rodrigues 1ª edição: São Paulo: Max Limonad, 2002
- [2]. **DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL** Jose Afonso da Silva 1ª edição, 1994; 2ª edição: 1ª triagem, 1995; 2ª triagem, 1997; 3ª edição, 07-2000. MALHEIROS EDITORES LTDA.
- [3]. **CURSO DE DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO** Fiorillo, Celso Antônio Pacheco Curso de Direito ambiental brasileiro/ Celso Antônio Pacheco Fiorillo. – 10. Ed. Ver., atual e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2009 I.Direito Ambiental – Brasil I. Título.
- [4]. **DIREITO AMBIENTAL** PAULO DE BESSA ANTUNES 8ª edição, revista e atualizada Editora Lumen Juris Rio de Janeiro 2005

A INAPLICABILIDADE DO DIREITO PENAL DO INIMIGO FACE À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ricardo Bispo RAZABONI Junior¹, Claudio José Palma SANCHEZ² e Jesualdo Eduardo de ALMEIDA Junior³

ricardinhobispo@gmail.com¹; palma@femanet.com.br²; jesualdo@femanet.com.br³

O Direito Penal do Inimigo foi criado e vem sendo defendido e sustentado pelo doutrinador alemão Gunter Jakobs desde 1985. A teoria se embasa em uma distinção entre duas espécies de criminosos: a) os criminosos que têm suas garantias legais preservadas devido ao fato de terem praticados crimes de baixo grau ofensivo, assegurando-lhes a preservação de seus status de cidadão, garantindo-se ao criminoso, após o cumprimento da pena, permanecer com os seus direitos e com a perspectiva de reintegração social (Direito Penal do Cidadão); b) os criminosos de alta periculosidade que cometeram crimes de elevado teor ofensivo, e por conta disso deixariam de ter preservadas suas garantias legais (Direito Penal do Inimigo).

Os criminosos sujeitos a essa segunda teoria seriam submetidos a um tratamento diferenciado, com práticas rígidas de coação como forma de controlá-los, sendo considerados incapazes e de impossível reintegração social, momento em que seriam chamados de inimigos do estado. A análise da teoria de Jakobs deixa claro que diversos dos seus aspectos confrontam diretamente nosso ordenamento jurídico, sendo a aplicação de seu conteúdo inconstitucional.

A impossibilidade de sua aplicação se torna mais evidente quando a colocamos em confrontação com os preceitos e fundamentos do glorificado princípio da dignidade da pessoa humana, que por sua parte, assume extrema importância agindo como alicerce para todos os direitos e princípios fundamentais existentes na Constituição, bem como principal fundamento para a existência e manutenção do Estado Democrático de Direito.

Deste modo, verifica-se que a teoria alusiva acima é claramente inaplicável na realidade que vivemos hoje, não sendo esta a melhor opção para o combate à criminalidade, mas sim a criação de políticas públicas efetivas para que assim seja possível a reintegração social digna desses criminosos bem como a aceitação destes por parte da população.

REFERÊNCIAS

[1]. MUÑOZ CONDE, Francisco; BUSATO, Paulo César. *Crítica ao direito penal do inimigo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011.

[2]. BRASIL, *Constituição da República Federativa*, 1988.

[3]. JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. *Derecho penal Del enemigo*.

[4]. HACK, Erico; *Direito Constitucional, Conceitos, Fundamentos e Princípios Básicos*, Curitiba, Ibpex, 2008.

A POPULAÇÃO CARCERÁRIA E A REINCIDÊNCIA

Giovanna Fernanda Barreira GALLI

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis -
SP – Brasil
giibarreira01@gmail.com*

As prisões existem desde que a sociedade começou a se organizar e ter noção do certo e do errado.

Naquele tempo, as formas de punição e os meios de encarceramento eram os mais diferentes e que mais agrediam o ser humano iam de meios de tortura até a morte.

Infelizmente, nos dias atuais os sistemas penitenciários não estão cumprindo com seus objetivos, estes são feitos de depósitos onde milhares de homens ou mulheres são jogados ali a própria sorte.

Na esperança de que ao serem libertos possam arrumar meios de seguir suas vidas, sem ser taxados como ex presidiários de um sistema onde não há ressocialização, onde não há nem se quer estrutura para recebê-los.

Vivendo de maneira precária e sem nem uma instrução, ao cumprirem suas penas, voltam as ruas sem perspectiva, e se deparam com uma única solução, voltar as ruas e praticar novos crimes, é o que acontece entre oito de dez presos que são libertos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. *Junto e misturado – Uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão – causas e alternativas*. São Paulo: Ed.3, Editora Saraiva, 2004

CARVALHO, Luis Francisco. *A Prisão*. São Paulo: Editora Publifolha, 2002.

DIAGNÓSTICO ANÁLISE DOS ATOS INFRACIONAIS NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ASSIS E REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Amanda Cristine de SOUZA¹ e Maria Angélica Lacerda MARIN²

*^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
amandasouza.direito@hotmail.com¹, adoromeusalunos@hotmail.com²*

A criminalidade juvenil tem sido um assunto muito comentado atualmente, devido ao crescente envolvimento de crianças e adolescentes no crime, tratado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como ato infracional, e tal discussão gerou a polêmica da redução da maioridade penal. Este trabalho visa fomentar a discussão acerca do tema, e responder quais são os atos infracionais mais frequentes, bem como analisar o histórico de vida que envolve esses jovens, através de uma análise na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Assis. Partindo da afirmativa de que a atual política de ressocialização não tem atendido as expectativas, e há um clamor por parte da sociedade nesse sentido, o trabalho buscará também responder se a redução da maioridade penal seria o melhor caminho para combater a violência e a criminalidade juvenil, abordando os principais aspectos e os diferentes posicionamentos acerca da questão, bem como se haveriam outros caminhos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

CRISTINE DE SOUZA, Amanda. *Violência, Menor Infrator e Política de Ressocialização*. FMA-IMESA Assis. 2013

REBELLO, Carlos Eduardo Barreiros. *Maioridade Penal e a polêmica acerca da sua redução*. 1ª Edição. Belo Horizonte. Lus Editora. 2010.

SARAVA, João Batista. *Adolescente em conflito com a lei – Da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

JUDICIALISMO E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Lucas Cavalcanti Dias PEREIRA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
lucasdcavalcanti@gmail.com*

Sob a ótica dos acontecimentos históricos que sucederam a promulgação da Constituição Federal de 1988, o presente trabalho buscou analisar o fortalecimento do papel do Poder Judiciário em face da necessidade constitucional de estabelecimento do Estado Constitucional de Direito, sob o prisma da Carta Constitucional de 1988. Procuramos demonstrar que essa nova concepção de Estado requer um novo arranjo do sistema de freios e contrapesos e uma revisão nos papéis de cada um dos Poderes sem, contudo, descaracterizar suas especialidades funcionais.

Nesse sentido, é preciso assinalar que a atuação mais acentuada do Judiciário nas questões políticas é legitimada pela Constituição de 1988, como maneira de garantir o fiel cumprimento de suas normas e princípios de Direito, na medida em que, pelo ponto de vista sociológico e histórico, o Judiciário sempre se revelou diligente em defender e garantir os preceitos constitucionais.

Deveras, objetivamos demonstrar que o Judiciário, a partir da vigência da Lei Maior de 1988, passou a ter força política e não meramente jurídica. O que importa na utilização da jurisdição constitucional como via política garantidora do Estado Constitucional de Direito que se espera alcançar no Brasil. Para reforçar a tutela e instrumentalizar a eficácia da proteção judicial dos direitos subjetivos, a própria Constituição prevê várias ações mandamentais, tais como o Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Datas e Mandado de Injunção, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, etc. Mais além, deixamos claras as intenções constituintes, a Carta de 1988 contemplou um abrangente sistema de controle de constitucionalidade, seja pela via política (como o veto presidencial e as Comissões de Constituição e Justiça nas casas parlamentares), seja pela dupla via jurisdicional (difuso e incidental e também o concentrado, exercido pelo Supremo Tribunal Federal).

Em suma, pretendemos demonstrar que o fortalecimento do Poder Judiciário é um fenômeno político que veio como consequência dos paradigmas estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. *Judicialização, Ativismo Judicial e a Legitimidade Democrática*. Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 18, 2009.

CAMPILONGO, Celso. *Os desafios do Judiciário: um enquadramento teórico*. In: *Direitos Humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros Editora, 1994.

CASTRO, Marcos Faro. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 34, v. 12, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.

HARBEMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e validade, volume I*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2012.

JACKMAN, Martha. *Constitutional rhetoric and social justice: reflections on the justiciability debate*. *Social justice and the Constitution: perspectives on a social union for Canada*. Canada, Carleton University Press,

MARRAFON, Marco Aurélio; LIZIERO, Leonam B.S. Poder Legislativo Brasileiro: entre o Presidencialismo Imperial e a Judicialização da Política. In: MIDÓN, Mario (org.). *Desafios del Constitucionalismo Sudamericano*. Resistencia: Contexto Libros, 2013.

MADISON, James. *The Federalist*, ensaio nº 48. New York: The Mordern Library.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editora, 2015.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O Espírito das Leis*. Introdução, trad. e notas de Pedro Vieira Mota. 7ª ed. São Paulo. Saraiva: 2000.

NETO, Paulo Mario Canabarro. *Princípios de la ética judicial iberoamericana: Motivación Judicial. "Motivación judicial bajo la perspectiva ética"*: Suprema Corte de la Justicia de la Nación; Cumbre Judicial Iberoamericana; Comisión Iberoamericana de Ética Judicial, 2012.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. Editora Malherios, São Paulo, 2009.

STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: uma nova crítica do Direito*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004.

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO MRCO CIVIL DA INTERNET

Kely Francelino SOARES¹ e Leonardo de GÊNOVA²

*^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
kelyfrancelino@hotmail.com¹, leonardodegenova@gmail.com²*

Existem várias leis que regulam a comunicação por meio de tecnologias e, fazendo um retrospecto das mesmas, chegamos à principal delas, conhecida como "Marco Civil da Internet".

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar como surgiu –ou seja, os princípios- da Lei 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, seu impulso, os princípios gerais de direito que a norteiam, assim como seu objetivo em geral.

Tem-se também neste trabalho o objetivo de demonstrar como a lei regula o direito ao esquecimento na Internet, já que informações de vários tipos podem ser acessadas e compartilhadas facilmente entre os usuários da mesma, sem muitas vezes, nenhum tipo de restrição.

Visando uma ampla aplicação da lei 12.965/14, analisamos como deve ocorrer essa aplicação no caso concreto, e onde, a mesma deve ser aprimorada para uma maior eficácia no caso concreto.

REFERÊNCIAS

LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo. *Marco Civil da Internet*, 1, São Paulo: Atlas, 2014.

MENDES, Adriano. *A polêmica sobre o direito ao esquecimento na internet*. Disponível em <<http://assisemendes.com.br/a-polemica-sobre-o-direito-ao-esquecimento-na-internet/>> Acesso em 5 set 2015.

MINEIROS, Associação dos magistrados. *STJ aplica o direito ao esquecimento pela primeira vez*. Disponível em <<http://amagis.jusbrasil.com.br/noticias/100548144/stj-aplica-direito-ao-esquecimento-pela-primeira-vez>> Acesso em 2 ago 2015.

PEDOFILIA NO ÂMBITO DA INTERNET

Bruna Grazielle LIMA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
brunagraziele12@hotmail.com*

A pedofilia é um ato existente desde o início da nossa humanidade, porém, com os avanços da globalização e com a facilidade de acesso via internet, esta prática vem sendo disseminada.

O escritório da ONU sobre drogas e crimes reuniu dados de diversas entidades em um estudo sobre abuso e exploração infantil online. O estudo encontrou 13 mil sites de pornografia infantil.

Atualmente, os criminosos sexuais não precisam mais se expor com intensidade como antigamente, não precisam mais perambular pelo considerado submundo da pornografia, basta acessar um chat ou site de relacionamento via internet para que suas vítimas estejam ali expostas, sem que corram o risco de serem flagradas assediando menores nas imediações de escolas ou vizinhanças. Na internet, são acobertados pelo anonimato ou muitas vezes por um pseudônimo falso, facilitando assim, a aproximação e estabelecendo um ponto de confiança entre o pedófilo e a criança ou adolescente.

Diante do exposto, esta pesquisa torna-se de suma importância, pois, apresentará e alertará sob um problema conhecido e existente há muito, que deve ser reprimido com mais eficácia, e para tal necessita do apoio de toda a sociedade, uma vez que o mal causado às crianças e às seus familiares perpetuam-se por toda a vida da pessoa abusada. Salienta-se também que esta possui asseverada relevância para os universitários, uma vez que estudará o perfil dos criminosos e suas vítimas, tanto no aspecto do adulto com transtornos e os considerados criminosos, os principais autores e estudiosos, objetivando dar um maior esclarecimento sob o tema e quais as possíveis soluções, e para tanto será utilizado o método bibliográfico, bem como pesquisa de campo e entrevista com magistrado federal.

REFERENCIAS:

http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10793.htm

NUCCI, Guilherme de Souza.in:_____Crimes contra a dignidade sexual. 2 ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2010.

A CULTURA DE PRIVILÉGIOS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Heloisa Flory da Motta de SIQUEIRA¹ e Elizete Melo da SILVA²

(1,2) Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

helo.flory.motta@hotmail.com¹, dedemelo@femanet.com.br²

Há uma forte tendência a privilégios arraigada em nossa cultura. A desmoralização e a corrupção de valores assolam o país, que já carrega uma descrença na figura do homem político. Dos três poderes que sustentam a nossa democracia, o que inspira maior confiança é o Poder Judiciário. É necessário que os operadores do Direito atentem ao contexto social e laborem de forma transformadora do cenário brasileiro. A cultura abusiva de privilégios acompanha o país desde sua formação. Paulo Gusmão já relembra que o direito cessa onde começa o abuso. E nada mais comum ao cotidiano do brasileiro do que os abusos de poder.

Uma retomada história, feita inicialmente com a clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, nos levará a compreender tal característica brasileira: *“Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável”*. A busca por uma posição social diferenciada da maioria reitera após séculos a realidade descrita por Holanda no que tange aos colonizadores: *“Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios”*.

Paulo Nader afirma que o legislador de nossos tempos não pode ser um mero espectador do panorama social. Paulo Dourado de Gusmão, ao discorrer sobre a relação entre direito e poder, traz com clareza a importância do direito sem abusos de poder e privilégios exorbitantes: *“Mas, para que (o direito) tenha o apoio da opinião pública, ou melhor, da sociedade civil, deve respeitar as exigências históricas da justiça, os princípios e valores morais. Do contrário, é condenado, pela sociedade. Comanda, sem convencer ou sem apoio da sociedade civil”*.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Aplicação do direito e contexto social*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1998

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. 35ª Ed. Rio de Janeiro: Ed Forense, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.



ENFERMAGEM

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM FRENTE AOS CUIDADOS DE IDOSOS NO BRASIL

Sabrina Pereira Campos TOZO¹ e Maria José Caetano F. DAMACENO²

¹Discente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA.

*²Docente Mestre em Saúde e Envelhecimento do Curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA
sabrina_tozo@hotmail.com¹, marin.mjcf@hotmail.com²*

Atualmente, nos deparamos com as mudanças na composição da população no Brasil. Há um aumento gradativo no número de idosos e segundo o instituto brasileiro de geografia e estatísticas (IBGE) de 2008, estima-se que em 2050, o número de pessoas acima dos 60 anos irá corresponder a aproximadamente 30% da população (INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR, 2013).

Com o aumento da população idosa será necessário um número maior de cuidadores, visto que grande parte desta população é acometida por doenças crônicas degenerativas ou doenças não transmissíveis.

A necessidade de realizar todas as atividades em curto período faz com que o cuidador deixe de cuidar de si mesmo, levando à fragilidade de sua saúde e ao aparecimento de doenças. É necessário vislumbrar o cuidador, pois, trata-se de um ser biopsicossocial e espiritual que necessita de cuidados tanto quanto o idoso (ABREU; PIRES; RIBEIRO, 2009).

Desta forma, o presente estudo tem por objetivo categorizar os artigos selecionados quanto a algumas variáveis e identificar o papel da enfermagem em relação à educação em saúde aos cuidadores a fim de subsidiar, a partir da pesquisa, novos conceitos e olhares em relação ao papel do enfermeiro enquanto educador em saúde diante do cuidador de idosos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carolina Becker Bueno; PIRES, Nívia R; RIBEIRO, Miriam Ikeda. *Cuidando de quem já cuidou: o papel do cuidador*. São Paulo, 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR. *Envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro*. Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. São Paulo, 2013.

O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NO AMBIENTE DE TRABALHO: BURNOUT, UMA REVISÃO DE LITERATURA

Fernanda Cenci QUEIROZ¹, Lygia Priscila Vieira de ANDRADE² e Maria José Caetano F. DAMASCENO³

¹Docente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis- FEMA.

²Discente do curso 5º Ano do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis- FEMA.

³Docente do Curso Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis- FEMA.

nandacq@hotmail.com¹, pry.andrade@hotmail.com²

As pressões no trabalho, como conflito de interesses e a sobrecarga, contribuem para o desequilíbrio e o estresse não resolvido leva à deterioração da saúde mental, manifestada por depressão e pela síndrome de Burnout¹. Este trabalho visa demonstrar as estratégias de prevenção do adoecimento de Burnout, que tem cada vez mais acometendo os trabalhadores de enfermagem. O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, a partir de artigos científicos indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na base de dados Literatura Latino-America e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Estudos apontam como estratégia de prevenção para estes trabalhadores, a necessidade de suporte organizacional, estratégias de valorização³. A necessidade de implementar apoio psicológico⁴, desenvolvimento de um processo de avaliação, prevenção e controle de riscos e danos ocupacionais que atendam às necessidades de saúde do trabalhador⁵. Estratégias de Coping⁶. Consta-se em um outro estudo estratégias de enfrentamento em três dimensões: educativa, comunicativa e organizacional⁷. **Conclusão:** É de extrema importância a realização de estudo que aborde sobre este tema pois o Burnout tem acometido cada vez mais os profissionais de enfermagem. Se faz necessário as instituições e os seus gestores deem mais importância a saúde dos trabalhadores de enfermagem, planejando e lançando estratégias de prevenção para que o mesmo possa desempenhar o seu papel com mais qualidade no seu ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

- [1]. QUEIROZ, S G. *Condições de trabalho e saúde dos enfermeiros em oncologia*. Rio de Janeiro, Março, 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- [2]. SELIGMANN-SILVA. Psicopatologia e Saúde Mental no Trabalho. In: MENDES, R. *Patologia do trabalho*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Atheneu. 2003. **3**. Tamayo, M. R., & Tróccoli, B. T. (2002).
- [3]. Tamayo, M. R., & Tróccoli, B. T. (2002). Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. *Estudos de Psicologia*.
- [4]. Pereira CA, Miranda LCS, Passos JP. O estresse ocupacional da equipe de enfermagem em setor fechado. *Rev. pesqui. cuid. fundam.* (Online). 2009; 1(2):196-202.

[5]. Valença CN, Azevêdo LMN, Olivei AG *et al.* A produção científica sobre a saúde do trabalhador de enfermagem. *Rev.de pesquisa cuidado é fundamental online*; 5(5,n.esp):52-60, dez. 2013.

[6]. McIntyre T, McIntyre S, Silvério J. Respostas de stress e recursos de coping nos enfermeiros. *Anal Psicol.* 1999;17:513-27

[7]. Dalmolin GL, Lunardi VL, Lunardi Filho WD. O sofrimento moral dos profissionais de enfermagem no exercício da profissão. *Rev Enferm UERJ.* 2009 Jan-Mar; 17(1):35-40.

CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM QUANTO AO PROTOCOLO ACLS

Isabela Aparecida Moro da SILVA¹ e Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI²

¹Discente do quarto ano do Curso de Enfermagem FEMA

²Enfermeira Mestre Docente do Curso de Enfermagem da FEMA
izinhomoro@hotmail.com¹, Caroline_lat@hotmail.com²

Este estudo abordará o conhecimento dos discentes quanto à última atualização do protocolo de Parada Cardiorrespiratória (PCR) e manobras de Ressuscitação cardiorrespiratória (RCP). Atualmente, constatamos a existência de profissionais de Enfermagem que não conhecem a última atualização do protocolo da PCR segundo *Advanced Cardiac life suppor*. Sendo assim, esses profissionais não se sentem seguros para atuar em uma PCR, e também não garantindo uma boa assistência.

Geralmente, os profissionais de Enfermagem são os primeiros que respondem à uma PCR, iniciando manobras de RCP, nas quais existem técnicas quanto a posição da vítima/paciente, compressões e ventilações, padronizadas no protocolo de PCR, no Suporte Básico de Vida (BLS).

Este trabalho se desenvolverá com base nas disciplinas de Terapia Intensiva Adulta e Neonatal, pois estas comportam temas relacionados à urgência e emergência, e assim se aprofundarão os estudos sobre o protocolo de PCR. A carga horária do curso é de 4.986 horas em 5 anos sendo que nas disciplinas de Terapia Intensiva Adulta e Neonatal, tem carga horária de 304 horas em 2 anos, assim sendo 6% da carga horária total. Esses 6% são suficiente para a aprendizagem de Urgência e Emergência que abrangem tantos aspectos? Assim, esta pesquisa tem como objetivo avaliar o conhecimento dos discentes do quarto e quinto ano de enfermagem em relação ao protocolo de RCP através de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, utilizando o método de Bardin como instrumento para análise dos resultados.

REFERÊNCIAS

AEHLERT, Barbara. *ACLS suporte avançado de vida em cardiologia: Emergência em cardiologia*, trad. da 4ªed. tradução: Bianca Tarise da Fontoura, editora: Elsevier, Rio de Janeiro, 2013.

CALIL, Ana Maria; PARANHOS, Wana Yeda. *O enfermeiro e as situações de emergência*. Editora: Atheneu, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Antonio Claudio. *Manual do socorrista*. 1ªed. editora: Martinari, São Paulo, 2011.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM FRENTE AO CLIENTE COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: UTILIZAÇÃO DA TEORIA DE ADAPTAÇÃO

Priscila de Cássia Nunes FERREIRA¹ e Caroline Lourenço Almeida PINCERATI²

*(^{1,2}Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
p.rii.scilinhaa@hotmail.com¹, caroline_lat@hotmail.com²*

A Insuficiência Cardíaca Congestiva (ICC) é uma patologia que acomete um grande número da população e apesar dos avanços no seu tratamento a maioria dos casos torna-se progressiva e permanente, refletindo em inúmeras internações que ocasionam um alto custo. Assim há uma necessidade dos profissionais de saúde identificar os cuidados de enfermagem ao paciente com ICC, utilizando como base teórica a teoria de Adaptação de Callista Roy que adota fatores essenciais para manutenção da vida, saúde e bem estar. Na teoria do autocuidado, Orem (GEORGE, 1993) descreve a possibilidade de prevenção dos fatores de risco para doenças através de ações de saúde.

Essas ações de saúde são atividades executadas por indivíduos, os quais são orientados pelo enfermeiro em seu próprio benefício para manutenção da vida, saúde e bem estar. É uma conduta que por meio da utilização de um programa efetivo, vai possibilitando escolhas de intervenções farmacológicas e não farmacológicas para melhorar a qualidade de vida e aderência ao tratamento através de educação em saúde. Considerando que a maior dificuldade é desenvolver condutas de adaptações dos pacientes com ICC, e então planejar os cuidados de enfermagem para resolver os problemas e diminuir as complicações; além de melhorar a qualidade de vida.

É importante salientar que o uso das teorias orienta as ações de enfermagem e essa aplicação à prática é discutida através do processo de enfermagem. Tal processo é constituído das seguintes etapas: histórico de enfermagem, diagnósticos de enfermagem, planejamento, implementação e avaliação (ROCHA, 2009).

REFERÊNCIAS

GEORGE JB. *Teorias de enfermagem: os fundamentos para a prática profissional*. Porto Alegre: Artmed; 1993.

Rocha LA, Silva LF. Adaptação psicossocial de pessoas portadoras de insuficiência cardíaca: diagnósticos e intervenções de enfermagem. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2009;11(3):484-93. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a04.htm>.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO SEGUNDO O MINISTÉRIO DA SAÚDE: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Marianne Crispim AMADO¹ e Caroline Lourenço de Almeida PICERATI²

¹*Discente do curso de enfermagem da FEMA*

²*Docente do curso de enfermagem da FEMA
marycrazygirl7@hotmail.com¹, Caroline_lat@hotmail.com²*

A classificação de risco tem como objetivo a melhoria do atendimento, dando mais agilidade ao paciente com maior risco de morte. A classificação de risco tem facilitado os atendimentos de urgências e mostra a fragilidade do fluxo das Unidades Básicas de Saúde.

Parte-se do princípio de que as unidades emergenciais são as principais portas de entrada dos usuários do SUS, o que, na maioria das vezes, resulta na superlotação, devido à excessiva demanda. Acredita-se que a maior parte dos casos dos usuários que procuram o pronto socorro poderia ser resolvida na atenção básica, pois geraria uma quantidade menor de conflito e maior qualidade na assistência da equipe multiprofissional.

Diante dos problemas existentes na atenção as urgências, o ministério da saúde lançou, em 2004, a cartilha de política nacional de humanização (PNH), que aponta o acolhimento como avaliação e classificação de risco, como dispositivo de mudança no trabalho da atenção e produção de saúde, em especial nos serviços de urgência emergência com o objetivo de organizar fluxo e reduzir o tempo de espera dos pacientes com urgência médica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

A Classificação de Risco é entendida como um processo dinâmico que consiste em identificar o risco/vulnerabilidade do usuário, considerando as dimensões subjetivas, biológicas e sociais do adoecer, e desta forma orientar, priorizar e decidir sobre os encaminhamentos necessários para a resolução do problema do usuário (PIRES, 2003).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. *Humaniza SUS- Acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde*. Brasília (DF): Ministério da saúde; 2004.

PIRES; PS. *Tradução para o português e validação de instrumento para triagem de pacientes em serviço de emergência: "Canadian Triage and Acuity Scale" (CTAS)* [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2003

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CLÍNICA DE ENFERMAGEM: IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Débora de Oliveira GASPARINO¹, Adauto MATUZAKI², Rosângela Gonçalves da SILVA³,
Almir Rogério CAMOLESI⁴, Regildo Márcio Gonçalves da SILVA⁵ e Luciana Pereira SILVA⁶

¹Bolsista PIBIC/CNPq; Graduanda do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

²Graduado em Ciência da computação pela FEMA

³Enfermeira, Me. em Biociências, Professora titular do curso de Enfermagem da FEMA

⁴Professor titular do Curso de Ciências da Computação da FEMA

⁵Biólogo, Professor, Doutor, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, SP, Brasil

⁶Bióloga, Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora Titular do Curso de Enfermagem da FEMA, Assis, SP

gasparino_debora@yahoo.com¹, adautomatuzaki@outlook.com², roseziquinelli@hotmail.com³,
camolesi@femanet.com.br⁴, regildo@assis.unesp.br⁵, sraregildo@yahoo.com.br⁶

A inovação tecnológica potencializa o cuidado científico e possibilita a agregação de recursos inovadores na assistência de enfermagem [1]. Neste contexto, tratou-se de um estudo qualitativo com objetivo de implantar um software protótipo na Clínica de Enfermagem da FEMA, com enfoque para a Sistematização da Assistência como uma tecnologia de Enfermagem.

Esta pesquisa é uma continuidade da bolsa PIBITI 2012-2013 baseando-se no conceito de prototipação [2]. A abordagem teve seu início na coleta e refinamento dos requisitos e avançou para a construção. A Tecnologia utilizada para desenvolvimento do sistema foi JavaFX. A fase de desenvolvimento foi marcada pela coleta de dados e implantação das informações do paciente, no decorrer do trabalho houve algumas intercorrências devida à configuração do hardware, foi atualizado o sistema de acordo com o desenvolvimento do software. Após atualizações, o sistema parou de travar ocorrendo à implantação dos dados com eficácia na clínica de enfermagem- FEMA.

Conclui-se que foi possível implantar software *NursingApp* desenvolvido para clínica de enfermagem, possibilitando o acesso das informações dos pacientes e uma redução significativa no tempo despendido pelos alunos de enfermagem em atividades relacionadas à escrituração.

REFERÊNCIAS

[1]. ÉVORA YDM. O PARADIGMA DA INFORMATICA NA ENFERMAGEM [tese livre-docência] Ribeirão Preto(SP): Escola de Enfermagem da USP, 1998.

[2]. PRESSMAN RS., Trad. de José Carlos Barbosa dos Santos. 3.ed., São Paulo: Makron Books; 1995 Engenharia de software.

REALIDADE DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Talita Ramirez Maia CELERE¹ e Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduanda em Enfermagem, Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

²Enfermeiro, Mestre em Ciências, Professor na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA
talitajgac_celere@hotmail.com¹, daniel.augustoo@live.com²

Este trabalho descreve a realidade do cenário brasileiro de urgência e emergência através de uma revisão de literatura, buscando a identificação dos motivos que levam ao caos nas portas do pronto socorro com o levantamento de soluções significativas para a mudança deste cenário caótico. A superlotação nos Serviços de Emergência dos hospitais é um problema mundial, que acarreta demora no tempo de espera para atendimento; alta tensão na equipe assistencial e pacientes acamados em corredores. Isto porque além dos atendimentos que não seria indicação de Urgência e Emergência, as unidades também precisam atender demandas de urgência e aguardar transferências entre hospitais. Todo esse cenário indica baixo desempenho do sistema e induz à baixa qualidade assistencial. Os trabalhos pesquisados levantaram os seguintes motivos, como o nível; socioeconômico, falta de médico no setor primário acompanhado pelos horários limitados de atendimento aos usuários, como alguns dos motivos que contribuem na superlotação dos serviços de emergência. A solução parece óbvia, cabe as autoridades o discernimento do gasto público, organizando o orçamento da saúde em locais onde a população mais sofre em relação à saúde-doença. Com isso, todos ganhariam. A população com qualidade de atendimento em todos os níveis de atenção à saúde e os profissionais de saúde que poderiam realmente atuar naquilo em que são treinados para executarem elevando a qualidade da assistência prestada.

REFERÊNCIAS

- [1]. BRASIL, Conferência Nacional de Saúde, 12^a. Brasília; 2003. **Relatório final**. Brasília: MS-CNS; 2004. (Série D – Reuniões e Conferências).
- [2]. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1863, de 29 de setembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, set. 2003.

A PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS ATUANTES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE FRENTE AO SEU ATENDIMENTO A PORTADORES DE TRANSTORNO DE BODERLINE

Ana Paula Carvalho CASSIANO¹ e Daniel Augusto SILVA²

^(1,2)Curso de enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
ana_paulina2008@hotmail.com¹, daniel.augustoo@live.com²

O conceito atual de Boderline foi aquele formulado inicialmente para a classificação norte-americana das doenças mentais de 1980, o DMS-III. Neste sistema diagnóstico, a síndrome Boderline deixa de ser uma aceção relativamente vaga de estados intermediários neurose-psicose, para ser um distúrbio específico de personalidade, no qual comportamentos impulsivos, autolesivos, sentimento de vazio interno e defesas egóicas muito primitivas seriam predominantes [1].

A enfermagem, sendo o elo principal entre saúde e doença, está inteiramente ligada ao sofrimento das pessoas doentes. As pessoas que sofrem precisam de alguém que lhes de os cuidados necessários para aliviar tal sofrimento. O presente estudo tem como objetivo avaliar o conhecimento dos enfermeiros da atenção básica, frente suas ações preventivas dos agravos relacionados ao Transtorno de Boderline. Avaliar a assistência preventiva de enfermagem pelo enfermeiro aos portadores de Transtorno de Boderline na atenção básica; Avaliar o acesso do paciente na rede de saúde municipal; Verificar como o enfermeiro se sente frente ao atendimento do portador de uma doença psiquiátrica.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, para avaliar a assistência de enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde da cidade de Assis, Estado de São Paulo. Participarão da pesquisa os enfermeiros responsáveis por cada unidade de saúde, se os mesmos aceitarem participar da pesquisa. Serão excluídos os quais estiverem de férias, licença de saúde ou maternidade e os que se recusarem a participar da pesquisa.

REFERÊNCIAS

[1]. DSM-III (APA) (1980). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 3rd ed. Washington, DC, American Psychiatry Association, 1980.

[2]. MENDES, Mariana Henriques; FREITAS, Valéria Anício; GOMES, Everton Teixeira. Consulta de Enfermagem: Uma prática necessária aos indivíduos com transtornos mentais. *Revista Enfermagem Integrada – Ipatinga: Unileste-MG-V.2-N.1-Jul./Ago. 2009*

TRANSTORNO DE BORDERLINE: COMPREENSÃO DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Ana Paula Carvalho CASSIANO¹ e Luciana Pereira SILVA¹

^(1,2)Curso de enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
ana_paulina2008@hotmail.com¹, sraregildo@yahoo.com.br²

Transtorno de Borderline é caracterizado como um padrão global de instabilidade dos relacionamentos interpessoais, da autoimagem e dos afetos e acentuada instabilidade que começa no início da fase jovem/adulto. Diante disto é necessário que os futuros enfermeiros estejam qualificados para atender a esse público com transtorno psiquiátrico, visando o indivíduo como um todo, prestando um atendimento com competência.

O objetivo do presente estudo foi avaliar o conhecimento dos alunos de enfermagem de uma instituição educacional frente ao Transtorno de Borderline. Tratou-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, para avaliar como os alunos de enfermagem vêm sendo preparados para a assistência prestada aos portadores de transtornos psiquiátricos, em uma instituição de ensino superior na cidade de Assis, estado de São Paulo, participaram da pesquisa os alunos matriculados no curso de enfermagem após convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa pelo número CAAE: 44513815.7.0000.5512.

Participaram da pesquisa 89 (oitenta e nove) alunos do 1º ao 5º ano de graduação em enfermagem, voluntariamente, conclui-se diante de todos os dados coletados a importância da matéria de psiquiatria na graduação de enfermagem, pois os alunos desta instituição apresentaram ter conhecimento referente ao transtorno de Boderline sendo que esta área profissional vem crescendo muito.

REFERÊNCIAS

- [1]. BLEICHMAR, BLEICHMAR. *A psicanálise depois de Freud: teoria e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- [2]. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação de Transtornos Mentais de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GESTÃO NA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Narayane Alves dos SANTOS¹ e Luciana Pereira SILVA²

¹Bolsista PIBIC/CNPq; Graduanda do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

²Bióloga, Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora Titular do Curso de Enfermagem da FEMA, Assis, SP
narayane.s2@hotmail.com¹, sraregildo@yahoo.com.br²

A enfermagem vem abrindo, nos últimos tempos, novos horizontes de trabalho para os profissionais da área que vão além do universo hospitalar, gerando sua inserção também no espaço escolar. Em virtude da pouca difusão, a maioria das pessoas desconhece às possibilidades de atuação desse profissional. As instituições de ensino infantil buscam propiciar à criança um desenvolvimento integral e harmonioso, em um ambiente de baixo risco de adoecimento e de acidentes. Por isso, é necessário que o(a) enfermeiro(a) se envolva no cuidado e na educação, visando à promoção de saúde da criança, que se encontra em fase de grande vulnerabilidade [1,2].

O Projeto teve como objetivo geral inserir nas instituições de educação infantil privada de Assis e região um estagiário remunerado do curso de enfermagem da FEMA por escola de forma coordenada para ações no âmbito da enfermagem na promoção da saúde e prevenção de acidentes dentro da escola.

Como resultado parcial obteve-se três bolsas remuneradas em duas escolas particulares em que pretendem continuar com as alunas durante dois anos. Nas ações de enfermagem foram contempladas a capacitação das estagiarias quanto aos primeiros socorros, conferencia da carteira de vacinação dos crianças, prevenção da dengue, e higiene das mãos nos parâmetros da técnica [3].

REFERÊNCIAS

[1]. CHILDERS, K. Problemas de saúde para bebês e crianças na pré-escola. *In*: HOCKENBERRY, M. J.; WINKELSTEIN, W. Wong: *Fundamentos de enfermagem pediátrica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. Cap. 14, p. 433-471

[2]. OLIVEIRA, M.; SANTOS, P.P.; SILVA, W.G.; COSTA, I.R. *A necessidade da inserção de enfermeiros nas creches: um aspecto para investigação de enfermagem*. Monografia: Barbacena UNIPAC. 16p.2012.

[3]. Código de ética e legislação. Lei nº 7498/86, regulamentado pelo decreto 94.406/87. Rio de Janeiro: COFEN. Disponível em: novo.portalcofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-junho-de-1986_4161.html. Acesso em 24 de novembro de 2014.

A VISÃO DOS ALUNOS DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM EM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA NESTA ÁREA

Marli Coelho TEODORO¹ e Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduanda em Enfermagem. Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

²Enfermeiro, Mestre em Ciências. Professor na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA
mahhcoelho@gmail.com¹, daniel.augustoo@live.com²

A enfermagem cada vez mais tem se mostrado capaz de evoluir, deixando de ficar somente na assistência, no cuidar com trabalhos rotineiros e mecânicos, mas explorando área de pesquisas, com finalidade de melhoria na saúde e bem estar da população. Este trabalho será realizado através de consulta de literatura e artigos acadêmicos. Com bases nessas referências bibliográficas serão elaborados questionários que darão ênfase a identificar a opinião dos alunos quanto a importância das pesquisas realizadas na área da enfermagem.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, para avaliar a visão dos alunos do curso de enfermagem FEMA tem sobre pesquisas científicas e participaram alunos do curso de enfermagem do 5º ano.

Os indivíduos da pesquisa deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi encaminhada para a Plataforma Brasil submetido no dia 20/04/2015 com aprovação CCAA: 44161015.0.0000.5512. Foi aplicado o questionário para os alunos do 5º de enfermagem no mês de junho de 2014, onde os dados estão sendo tabulados.

REFERÊNCIAS

[1]. COSTA, Andréia Cristina Barbosa; CHAVES, Erika de Cássia Lopes; TERRA, Fábio de Souza Terra; MONTEIRO, Lidiane Aparecida. Perfil dos grupos de Pesquisa de Enfermagem do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Revista Rene*. v.15, n.3, p.471-479, 2014.

[2]. ERDMANN, Alacoque L; LANZONI, Gabriela M de M; Características dos Grupos de Pesquisa da Enfermagem Brasileira Certificados pelo CNPQ que 2005 a 2007. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. v.12, n.2, p.316-322, 2008.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE SUBMETIDO À GASTROPLASTIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Gesiel MARQUES¹ e Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduanda em Enfermagem, Fundação Educacional do Município de Assis - FEM

²Enfermeiro, Mestre em Ciências, Professor na Fundação Educacional do Município de Assis - FEM
gesielmarques@hotmail.com¹, daniel.augustoo@live.com²

A obesidade é uma doença crônica e vem se compondo como um fenômeno mundial relevante de saúde pública no mundo. Os tratamentos existentes são farmacológicos e não farmacológicos. Nos pacientes que apresentam obesidade mórbida, a abordagem clínica geralmente é ineficaz e o tratamento cirúrgico se impõe como a única opção de tratamento. Desta forma, este estudo tem como objetivo geral identificar e analisar a assistência de enfermagem prestada ao paciente submetido à gastroplastia, bem como analisar a popularização desta no Brasil, identificar a assistência de enfermagem especialmente ao paciente submetido ao procedimento, pontuar a importância do papel do enfermeiro ao paciente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de busca a base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), descritores em ciências da saúde (DeCS) - Enfermagem, Obesidade, Tratamentos, Gastroplastia e Cuidados de Enfermagem. Foram identificados 26 (100%) artigos, desses artigos, 19 (73%) foram analisados após serem selecionados de acordo com critérios estabelecidos como, somente trabalhos publicados na íntegra, em idioma português e com a temática assistência de enfermagem ao paciente submetido à gastroplastia, desses estudos foi possível identificar os seguintes diagnósticos: Diarreia/Constipação, Distúrbio da imagem corporal, Dor aguda, Estilo de vida sedentário, Integridade da pele prejudicada, Integridade social prejudicada, Nutrição desequilibrada: maior do que as necessidades corporais, Padrão do sono perturbado, Padrão respiratório ineficaz, Proteção ineficaz, Risco de aspiração, Risco de desequilíbrio do volume de líquidos, Risco de desequilíbrio da temperatura corporal, Risco de infecção, Risco de queda. Após foi elaborado um protocolo de assistência de enfermagem ao paciente submetido à gastroplastia. Enfatiza-se a importância do enfermeiro ao pós-operatório oferecendo uma melhor qualidade de vida ao paciente.

REFERÊNCIAS

[1]. BRASIL. Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica. *O que é Obesidade?* Disponível em: <http://www.endocrino.org.br/o-que-e-obesidade/>. Acesso em: 12 abr. 2015

[2]. Brunner & Suddarth, *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

HUMANIZAÇÃO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E O PAPEL DO ENFERMEIRO

Kaynan Assis CRUZ¹ e Elizete Mello da SILVA²

¹*Graduando em Enfermagem, Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA*

²*Docente, Doutora em História, Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA
kaynan_cruz@hotmail.com¹, dedemelo@femanet.com.br²*

A prestação de serviço na área da enfermagem no Brasil é marcada por diferentes períodos históricos. O processo de trabalho de enfermagem integra a prestação de serviços à saúde, como parte do contexto político, econômico e cultural brasileiro. A Política Nacional de Humanização foi formulada pelo Ministério da Saúde e sua operacionalização depende dos municípios. Embora os municípios tenham autonomia para gerir o sistema de saúde em seu território, encontram dificuldades para desenvolver capacidades de formulação e financiamento de políticas. Nos anos 1990, o Ministério da Saúde passou a atuar como formulador e financiador, induzindo a adesão dos demais entes federados. É nesse contexto que se insere a Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004). Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizando-se das bases de dados SCIELO- Scientific Electronic Library Online e LILACS- Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, para a coleta de dados, além da utilização de livros, nas dependências da instituição de ensino FEMA (Fundação Educacional do Município de Assis). Conclui-se, portanto que o resultado deste estudo foi de extrema importância ao identificar que a humanização é um dos pilares fundamentais para o sucesso da assistência prestada pelo programa de saúde da família e o acolhimento é a porta de entrada para se tornar mais humano.

REFERÊNCIAS

[1]. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1863, de 29 de setembro de 2003. *Diário Oficial da União*. Brasília, set. 2003.

[2]. NERY, A. A. et al. Saúde da família: visão do usuário. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 397-402, 2005.

PSICOEDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO SONO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE

Luciana A FERREIRA¹ e Mariana Carolina Vastag R. OLIVEIRA²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

luciana_alvz@hotmail.com¹, marianacvastag@yahoo.com.br²

Uma pessoa passa, em média, um terço de sua vida dormindo. É uma necessidade humana fundamental para uma boa saúde e uma boa qualidade de vida. O sono é necessário para a conservação de uma vida saudável. A carência e/ou rotinas inadequadas de sono refletem nas atividades de aprendizado, e podem causar: diminuição da motivação e concentração, déficit de memória, sonolência diurna, alterações de humor, queda da imunidade, entre outras. Realizamos um levantamento utilizando o diário do sono e os valores e conceitos frente ao hábito de dormir de 30 pesquisados em uma Unidade de Saúde Básica da cidade de Assis-SP. A partir da análise da realidade dos pesquisados, selecionamos alguns conteúdos e atitudes, objetos da intervenção subsequente na Unidade Básica de Saúde. Os pesquisados foram convidados a participar do trabalho através do "diário do sono", cujos tópicos abordados foram: 1) deitou a que horas, 2) acordou durante a noite, 3) que horas conseguiu dormir, 4) quantas vezes acordou durante a noite, 5) etc. A maioria das atividades propostas no diário do sono foram alcançadas apesar das desistências no meio da pesquisa. Acreditamos que o maior desafio é a transposição do conhecimento teórico abordado para o cotidiano dos pesquisados e na efetiva modificação de comportamentos. Faz-se necessária também, a sensibilização dos próprios educadores de saúde uma vez que o tema ainda é pouco discutido no ambiente da Unidade de Saúde.

REFERÊNCIAS

I CONSENSO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SONO. *Insônia: do diagnóstico ao tratamento: I Consenso Brasileiro de Insônia: 2002*/ Associação Brasileira do Sono; [coordenação geral] Dalva Poyares, Sergio Tufik. Ed. Hypnos, 2002.

III CONSENSO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SONO. *Insônia: do diagnóstico ao tratamento: I Consenso Brasileiro de Insônia: 2013*/ Associação Brasileira do Sono; [coordenação geral] Andrea Bacelar, Luciano Ribeiro Pinto Jr. -- 1. Ed, São Paulo: Omnifarma, 2013.

ALMEIDA, M.A.B. *Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa* / Marcos Antonio Bettine de Almeida, Gustavo Luis Gutierrez, Renato Marques; prefácio do professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p.

BIOSSEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Ana Carolina Antunes Ferreira PINTO¹ e Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI²

¹Discente do 5º ano do curso de Enfermagem da FEMA

²Docente do Curso de Enfermagem da FEMA

anacarolinaantunes92@hotmail.com¹, caroline_lat@hotmail.com²

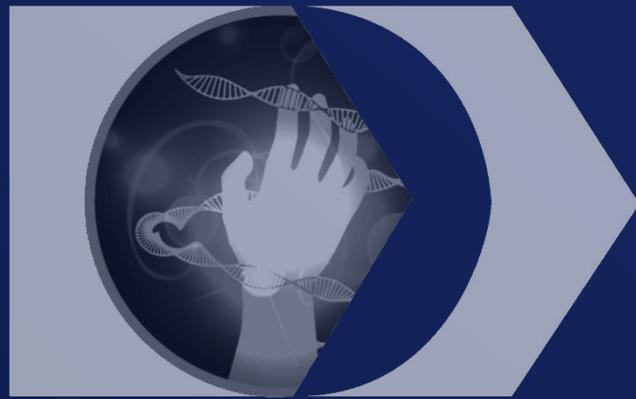
O presente estudo trata-se de um de revisão da literatura de abordagem quantitativa que tem como objeto de pesquisa estudos publicados nas bases de dados, Scientific Eletronic Library (SciELO) e Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Este estudo tem como objetivo geral: Identificar riscos aos quais o profissional de enfermagem é exposto no exercício de sua profissão na assistência ao paciente; Específicos: Caracterizar- Medidas de biossegurança a serem empregadas para prevenção dos acidentes de trabalho; O que leva a ocorrência de acidentes de trabalho; Especialidade que caracteriza maior exposição a risco. Em estudo realizado por Soares et al., 2013, no qual entrevistou cinco funcionários de uma instituição que sofreram acidente de trabalho, e evidenciou que entre os agentes materiais o perfuro cortante foi a causa primária de todos os acidentes, entre os agentes institucionais destaca-se a sobrecarga de trabalho, condições de trabalho noturno e realização inadequada de procedimentos, quanto as causas organizacionais, a enfermagem realiza cuidados integrais aos pacientes, não ocorrendo fragmentação do cuidado e por fim, mas não menos importante, agentes comportamentais, no qual evidenciou-se que mesmo os trabalhadores sabendo dos riscos, não praticaram as normas biossegurança nos cuidados, e com isso acabaram se perfurando. O enfermeiro sendo líder da equipe, deve sempre manter um bom relacionamento interpessoal, para que o atendimento ao paciente seja realizado com qualidade, e as normas de biossegurança sejam constantemente lembradas e aplicadas, pois além de evitar a exposição do profissional, traz segurança ao paciente com cuidados realizados de acordo com o preconizado.

REFERÊNCIAS

[1] COREN- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM (São Paulo). Livroto Coren- NR 32. São Paulo, 2012. 100p. Disponível em: <http://www.coren-sp.gov.br/sites/default/files/livreto_nr32_0.pdf>. Acesso: 03 de maio de 2015.

[2] SOARES LG, SARQUIS LMM, KIRCHHOF ALC, FELLI VEA. Multicausalidade nos acidentes de trabalho da enfermagem com material biológico. *Rev Bras Enferm*. 2013 nov-dez; 66(6): 854-9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n6/07.pdf>>. Acesso: 01 de maio de 2015.

[3] RAPPARINI C, REINHARDT EL. Manual de implementação: programa de prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes em serviços de saúde. São Paulo: Fundacentro, 2010. 161 p. Disponível em: <http://www.riscobiologico.org/upload/arquivos/workbook_final_20100308.pdf>. Acesso: 28 de julho de 2015.



INFORMÁTICA

PLUGINS DE APOIO AO TESTE DE MUTAÇÃO EM APLICAÇÕES MÓVEIS

Joel Rodrigues Alvares LEAL¹ e Guilherme de Cleve FARTO²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)
Joel_19lakers@hotmail.com¹, guilherme.farto@gmail.com²

No teste de mutação, também conhecido como análise de mutantes, são introduzidos pequenos desvios sintáticos sobre o código fonte, embora não causam erros sintáticos, alteram a semântica do programa e conseqüentemente levam o programa ao erro. Esses programas pouco alterados são chamados de mutantes e o objetivo desse teste é gerar casos que a partir da mesma entrada os resultados gerados pelo programa original seja diferente dos resultados gerados pelo programa mutante (DEMILLO et al., 1978).

Mutante é o nome dado ao programa modificado, cada programa pode gerar vários mutantes para ter os casos de testes.

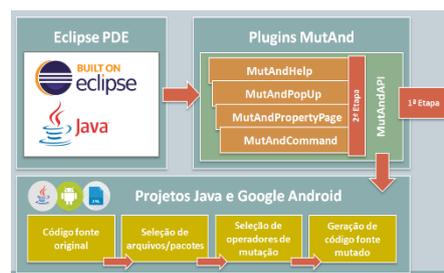


Figura 1: Arquitetura proposta

Com o desenvolvimento do *plugin* MutAndAPI, percebe-se que a possibilidade de melhoria nos testes de aplicações Java e *Google Android* se torna cada vez melhor, já que que o teste de mutação é aplicado mais facilmente através do *plugin* proposto, assim facilitando, agilizando e tendo um histórico dos testes realizados.

A partir deste projeto é possível dar continuidade, desenvolvendo novos *plugins* e incorporando novos operadores de mutação no MutAndAPI, visto que os primeiros passos já foram dados com a realização de tal projeto.

REFERÊNCIAS

DEMILLO, Richard; LIPTON, Richard. J.; SAYWARD, Frederick. G. Hints on test data selection: Help for the practicing programmer. IEEE Computer, 11(4):34.43, April 1978.

GAMIFICAÇÃO: A OTIMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS PARA COM A TECNOLOGIA

Claudio Fazano GUAZELI Junior¹ e Luiz Carlos BEGOSSO²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA
guazeli@gmail.com¹, begosso@gmail.com²*

Na atualidade é muito comum a tentativa de fazer com que um serviço ou um produto se torne um alvo maior da atenção ou preferência de um público. A computação tem se tornado um aliado das empresas neste sentido, tanto o objetivo dos profissionais de tecnologia da informação na construção de ferramentas para este fim quanto na utilização desses feitos pelas pessoas através do computador.

A gamificação é a inclusão da lógica de um jogo, que acaba por proporcionar interações mais intensas e que estimulam o envolvimento do público de forma lúdica. O termo gamificação abrange a utilização de elementos de jogos em atividade que não é propriamente um jogo, ou seja, o indivíduo pensa e utiliza da sistemática e da mecânica de jogos, porém sua ação não determina que ele esteja jogando [1].

O presente trabalho tem por objetivo explorar as técnicas e as aplicações da gamificação bem como, a partir destes conceitos, desenvolver e implementar uma lixeira que será instalada na cantina da faculdade.

As pessoas, ao se depararem com situações diferentes, expressam as mais diversas reações. Atividades realizadas diariamente tendem a tornarem-se tediosas por perderem sua atratividade e as pessoas, quando a realizam, o fazem de forma automática. Acredita-se que o presente projeto se justifica por promover o desenvolvimento da gamificação em produtos nos quais as pessoas desenvolvam suas atividades cotidianas. A gamificação de produtos ou de atividades rotineiras pode alterar o comportamento dos usuários e conseqüente melhoria de sua performance.

REFERÊNCIAS

[1]. FADEL, L. M., ULBRICHT, V. R., BATISTA, C. R., VANZIN, T. (org). **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

DATA WAREHOUSE COM INTEGRAÇÃO DE BUSINESS INTELLIGENCE

Roger Pereira dos SANTOS¹ e Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO²

^(1,2)Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
rogerpsantos3@gmail.com¹, apoletto@femanet.com.br²

O objetivo deste trabalho consiste em integrar as tecnologias de *Data Warehouse*(DW) ao *Business Intelligence*(BI), gerando resultados para gestores, mostrando as vantagens de uma boa tomada de decisão auxiliada por essas tecnologias onde é necessário desenvolver uma análise sobre os aspectos práticos dessas tecnologias, apresentando estudos de casos tendo contato com a ferramenta de banco de dados *Oracle* voltada para DW e a ferramenta *Pentaho* para BI.

Um DW é um armazém de dados que é utilizado para guardar informações de uma empresa e mantê-lo disponível e acessível para consultas posteriores. Essas consultas devem fornecer resultados claros, realmente auxiliando na competitividade das empresas no mercado de trabalho [1]

Os conceitos *Data Mining* estão relacionados com a nova tendência (para aplicações comerciais) de se buscar correlações escondidas em altos volumes de dados, nem sempre evidentes, principalmente no tratamento cotidiano dos sistemas de informação. Junto vem os *Data Marts*(DM) que significa um depósito de dados relacionados a um setor específico da empresa, criados para auxiliar no processo decisório das empresas. Assim, pode-se dizer que um DM é um DW setorial. Segue as mesmas características de um DW geral, mas tendo os seus dados voltados apenas para um setor. Portanto, um DW é formado por vários DM's [2]

Business Intelligence é uma extensa categoria de programas de aplicação e tecnologias para acumular, armazenar, analisar e fornecer acesso a dados com o objetivo de ajudar os usuários a tomarem as melhores decisões de negócio. Aplicações de BI incluem atividades de suporte à decisão, perguntas e relatórios, processamento analítico on-line, análises estatísticas, estimativas e *Data Mining*[3.]

REFERÊNCIAS

- [1]. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. *Tecnologia e projeto de Data Warehouse*. São Paulo: Editora Érica, 2004.
- [2]. BARBIERI, Carlos. *BI – Business Intelligence: Modelagem e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Editora Axcel Books, 2001.
- [3]. OLIVEIRA, Wilson José de. *Data Warehouse* Editora: Visual Books, 2002.

UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE INFORMÁTICA BÁSICA PARA A POPULAÇÃO IDOSA

Alexandre RIBEIRO¹ e Luiz Ricardo BEGOSSO²

*(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
alexandrereibeiro123@terra.com.br¹, begosso@femanet.com.br²*

Com o avanço da tecnologia cada vez mais rápido e abrangendo quase todas as áreas do cotidiano, a área da educação também está sendo envolvida. Neste contexto, o computador é um ótimo aliado para contribuir com os estudos dos alunos, sendo fundamental para o ensino de conceitos básicos de informática para a população idosa.

Os objetos de aprendizagem são definidos como entidades digitais ou não digitais que podem ser reutilizadas e abastecidas de mais informações. Um objeto de aprendizagem deve possuir sua parte gráfica para que possa ter a interação com o usuário de uma maneira mais atrativa e de fácil uso, para melhor entendimento do conceito que se pretende ensinar. Para que um objeto de aprendizagem seja considerado de boa qualidade, ele deve possuir elementos visuais e também outros recursos, tais como vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas web. Eles são desenvolvidos para o uso em diversas áreas de ensino e podem cobrir tanto ensino à distância, híbrido ou presencial em vários campos da educação.

No Brasil, os objetos de aprendizagem têm uma história recente pelo programa RIVED (Red Internacional Virtual de Educación), um projeto de cooperação internacional entre países da América Latina, em que atualmente trabalham em conjunto Brasil, Peru e Venezuela. Esse programa, no Brasil, é desenvolvido pelo Ministério da Educação, pela Secretaria de Educação à Distância, em parceria com a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC). É uma iniciativa para criação de material didático digital para potencializar o processo de ensino das ciências da natureza e da matemática no ensino médio presencial.

Este projeto tem o objetivo de desenvolver um Objeto de Aprendizagem com recursos educacionais interativos, para oferecer suporte pedagógico ao processo de ensino de conceitos de informática básica para a população idosa.

REFERÊNCIAS

LINUX EDUCACIONAL. Compreendendo OAS. Ministério da Educação. <http://webeduc.mec.gov.br/linuxeducacional/curso_le/modulo4_4_1.html>. Acesso em: 10 Jul. 2014.

ALGORÍTIMO GENÉTICO COMO SOLUÇÃO PARA A MOVIMENTAÇÃO DE UM BRAÇO ROBÓTICO SIMULADO

Gustavo Henrique Neves SILOTO¹ e Felipe Alexandre Cardoso PAZINATTO²

^(1,2)Ciência da Computação – Instituto de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis(FEMA) – Assis – SP – Brasil
gustavosilot@gmail.com¹, felipe_pazinatto@yahoo.com²

Introdução: Desde os primórdios da computação, a criação de um computador capaz de realizar tarefas de forma automática e independente da interação com o ser humano já era idealizado. Esse procedimento hoje é chamado de *Inteligência Artificial*(IA). Com o crescimento da computação e suas interconexões na vida humana, surgiram novos problemas, e a necessidade de soluções rápidas e eficazes, fez a IA ser aplicada ao mundo atual [2]. Uma IA pode ser definida como um agente inteligente composto de sensores (obtem os dados), gerando uma entrada, e a partir destes irá reagir, transformando-os em ações no mundo real/simulado, simulando um ser vivo. Baseado neste conceito, uma vertente de pesquisa, chamada de *Computação Evolucionária*(CE) foi criada, onde se utiliza de conceitos definidos por Charles Darwin em seu livro "A Origem das Espécies" e da Teoria da Evolução, respectivamente: adaptação, evolução e adaptação [2]. Um dos braços definidos pela CE é chamado de *Algoritmos Genéticos*(AG), sendo o mesmo definido por vetores de valores que representam um ser vivo, e cada posição do vetor representa um gene, definidos por um conjunto de valores {0, 1}. Estes valores, encadeados em uma sequência, definem as características genéticas específicas [1], podendo evoluir, se adaptar e sofrer mutação, com foco definido em uma função objetivo/problema. **Objetivo:** demonstrar a utilização do AG, o qual é aplicado a um simulador de um braço 3D (tridimensional), com 6 graus de liberdade, e sendo estabelecido um alvo, o mesmo deve ser movido sem que haja preocupação com o cálculo cinemático, e atingir o alvo, na presença ou não de obstáculos inseridos no simulador. **Métodos:** pesquisa bibliográfica com busca de trabalhos na área; busca de artigos e livros para embasamento teórico/prático e coleta de dados de experimentações. **Resultados Parciais:** foi desenvolvido até o momento testes do algoritmo genético, onde problemas de busca no espaço da função foram apresentados, e resolvidos em XXX-YYY iterações/mutações. Foi desenvolvido ainda o simulador do braço robótico em OpenGL 4.0. O AG especificado no objetivo está em desenvolvimento, consistindo de modificações nos graus de liberdade do braço robótico, na forma de uma árvore ternária cujos elementos são formados pela seleção dos melhores indivíduos do espaço de soluções.

REFERÊNCIAS

- [1]. MITCHELL, Melanie. *An Introduction to Genetic Algorithms*, 5ª Edição. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999.
- [2]. RUSSEL, Stuart J., NORVIG, Peter. *Artificial Intelligence A Modern Approach*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1995.

TECNOLOGIAS ÁGEIS PARA ENTRADA DE DADOS

Victor Hugo Elias MATTOS¹ e Luiz Ricardo BEGOSSO²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
viictor_maattos@hotmail.com¹, begosso@femanet.com.br²*

Este trabalho tem o objetivo de pesquisar diferentes métodos para realizar a entrada de dados em um sistema computacional, descrevendo as suas características, vantagens e desvantagens, para finalizar com um estudo comparativo entre as tecnologias. Além disso, a implementação de um software utilizando duas tecnologias diferentes – código de barras e QR Code – mostrará os benefícios para a entrada de dados.

Alguns métodos que estão sendo pesquisados neste trabalho é o RFID, código de barras, QR Code, Biometria através do Reconhecimento da Íris e Biometria através do Reconhecimento da Impressão Digital.

A tecnologia RFID é baseada na utilização de ondas eletromagnéticas (de rádio frequência) como meio para comunicar os dados de identificação de algum elemento, tais como produtos, componentes, caixas, pallets, containers, veículos, pessoas, ativos, máquinas e serviços. O código de barras é uma representação gráfica de dados, esses dados podem ser numéricos ou alfanuméricos. O reconhecimento dos dados é feito pela sequência de barras e os espaços entre as barras que seguem uma lógica determinada.

A biometria através de Reconhecimento de Íris Ocular é uma técnica que captura informações distintas da íris de uma pessoa que é diferente para cada indivíduo.

A biometria através de Reconhecimento de Digital é uma técnica que se baseia no reconhecimento de pequenas diferenças ao nível da epiderme da pele, as minúcias.

E, por fim, o QR Code é um código de barras bidimensional que pode ser escaneado por alguns dispositivos com câmera, através de uma imagem, possibilitando a entrada de dados.

REFERÊNCIAS

LUCAS, Luís. *Reconhecimento Biométrico da Íris na Região de Comprimentos de Onda do Infravermelho Próximo e do Visível*. 2001, 65p. Trabalho de Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Optometria em Ciências da Visão – Universidade da Beira Interior.

MAZI, Renan Corio; JÚNIOR, Amaldo Dal Pino. *Identificação biométrica através da impressão digital usando redes neurais artificiais*. In: Anais do XIV ENCITA 2008, 2009, São José dos Campos, Brasil.

FERRAMENTA PARA CRIAÇÃO, VALIDAÇÃO E RESOLUÇÃO DE DESAFIOS LÓGICOS TEXTUAIS

Diego Esmerio da SILVA¹ e Almir Rogério CAMOLESI²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP
diesmerio@gmail.com¹, camolesi@femanet.com.br²*

O processo de criação de desafios lógicos textuais não teve grandes mudanças em relação ao avanço da tecnologia. Segundo a Editora Coquetel, uma das referências na publicação de desafios, a criação é feita por profissionais treinados e especializados [1]. A criação de uma ferramenta com uma heurística inteligente, simulando o processo de resolução humano, visa minimizar a dependência de força bruta [2] para confirmação da unicidade das soluções, possibilitando a criação de desafios maiores e mais complexos sem penalidade no processo de validação. Como o processo de validação envolve a resolução dos desafios, é possível usar o mesmo motor para a resolução de desafios publicados e previamente confirmados como válidos, além de possibilitar a exportação de novos desafios em um formato de jogo para posterior distribuição.

Para uma melhor abrangência de regras, foi elaborado um sistema que permite ser acoplado a classes abstratas visando facilitar o processo de criação de novas regras por outros programadores. Tais classes se separam em regras independentes, sendo que cada regra tem toda a informação necessária e as regras dependentes. As regras dependentes armazenam o estado atual do desafio, necessário para obter a informação referente a regra. Tais regras são consultadas a cada nova informação, até que estejam marcadas como finalizadas.

Para uma melhor experiência do usuário, foram criadas ferramentas para marcar o texto relevante da regra em casos de contradições, permitindo verificar de forma rápida os possíveis erros lógicos. Espera-se que o software atenda tanto editoras especializadas quanto a jogadores casuais, passando pelo processo de criação, validação e resolução de desafios lógicos textuais.

REFERÊNCIAS

- [1]. COQUETEL. **PROBLEMAS DE LÓGICA**: Atitude saudável com todas as letras. 160. ed. São Paulo: Ediouro Duetto Editorial Ltda, 2014.
- [2]. ROSETTA CODE. **Zebra Puzzle**. Disponível em <http://rosettacode.org/wiki/Zebra_puzzle>. Acesso em: 27 set. 2015.

SISTEMA GERADOR DE COMPORTAMENTO HUMANO AFETADO DE ERRO

Marcos Roberto A. MEDEIROS¹ e Luiz Carlos BEGOSSO²

^(1,2)FEMA/IMESA – Assis
zxmarcos@gmail.com¹, begosso@gmail.com²

O erro humano pode ser descrito de duas formas: a primeira e mais tradicional, considera que o ser humano comete atos inseguros, erros e violações ao realizar uma determinada tarefa, sendo esta abordagem tomada em relação a pessoa; e a segunda forma está relacionada aos sistemas onde o erro pode ocorrer, neste caso entende-se que o erro é apenas um sintoma, não mais a causa, uma vez que mesmo nas melhores condições as pessoas podem cometer erros [1].

Neste trabalho, fora desenvolvido um sistema computacional capaz de simular o comportamento humano afetado de erros. O foco deste simulador está no domínio das interfaces gráficas de sistemas computacionais. Acredita-se que é possível criar sistemas tolerantes ao erro humano, uma vez que se tenha conhecimento de quando e porque ocorrem as limitações no processo cognitivo.

Os erros humanos simulados pelo sistema desenvolvido estão embasados no modelo GEMS (*Generic Error Modeling System*) que estabeleceu uma taxonomia do erro amplamente aceita na área de estudos sobre o erro humano [2].

Os erros humanos são simulados através de modelos cognitivos gerados pelo simulador desenvolvido para a arquitetura cognitiva ACT-R [3]. Tais modelos são gerados através das descrições dadas pelo operador do simulador do módulo de desenho da interface gráfica onde é possível construir a interface de um sistema, e no módulo de descrição da tarefa. A descrição da tarefa é feita a partir de uma linguagem de domínio específico chamada LDT (linguagem de descrição de tarefas).

REFERÊNCIAS

- [1]. REASON, James. *Human Error: models and management*. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1117770/>> Acesso em: 30 de setembro, 2015.
- [2]. REASON, James. *Human Error*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- [3]. ACT-R. *Página do Grupo de Pesquisa da Arquitetura Cognitiva ACT-R*. Disponível em: <<http://act-r.psy.cmu.edu/tutorials/>>. Acesso em 30 de setembro. 2015.

FOLHETO ONLINE

Ray Toti Felix de ARAUJO¹ e Luiz Carlos BEGOSSO²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
raytottifa@hotmail.com¹, begosso@gmail.com²*

O panfleto se caracteriza como uma das formas mais tradicionais de divulgação de ideias, produtos ou promoções. Geralmente ele é confeccionado em papel, fácil de manusear, possui baixo custo para criação e desenvolvimento, atingindo grandes públicos em pouco tempo de distribuição.

O presente trabalho refere-se ao desenvolvimento de um projeto web e aplicativo Android para o setor comercial, englobando diversos tipos de atividades comerciais. Em outras palavras, implementou-se os tradicionais panfletos distribuídos por empresas com finalidade de divulgar produtos e ofertas das lojas cadastradas para facilitar a compra dos consumidores e a lucratividade do empreendimento. Iniciativas correlatas a este trabalho foram encontradas em [1] e [2]. O presente projeto foi denominado de Folheto OnLine.

Para a construção deste trabalho foi utilizado ferramentas *Open Souce*. A base de dados foi desenvolvida com o MySQL. Na elaboração do projeto web utilizou-se a linguagem de programação Java, com o ambiente de programação Eclipse, e os frameworks Hibernate e Primefaces. Para o aplicativo móvel utilizou-se a linguagem de programação Android, com o ambiente de programação Android Studio, e um web service Soap desenvolvido em Java utilizando o ambiente de programação Eclipse com a biblioteca Ksoap2.

O Folheto OnLine, possui dois módulos: o módulo do usuário final no qual se pode escolher uma oferta para a aquisição de um produto anunciado; e o módulo administrador, no qual o proprietário do negócio deve cadastrar os anúncios e promoções.

O projeto se justifica por ser uma alternativa, ecologicamente correta, sob o ponto de vista do lixo gerado pela prática da distribuição dos anúncios em papel. Neste sentido acredita-se que o Folheto OnLine tem o potencial de ampliar a divulgação de produtos e ofertas bem como facilitar a pesquisa do consumidor no momento da compra.

REFERÊNCIAS

[1]. FLIPP. Flyer App. Disponível em: <<http://www.flippp.com/>>. Acesso em: 04 Nov. 2014.

[2]. FLYERTOWN. Flyer Canada. Disponível em: <<http://www.flyertown.ca/>>. Acesso em: 05 Nov. 2014.

SOFTWARE PARA AVALIAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE ALUNOS NA DISCIPLINA DE INGLÊS TÉCNICO NO PRIMEIRO ANO DE GRADUAÇÃO EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Matheus Congio GREGÓRIO¹ e Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)
matheus.cg@outlook.com¹, apoletto@femanet.com.br²*

A globalização dos mercados eliminou as fronteiras entre as nações e proporcionou o intercâmbio de produtos, serviços, ciência e cultura. Devido à influência econômica e cultural exercida pelos Estados Unidos, o idioma Inglês consolidou-se como o "idioma global". Assim, se faz necessário que os profissionais da área de **software**, como analistas de sistemas e programadores, tenham o conhecimento e estejam familiarizados com o idioma Inglês.

A sala de aula de uma universidade possui uma ampla diversidade sócio-econômico-cultural. No entanto, o processo de aprendizagem coletivo pode ser afetado por essa pluralidade e, assumir a premissa de que todas as pessoas aprendem da mesma forma, pode ser um erro. Existem pessoas que aprendem de forma mais rápida, enquanto outras levam mais tempo, havendo, ainda, aquelas que têm uma facilidade maior na retenção e aplicação do que lhes é ensinado [1].

Dessa forma, propõe-se a criação de uma ferramenta que forneça informações acerca do conhecimento dos alunos no idioma Inglês, classificando-os em níveis de conhecimento, de maneira que o professor possa utilizar tais informações para planejar o conteúdo da disciplina conforme as necessidades identificadas, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem.

Para isso, será desenvolvido um **software** que permitirá avaliar o aluno por meio de um questionário adaptativo, que selecionará as questões considerando a dificuldade das mesmas e a proficiência temporária do aluno. O **software** fará esse processo baseado na Teoria de Resposta ao Item (TRI), uma metodologia utilizada para avaliações educacionais. A TRI estabelece uma relação entre a habilidade do aluno e as questões do teste, fundamentada por modelos estatísticos, o que permite a análise do indivíduo em relação ao grupo em que o mesmo está inserido [2].

REFERÊNCIAS

- [1]. HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6ª ed. - São Paulo: Ática, 2008.
- [2]. PASQUALI, Luiz. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. 1ª edição – Petrópolis: Vozes, 2004.

APLICAÇÃO DO AMBIENTE KODU PARA ALUNOS INICIANTE EM PROGRAMAÇÃO

Alyne Dayana da Costa MASCARELI¹ e Luiz Carlos BEGOSSO²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
alyne_dayana@hotmail.com¹, begosso@gmail.com²*

Os jogos são cada vez mais utilizados para a educação e formação profissional em áreas diversificadas. Aprender programação através deles está se tornando cada vez mais frequente devido a motivação inerente. Para ensinar programação é preciso compreender e dominar o processo de programação, a prática de programar para ter uma transmissão eficaz de conhecimentos e habilidades.

Neste sentido, é necessário para criação de um programa a escrita do mesmo e para uma criança, iniciante em programação, a dificuldade encontrada na criação de programas em sua grande maioria está no entendimento do programa por inteiro, os alunos não sabem em geral o momento correto de utilizar as construções durante a elaboração dos seus programas.

Os ambientes introdutórios de ensino fazem parte de uma linha de estudo que ajuda e incentiva o aprendizado de programação a partir de ferramentas que apoiam o ensino [1]. Para o desenvolvimento desse trabalho utilizou-se um ambiente de ensino, desenvolvido pela Microsoft, denominado de KODU. O KODU é uma linguagem de programação visual que estimula o aprendizado de uma forma divertida. A linguagem usada é simples, fundamentada em ícones, e foi projetada para o desenvolvimento de jogos. Os programas são compostos de páginas, que são divididas em regras, que por sua vez são divididos em condições e ações.

O presente projeto está em fase final de execução e pretende analisar estudantes sem conhecimento prévio de programação, na faixa etária entre 10 e 13 anos. Para a realização do experimento elaborou-se um workshop contextualiza e ensina a criação de jogos na plataforma Kodu [2]. A partir dos resultados do workshop espera-se verificar, junto aos estudantes, o aprendizado dos princípios de programação de computadores.

REFERÊNCIAS

[1]. AURELIANO, V.C. O; TEDESCO, P. C. A. R. Avaliando o uso do Scratch como abordagem alternativa para o processo de ensino-aprendizagem de programação. In: Workshop de Educação em Informática - CSBC-WEI, 2012, Curitiba, Brasil. *Anais do Workshop de Educação em informática*. Porto Alegre: SBC, 2012.

[2]. STOLEE, Kathryn T. *Kodu Language and Grammar Specification*, 2010.

A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nícolhas Antunes CINTO¹ e Osmar Aparecido MACHADO¹

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA
Instituição Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA
nicholaas_nick@hotmail.com¹, osmar@femanet.com.br²*

O avanço tecnológico tem influenciado na automação das organizações, que buscam por meio da tecnologia, tornar mais eficiente os seus processos e/ou serviços e, por consequência, o volume de informações geradas nas organizações aumenta constantemente. Ocorre que nem sempre estas informações tem a qualidade suficiente para atender plenamente as necessidades organizacionais, porque, dados inúteis ou mal estruturados geram informações de qualidade duvidosa. Assim, este estudo tem como objetivo investigar a qualidade da informação, seus conceitos e como aplicá-los nas organizações e, deste modo, contribuir com sua influência no meio empresarial. Salienta-se, que a qualidade da informação afeta diretamente nos processos de tomada de decisões, pois informação sem qualidade pode gerar prejuízos inestimáveis, de modo a afetar a economia das organizações e até mesmo de países, uma vez que influenciam em questões políticas e sociais. Por isso, justifica-se entender o contexto em que as informações são geradas e, ao mesmo tempo, ajudar a desvendar as dificuldades pertinentes ao processo de aplicação destes conceitos. Por fim, se espera com o estudo, ajudar a sanar os problemas que, pela falta da aplicação da qualidade da informação, são gerados e, com isto, melhorar a tomada de decisão por parte das organizações.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, K. A terceira revolução da qualidade. *HSM Management*, v. 3, n. 17, p.108-112, 1999.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial*: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998, 237 p.

WANG, R. Y.; STRONG, D. M. Beyond accuracy: what data quality means to data consumers. *Journal of Management Information System*, Spring 1996, v. 12, n. 4, ABI/INFORM Global. Disponível em: <http://web.mit.edu/tdqm/www/tdqmpub/beyondaccuracy_files/beyondaccuracy.html>. Acesso em: 03 mai. 2015.

LINGUAGEM PARA ESPECIFICAÇÃO DE APLICAÇÕES COM BASE EM REDES DE PETRI ADAPTATIVAS

Joel Rodrigues Alvares LEAL¹ e Almir Rogério CAMOLESI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP
joel_19lakers@hotmail.com¹, camolesi@femanet.com.br²

Uma técnica utilizada para auxiliar os projetistas na modelagem de aplicações com comportamento modificável é a tecnologia adaptativa (NETO, 1993). A tecnologia adaptativa envolve um dispositivo não-adaptativo (subjacente) já existente em uma camada adaptativa que permite realizar mudanças no comportamento da aplicação definida.

Camolesi (2007) propôs um gerador de ambientes (metambiente) que possibilita a geração automática de ambientes para o projeto de aplicações adaptativas. Tal gerador fundamenta-se nos conceitos de Tecnologia Adaptativa e permite a definição de dispositivos adaptativos dirigidos por regras (NETO, 2001).

Neste trabalho está sendo desenvolvido uma linguagem para especificação de aplicações com fundamento em Redes de Petri Adaptativas. Tal linguagem deve possibilitar que um projetista utilize-se, posteriormente, de um tradutor da linguagem produzida para o Modelo Lógico proposto em (CAMOLESI, 2007).

REFERÊNCIAS

- CAMOLESI, A.R. Proposta de um gerador de ambientes para a modelagem de aplicações usando Tecnologia Adaptativa. Tese de Doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- NETO, J. J. *Adaptive Rule-Driven Devices - General Formulation and Case Study*. Lecture Notes in Computer Science. Watson, B.W. and Wood, D. (Eds.): Implementation and Application of Automata 6th International Conference, CIAA 2001, Springer-Verlag, Vol.2494, pp. 234-250, Pretoria, South Africa, July 23-25, 2001.
- NETO, J. J. *Contribuições à metodologia de construção de compiladores*. Tese de Livre Docência, USP, São Paulo, 1993.

SEGURANÇA EM REDE WIRELESS: UM ESTUDO DE CASO

Juliana Barroso LOMILER¹ e Fábio Éder CARDOSO²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)
julianalomiler@gmail.com¹, fabioeder.professor@gmail.com²

Com a inserção das redes sem fio, mais comumente conhecidas como redes *Wireless Fidelity*, houve uma grande expansão no uso dos dispositivos móveis. A mobilidade, como uma das características das redes *wireless*, foi uma das mais importantes para a sua disseminação no mercado (TANEMBAUM, 2003).

Com o uso massivo de redes sem fios, prover segurança nestas conexões é extremamente importante para que os usuários utilizem esta importante tecnologia de forma segura. Porém, em pontos de acesso, a falta segurança é o fator principal, tendo a possibilidade de perda ou roubos de informações. Aplicar técnicas e métodos de segurança é um fator primordial para qualquer segmento que utilize esta tecnologia.

Este trabalho apresenta o uso de técnicas de detecção de vulnerabilidades em redes sem fio, através de ferramentas integradas no (Beggs, 2014) Sistema Kali Linux, tais como, NMAP, ZENMAP, explorando de forma prática, as vulnerabilidades apresentadas na rede que utilizam o padrão IEEE 802.11.

REFERÊNCIAS

BEGGS, Robert W. *Master Kali Linux for Advanced Penetration Testing*. 1ª ed. Packt Publishing Ltd, 2014.

TANEMBAUM, Andrew. *Sistemas Operacionais Modernos*. 3ª ed. Tradução de Ronaldo A.L. Gonçalves. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2009.

TANEMBAUM, Andrew. *Redes de Computadores*. 4ª ed. Tradução de Vanderberg D. de Souza. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

SISTEMA DE GESTÃO DE PEDIDOS PARA RESTAURANTES E LANCHONETES

Junior Aparecido Rodrigues da CRUZ¹ e Célio DESIRÓ²

*^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil
juniorccna@hotmail.com¹*

Restaurantes e lanchonetes, na maioria dos casos, ainda utilizam o tradicional formulário em papel para anotar os pedidos. Este método muitas vezes se mostra ineficiente em dias de muito movimento gerando diversos problemas.

Pedidos anotados errados, com rasuras ou ilegíveis, dificuldade de leitura pelos cozinheiros, deslocamento excessivo dos garçons entre o cliente e a cozinha são alguns problemas que ocorrem no cotidiano destes estabelecimentos, muitas vezes causando ineficiência no atendimento e insatisfação do cliente.

Analisando este cenário, o projeto apresenta um sistema que automatiza os pedidos de lanchonetes e restaurantes para maior praticidade e qualidade do serviço.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Daniel Gomes. *Web Services SOAP em Java*. 2ª edição: Novatec, 2014.

CONVERSE, Tim; PARK, Joyce. *PHP 4 A Bíblia*. Campus, 2001.

DAYCHOUW, Merhi. *40 Ferramentas e técnicas de Gerenciamento*. Brasport, 2007.

GUEDES, Gilleanes T. A. *UML 2 – Guia Prático*. Novatec, 2009.

LIMA, Adilson da Silva. *UML 2.3 Do Requisito à Solução*: Erica, 2012.

MANSANO, José Augusto N. G. *SQL Server 2012 Express Guia Prático e Interativo*: Erica, 2012.

MARTINS, José Carlos Cordeiro. *Gerenciando projetos de desenvolvimento de software com PMI, RUP, e UML*. Ed. 5: Brasport, 2010.

MELO, Ana Cristina. *Desenvolvendo aplicações com UML 2.2 Do conceito à implementação*: Brasport, 2010.

RODRIGUES, Joel. *Modelo Entidade Relacionamento (MER) e Diagrama Entidade-Relacionamento (DER)*. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/modelo-entidade-relacionamento-mer-e-diagrama-entidade-relacionamento-der/14332>>. Acesso em: 02 de Fev. 2015.

STELLMAN, Andrew. *Use a Cabeça C#*. Ed. 2: Alta Books, 2011.



QUÍMICA

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DAS NASCENTES URBANAS DE ASSIS/SP, POR MEIO DO IQA – ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS

Victoria Pais JOSELINO¹ e Patrícia Cavani Martins de MELLO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis – SP – Brasil
vpais700@gmail.com¹, patricia_cavani@hotmail.com²

O município de Assis conta com várias nascentes, localizadas em unidades de conservação com grau máximo de proteção e outras, dentro do perímetro urbano, estando estas sujeitas a ações antrópicas. As nascentes urbanas localizam-se em áreas frágeis de interesse ambiental de proteção, desempenhando um papel imprescindível para a manutenção da qualidade, quantidade e garantia de perenidade da água dos córregos, ribeirões e rios. O IQA é o principal índice de qualidade da água utilizado no país, sendo desenvolvido para avaliar a qualidade de águas bruta, visando seu uso para o abastecimento público. É composto por nove parâmetros, com seus respectivos pesos, fixados em função da sua importância para a conformação global da qualidade da água. Este trabalho teve o objetivo de fazer uma avaliação preliminar da qualidade das águas das nascentes urbanas de Assis/SP, através da análise dos parâmetros de qualidade de compõem o IQA. As análises foram realizadas de acordo com as normas descritas pelo *Standard Methods For Water and Wastewater*. Nesta análise preliminar foi observado que das oito nascentes urbanas analisadas, três apresentaram qualidade regular, com IQA entre 36 e 51 e cinco apresentaram qualidade boa, com IQA estimado entre 51 e 79. Embora a maioria das nascentes urbanas avaliadas até o presente tenham se enquadrado com uma boa qualidade conforme o índice adotado pela CETESB, as observações *in loco* mostraram que algumas delas apresentam alto grau de degradação das matas ciliares, sendo que em algumas delas há inexistência desta. Todos estes fatores podem contribuir em curto e médio prazo com a qualidade da águas superficiais e subterrâneas, comprometendo seus usos.

REFERÊNCIAS

- [1]. NIZOLI, E.C., SPERA, K.D., HONDA, E.A. Determinação de Parâmetros de Qualidade da Água de Nascentes Urbanas como Subsídio para Gestão Ambiental. In: CONGRESSO DE BIOLOGIA DO BRASIL, 10, 2011, São Lourenço. Sociedade de Ecologia do Brasil. SEB, 2010. Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/xceb/resumos/2010.pdf>>. Acesso em: 11 ago.2015.
- [2]. AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA). *Standard methods for the examination of water and wastewater*. 20. ed. Washington: American Public Health Association; AWWA; WPCF, 2005. 1569 p.

PREPARO E CARACTERIZAÇÃO DE FILMES BIODEGRADÁVEIS REFORÇADOS COM FIBRAS DE CANA-DE-AÇÚCAR

Paula Consoli Ireno FRANCO¹, Mary Leiva de FARIA² e Ana Paula BILCK³

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis – SP – Brasil

³Universidade Estadual de Londrina – Londrina – PR – Brasil

paulaconsolif@hotmail.com¹, ml.faria@uol.com.br², ap.bilck@gmail.com³

O amido de mandioca tem sido amplamente utilizado na elaboração de materiais biodegradáveis [1]. Filmes de amido produzidos com a adição de fibras naturais levam à formação de compósitos poliméricos que apresentam melhores propriedades mecânicas e maiores resistência à umidade, além de diminuir os custos e aumentar a biodegradabilidade [2]. Assim, o objetivo desse trabalho é produzir filmes biodegradáveis a partir de blendas poliméricas de amido termoplástico reforçados com fibras de cana-de-açúcar e conservante sorbato de sódio, bem como caracterizar os filmes quanto à espessura, propriedades mecânicas, permeabilidade ao vapor de água e isotermas de sorção. Os filmes foram produzidos com amido de mandioca (3 g/100g solução filmogênica), glicerol (30g/100g de amido), fibras e sorbato de sódio, completando-se com água para obter 100g de solução filmogênica. Foram realizadas quatro formulações para os filmes, variando a concentração de fibras (5g, 10g, 15g e 20/100g de amido) e sorbato de sódio (0.25g, 0.5g, 0.75g/100g solução filmogênica). Cada formulação foi submetida à gelatinização e posterior secagem em estufa de ar forçado a 40°C. Todos os filmes foram produzidos pela técnica de *casting* e se mostraram contínuos, sem fraturas ou rupturas e sem ondulações. Os filmes com 5% de fibra tiveram, como esperado, a menor espessura, por conta de possuírem a menor concentração de fibras. Além disso, apresentaram maior resistência máxima à tração e maior flexibilidade. A rigidez dos filmes aumentou com o aumento da adição de fibras, porém esta característica foi perdida ao atingir 20% de fibra. Com o filme com 15% de fibra (F15) observou-se uma maior interação entre as cadeias poliméricas da matriz do amido e as fibras adicionadas, possibilitando a formação de um filme mais rígido e menos permeável ao vapor de água. Os resultados parciais levam a concluir que os filmes obtidos com fibras acima de 10% (que não sejam as nanofibras), perdem a resistência à tração, ficando mais frágeis e quebradiços, mas por outro lado melhoram as propriedades de barreira e diminuem a permeabilidade ao vapor de água.

REFERÊNCIAS

[1]. DEBIAGI, F.; IVANO, L. R. P. F. M.; NASCIMENTO, P. H. A.; MALI, S. Starch biodegradable packaging reinforced with lignocelulosic fibers from agroindustrial wastes. *Biochemistry and Biotechnology Reports*, v. 1, nº 2, 2012, p. 57-67.

[2]. MALI, Suzana. Starch, sugarcane bagasse fibre and polyvinyl alcohol effects on extruded foam properties: a mixture design approach. *Industrial Crops and Products*. v. 32, 2010a. p. 353-359

ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DE CORANTES NATURAIS EM NANOCÁPSULAS

Fernanda Messias RODELLA¹ e Silvia Maria Batista de SOUZA²

*^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis – SP – Brasil
fmrodella@hotmail.com¹, souzasm@femanet.com.br²*

Os corantes são substâncias ou mistura de substâncias adicionadas aos alimentos, bebidas e cosméticos com a finalidade de conferir ou intensificar a coloração própria do produto. A utilização pelo homem de corantes naturais, isto é, os de origem animal, vegetal e mineral é muito antiga [1]. Alguns métodos são empregados para estabilização dos pigmentos e incluem o uso de aditivos tais como o ácido ascórbico, íons metálicos e alguns ácidos orgânicos. Estes métodos podem envolver também a adsorção em gelatinas, alginatos ou silicatos ou então o encapsulamento dos pigmentos [2]. O presente estudo teve por objetivo produzir nanocápsulas com corante extraído da beterraba e o estudo da sua estabilidade. A obtenção das nanocápsulas de PLA foi realizada pelo método de deposição interfacial do polímero pré-formado, envolvendo uma mistura de fase orgânica em outra mistura de fase aquosa contendo o corante [3]. A emulsão obtida foi analisada em microscópio óptico com aumento de 60 vezes e com 40 vezes. Pôde-se observar a formação de estruturas organizadas que corresponde ao tamanho de microcápsulas. A estabilidade das nanocápsulas contendo corante foi analisada por medida pH durante 60 dias. O método mostrou-se eficiente para a formação de macrocápsulas. Os resultados sugerem a incorporação de corante no interior das microestruturas.

REFERÊNCIAS

- [1]. CARVALHO, J. C. Desenvolvimento de bioprocesso para a produção de pigmentos a partir de monascus por fermentação em substrato sólido. 2004. Tese de Doutorado. Departamento de Engenharia Química – Setor de Tecnologia, UFPR. Curitiba
- [2]. MORITZ, D. E; NINOW, J.L. Produção do Pigmento Monascus Por Monascus ruber CCT 3802 em Cultivo Submerso. 2005. p. 150, Tese (Doutor em Engenharia Química) - Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
- [3]. SHAFFAZICK, S.R.; GUTERRES, S.S.; FREITAS, L.L.; POHLMANN, A.R. Caracterização e estabilidade físico-química de sistemas poliméricos nanoparticulados para administração de fármacos. *Química Nova*, v. 26, nº. 5, 2003, p. 726-737.

EXTRAÇÃO E ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DO CRAVO DA ÍNDIA

Fernanda Messias RODELLA¹, Mary Leiva de FARIA² e Elaine Amorim S. MENEGON³

*^(1,2,3)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) – Assis – SP – Brasil
fmrodella@hotmail.com¹, ml.faria@uol.com.br², eamorim@femanet.com.br³*

Há muito tempo os produtos de origem vegetal como os extratos e os óleos essenciais têm sido empregados em diversas aplicações na medicina popular [1]. O óleo essencial dos botões florais do cravo-da-índia, extraído por hidrodestilação, tem como constituinte mais abundante o eugenol ou 4-alil-2-metoxifenol (88,38%) e acetato de eugenila (10,98%) e apresenta várias atividades biológicas como, por exemplo, antioxidante, antitumoral, inseticida, antibacteriana, entre outros [2]. Tendo em vista a necessidade de novas alternativas terapêuticas para o combate à resistência bacteriana e as diversas atividades biológicas apresentadas pelo óleo essencial do cravo-da-índia, o objetivo deste trabalho é extrair o óleo essencial dos botões florais desta planta e verificar sua atividade antimicrobiana perante as bactérias *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*. Para a extração do óleo essencial do cravo da Índia utilizou-se o sistema extrator de Cleavenger acoplado a um balão de fundo redondo de 1000 ml. Para a extração utilizou-se 200 gramas do botão floral do cravo e 500 ml de água destilada, realizando-se 2 repetições. Após separação do óleo por decantação, este foi submetido à centrifugação para a retirada do excesso de água. Os meios de cultura utilizados para análise antimicrobiana foram preparados conforme instruções dos fabricantes. Após preparo, foram dispensados em vidraria adequada e autoclavados a 121°C por 15 minutos. A atividade antibacteriana do óleo essencial do cravo e do eugenol foi realizada pelo método de difusão de disco (MDD). Obteve-se 7,29 gramas de óleo a partir de 200 gramas de botões florais, fornecendo um rendimento de 3,64 %. Através do teste de antibiograma realizado constatou-se que o óleo e o eugenol apresentaram atividade na concentração de 20 µL contra as bactérias testadas, visto que o halo de inibição foi de 14 mm para ambas as bactérias. Diversos autores atribuem ao composto majoritário do óleo de cravo, o eugenol, seu efeito bactericida. A atividade antibacteriana do óleo essencial foi atribuída de acordo com o halo de inibição, seguindo a classificação dos padrões de sensibilidade. Os resultados obtidos mostram que as duas bactérias testadas *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli* se mostraram sensíveis frente à concentração empregada do óleo essencial extraído e do eugenol, pois os halos formados foram superiores a 8 mm.

REFERÊNCIAS

- [1]. NASCIMENTO et. al. Atividade antimicrobiana dos óleos essenciais: uma abordagem multifatorial dos métodos. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, V. 17, nº 1, Jan./Mar. 2007, p. 108-113.
- [2]. AFFONSO et. al. Aspectos Químicos e Biológicos do Óleo Essencial de Cravo da Índia. *Revista Virtual de Química*, V. 4, nº. 2, 2012, p. 146-161.

ANÁLISE DOS PARÂMETROS FÍSICOS E QUÍMICOS DO CÓRREGO DA FORTUNINHA, ASSIS/SP

Evaldo Quirino dos SANTOS¹, Vitório dos SANTOS Junior², Marcio Alexandre da SILVA³ e Rafael Ribeiro da FONSECA⁴

¹Arboretu's Ambiental – Consultoria e Projetos

^(2,3,4)Universidade Paulista – Campus Assis

evaldobiologo@gmail.com¹

O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar e detectar contaminações químicas e físicas do Córrego da Fortuninha em cinco pontos de amostragens localizado no município de Assis-SP. As amostras coletadas foram e armazenadas em uma geladeira para sua conservação. Foram realizadas as análises de pH, condutividade, sólidos totais dissolvidos, cloretos, sílica, ferro total, dureza total, turbidez e cor verdadeira obtiveram valores dentro dos parâmetros exigidos pelo CONAMA 357 [1], para Águas Classe II, e pelo Decreto Estadual 8486 seguindo metodologias específicas para Controle de Qualidade de Águas e para Efluentes. No ponto (1) na nascente dentro do Parque Buracão tiveram os seguintes resultados pH 5,48; Condutividade 161,3 μ S/cm; STD 120,98; Dureza 52mg/L; Alcalinidade 32mg/L; Cloretos 16,5mg/L; Sílica 13mg/L; Ferro Total 0,085mg/L e Turbidez 0,35 UNT. No ponto (2), passagem pelo Parque Universitário em área urbana, obteve: pH 7,12; Condutividade 151,2 μ S/cm; STD 113,4; Dureza 58mg/L; Alcalinidade 55mg/L; Cloretos 18,4mg/L; Sílica 14mg/L; Ferro Total 0,248mg/L e Turbidez 2,19 UNT. Já no ponto (3), antes do local do Despejo de Efluentes do Tratamento de Esgoto na área rural, as análises foram: pH 6,70; Condutividade 245,0 μ S/cm; STD 183,75; Dureza 58mg/L; Alcalinidade 100mg/L; Cloretos 17,0mg/L; Sílica 15mg/L; Ferro Total 0,328mg/L e Turbidez 5,49 UNT. Amostragem no local do Despejo de Efluentes do Tratamento de Esgoto (área rural), ponto (4): pH 7,25; Condutividade 836,0 μ S/cm; STD 227,0; Dureza 64 mg/L; Alcalinidade 313mg/L; Cloretos 96,0 mg/L; Sílica 54 mg/L; Ferro Total 0,380 mg/L e Turbidez 47,70 UNT. E no ponto (5) após o Despejo de Efluentes do Tratamento de Esgoto (área rural) as análises foram: pH 7,16, Condutividade 126,6 μ S/cm; STD 94,95; Dureza 64mg/L; Alcalinidade 53mg/L; Cloretos 6,7mg/L; Sílica 17mg/L; Ferro Total 0,200mg/L e Turbidez 1,12 UNT. Verificou-se que o Córrego da Fortuninha é afetado diretamente pela poluição ambiental, degradação por erosão e assoreamento em seu perímetro urbano.

REFERÊNCIAS

[1]. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005.

[2]. Instituto Internacional de Ecologia (IIE). Lagos e reservatórios. Qualidade da água: O impacto da Eutrofização. RiMa, São Paulo, Brasil, 2000. V.3, 28p.

[3]. NIZOLI, E.C. Spera, K.D. Honda, E.A. Determinação de parâmetros de qualidade da água de nascentes urbanas como subsídio para gestão ambiental, Assis-SP, 2010.

ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA DE FONTES AQUÍFERAS NO MUNICÍPIO DE ASSIS

Edson Marcelino ALVES¹, Ramon Juliano RODRIGUES², Eutímio Gustavo Fernández NÚÑEZ³, Tiago FIDEMANN⁴ e Caroline dos Santos CORRÊA⁵

(1,2,3,4,5)UNESP - Assis, Faculdade de Ciências e Letras de Assis
edsonmaralves@hotmail.com¹

Os Índices de Qualidade da Água (IQA) são números simples que fornecem uma indicação relativa da qualidade da água, permitindo uma comparação espaço temporal de pontos distribuídos num mesmo corpo aquático ou entre distintas coleções hídricas [1]. Assim, o presente trabalho teve como objetivo determinar IQA em cinco pontos do Córrego do Jacu e em cinco pontos do córrego Água da Porca, ambos localizados no município de Assis-SP e avaliar a influência do lançamento do esgoto tratado de Assis sobre a qualidade da água do Córrego do Jacu. Um total de 60 amostras de água foram coletadas, entre os meses de março e agosto de 2015, e analisadas no laboratório de Engenharia de Processos da UNESP-Assis. O IQA foi determinado de acordo com a metodologia proposta pela CETESB [2] a partir da análise dos nove parâmetros que compõe o índice: coliformes termotolerantes (NMP/100mL), demanda bioquímica de oxigênio (mg/L), fósforo total (mg/L), nitrogênio total (mg/L), oxigênio dissolvido (mg/L), pH, sólidos totais (mg/L), turbidez (NTU) e variação da temperatura (°C). A partir da Figura 1 é possível observar que, mesmo na faixa considerada boa, o ponto P5 do Córrego do Jacu apresentou o menor valor de IQA, indicando poluição causada por esgotos sanitários, materiais orgânicos e sólidos. Conclui-se que o lançamento do esgoto tratado de Assis interfere negativamente no valor do IQA do Córrego do Jacu.

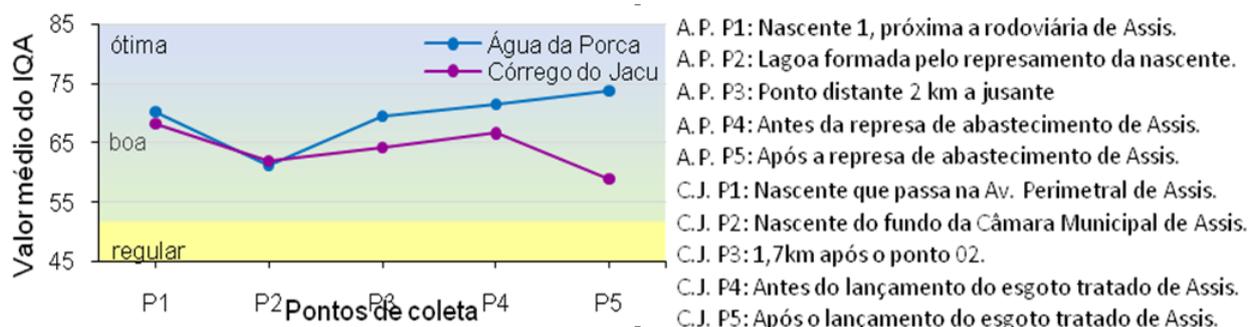


Figura 1: Média do IQA ao longo dos córregos Água da Porca e Jacu entre março e agosto de 2015.

REFERÊNCIAS

[1]. BROWN, R.M., N.I. MCLELLAND, R.A. DEININGER, E M.F. O'CONNOR. A water quality index-crashing the psychological barrier. In: Advances in Water Pollution Research: Proceedings of the Sixth International Conference Held in Jerusalem, por S. H. Jenkins, 787-794. New York: Pergamon Press, 1972.

[2]. CETESB. Disponível em: <<http://aguasinteriores.cetesb.sp.gov.br/informacoes-basicas/indices-de-qualidade-das-aguas/>>. Acesso em 07 de ago. 2015.

ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DE ANFOTERICINA B EM MEMBRANAS DE LÁTEX

Camila Eugenia dos REIS¹, Natan Roberto de BARROS², Rondinelli Donizetti HERCULANO³ e
Silvia Maria Batista de SOUZA⁴

^(1,4)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis – SP – Brasil

²Instituto de Química de Araraquara - Universidade Estadual Paulista – UNESP

³Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Universidade Estadual Paulista – UNESP
camilinha_eugenia@hotmail.com¹, natan501@hotmail.com², rond.donizetti@gmail.com³,
souzamb@femanet.com.br⁴

O látex natural é de fácil manipulação, apresenta baixo custo e possui alta resistência mecânica, além de ser um material biocompatível, ele também estimula a angiogênese [1]. A anfotericina B é uma droga de escolha no tratamento de leishmanias, que apesar de sua eficácia, suas formulações apresentam problemas de toxicidade após semanas de tratamento, principalmente em casos de sistemas imunológicos debilitados [2]. O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma matriz sólida utilizando látex natural extraído da seringueira *Hevea brasiliensis* (H. brasiliensis) e incorporar anfotericina B (Anf. B). As membranas foram preparadas com misturas de 1 ml de látex natural e 2 ml da solução de Anf. B (5 mg.mL⁻¹) que foram misturadas, homogeneizadas, e vertidas em placas de vidro, as placas contendo a mistura foram submetidas a uma lamina de nitrogênio e após foram liofilizadas. Os ensaios de liberação foram realizados pelo método estático, onde as membranas foram colocadas em beckeres com 100 ml de água e em tempos pré determinados foram realizadas análises em espectrofotômetro (varredura: 200 – 500 nm) para a identificação da quantidade de fármaco liberada em solução. A matriz polimérica desenvolvida neste trabalho foi capaz de liberar 55 % do fármaco incorporado em um período de 120 horas (5 dias). Adicionalmente, foi observada a estabilidade da Anf. B em solução contendo substâncias naturalmente liberadas pelo látex natural, esta observação é de grande interesse, uma vez que a Anf. B é instável em soluções aquosas em temperaturas acima de 8° [3]. Os resultados obtidos neste trabalho concluem que o látex natural extraído da seringueira H. brasiliensis pode ser utilizado como matriz sólida para liberação tópica de Anf. B.

REFERÊNCIAS

[1]. HERCULANO, R. D.; SILVA, C. P.; ERENO, C.; GUIMARÃES, S. A. C.; KINOSHITA, A. e GRAEFF, C. F. O. "Natural rubber latex used as drug delivery system in guided bone regeneration (GBR)". *Materials Research*, v.12, nº. 2, 2009, p.253-256.

[2]. FILIPPIN, F.B., SOUZA, L.C., Eficiência terapêutica das formulações lipídicas de anfotericina B. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, v. 42, 2006, p. 162-194.

[3] CRISTALIA produtos químicos e farmacêuticos LTDA. Disponível em:
<<http://www.2cristalia.com.br/takvip/arquivos/bulas/a05b842fdee4ade3a66a5465422a221a.pdf>> Acesso em Jul
2015.

ESTUDO DA EFICÁCIA DA AMOXICILINA INCORPORADA EM MEMBRANAS DE LÁTEX

Camila Eugenia dos REIS¹, Rondinelli Donizetti HERCULANO² e Gilcelene BRUZON³

^(1,3)Fundação Educacional do Município de Assis – FEMa

²Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Universidade Estadual Paulista – UNESP
camilinha_eugenia@hotmail.com¹, rond.donizetti@gmail.com², gilcebruzon@hotmail.com³

O *Staphylococcus aureus* está associado a enfermidades sistêmicas potencialmente fatais, infecções cutâneas, infecções oportunistas e intoxicação alimentar. É recorrente principalmente em hospitais, postos, dentre outros locais vulneráveis. Devido à sua virulência e resistência aos antimicrobianos tornou-se um paradigma das infecções bacterianas, sendo considerado um dos principais patógenos [1].

O látex extraído da seringueira *Hevea brasilienses* vem sendo utilizado como carreador, devido as suas características de biocompatibilidade e estímulo natural da angiogênese [2].

Este trabalho tem como objetivo incorporar o antibiótico amoxicilina em membranas confeccionadas com látex natural, estudar seu comportamento fármaco-membranas, visando criar um novo método de administração e verificar a sua eficácia contra os patógenos.

As membranas foram preparadas com misturas de 1 ml de látex natural e 2 ml da solução do antibiótico (2,5 mg.mL⁻¹), foram misturadas, homogeneizadas, e vertidas em placas de vidro. As placas contendo a mistura foram submetidas a uma lamina de nitrogênio e em seguida foram liofilizadas. Os ensaios de liberação foram realizados pelo método estático, onde as membranas foram colocadas em 100 ml de água e em tempos pré-determinados, foram realizadas análises em espectrofotômetro para a identificação da quantidade de fármaco liberada em solução.

Verificou-se que a matriz polimérica desenvolvida foi capaz de liberar 72 % do fármaco incorporado em um período de 96 horas (5 dias). As análises para verificação de inibição bacteriana encontram-se em andamento.

REFERÊNCIAS

[1]. LOWY, F.D. *Staphylococcus aureus* infections. New England Journal of Medicine. V.339, p.520-532, 1998.

[2]. LIECHTY, W. B.; KRYSCIO, D. R.; SLAUGHTER, B. V. e PEPPAS, N. A. "Polymers for Drug Delivery Systems". Annual Review of Chemical and Biomolecular Engineering. 2010; 1:149–173. Doi: 10.1146/annurev-chembioeng-073009-100847.

APLICAÇÃO DE PLANTAS PARA O TRATAMENTO DE EFLUENTES

Jessica C. T. de OLIVEIRA¹ e Gilcelene BRUZON²^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) – Assis – SP – Brasil
jessy_oliveira@live.com¹, gilcebruzon@femanet.com.br²

O crescimento populacional juntamente com o aumento da atividade industrial tem ocasionado diversos problemas ambientais. Alterações como qualidade do solo, da água e do ar podem indicar as dimensões desses problemas [1].

A fitorremediação é uma técnica que utiliza vegetais e sua microbiota a fim de degradar, isolar ou remover contaminantes do ambiente, sendo vantajosa por necessitar de baixo investimento e permitir que vários compostos possam ser fitorremediados em um mesmo local [2]. O aguapé é uma planta considerada daninha, com reprodução rápida. Suas raízes são capazes de retirar substâncias poluentes da água. Devido sua elevada concentração de proteínas, a biomassa pode ser utilizada para alimentação animal, suplemento alimentar entre outros [3].

O objetivo deste trabalho é verificar o efeito do tratamento de efluente doméstico e de indústria de fecularia utilizando a fitorremediação com *Eichhornia crassipes* (águape). Foram realizadas análises de DBO, DQO e coliformes antes da adição do aguapé e 15 e 31 dias após a adição. Não foi possível obter resultado de 15 e 31 dias para esgoto doméstico pois o aguapé secou. Assim para este sugere-se que seja realizado novo teste. Para o efluente da indústria, houve uma diminuição de DBO de 780 ppm em 15 dias e de 810 ppm em 30 dias. Para DQO observou-se diminuição de 14,5 ppm em 15 dias e de 14,60 em 30 dias. Na análise de coliformes houve diminuição de 4×10^2 NMP em 15 dias e de $1,7 \times 10^3$ em 30 dias. A partir dos resultados obtidos foi possível observar que o aguapé pode ser uma alternativa para o tratamento de efluente de indústria de fecularia. Observa-se que não houve diferença significativa nos tratamentos de 15 e 30 dias para DBO e DQO.

REFERÊNCIAS

- [1]. FREIRE, R. S. Novas tendências para o tratamento de resíduos industriais contendo organocloradas. *Química Nova*. 2000.
- [2]. MARTINS, V. G; KALIL, S. J; COSTA, J. A. V. Co-produção de lipase e biossurfactante em estados sólido para utilização em biorremediação de óleos vegetais e hidrocarbonetos. 2008.
- [3]. MEDEIROS, Rosalina M. L., SABAA SRUR Armando U. O; ROQUETTE Carmen. L; PINTO A. C. Estudo da biomassa de aguapé, para a produção do seu concentrado protéico. Instituto Nacional de Tecnologia – Divisão de Meio Ambiente – RJ, 2009.

ALTERAÇÕES NA QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE CENOURAS MINIMAMENTE PROCESSADAS, COMERCIALIZADAS EM SUPERMERCADOS DE ASSIS/SP

Clarice Ribeiro da Silva SIERRA¹ e Elaine Amorim Soares MENEGON²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) – Assis – SP – Brasil
clarice.sierra@hotmail.com¹, eamorim@femanet.com.br²

A cenoura (*Daucus carota L.*) é uma das principais hortaliças comercializadas no Brasil, na forma minimamente processada. Cortada em palitos, em fatias, cubos ou na forma de minicenouras, é um produto que está na maioria das gôndolas dos supermercados brasileiros. É um alimento funcional, cujo composto bioativo principal, o betacaroteno, apresenta atividade antioxidante e que auxilia na proteção contra diversas doenças, como câncer. A necessidade cada vez maior de agilidade no preparo de alimentos ao mesmo tempo saudáveis e sem desperdício, faz com que os minimamente processados sejam excelentes opções. Contudo, estes alimentos constituem-se de um recinto ecológico completo e dinâmico, composto por muitos microambientes. As etapas de elaboração destes produtos, tais como o corte e o descascamento, e os próprios processos respiratórios dos vegetais, afetam estes microambientes e, conseqüentemente, o desenvolvimento microbiano[1,2]. O objetivo deste trabalho é avaliar, através de análises físico-químicas e microbiológicas, a qualidade e a segurança para o consumo, de cenouras minimamente processadas comercializadas em supermercados na cidade de Assis-SP. Foram adquiridas cenouras minimamente processadas no mercado local de 2 marcas comerciais. As amostras foram analisadas no 6º, 13º, 21º e 29º dia, de acordo com a data de fabricação das embalagens. Foram realizados as análises de pH e acidez, de acordo com IAL 5º ed, e análise de coliformes totais e termotolerantes (técnica do tubos múltiplos) e contagem de bolores e leveduras (plaqueamento em superfície). Os valores de pH e acidez das duas amostras tiveram pouca variação durante as análises, sendo o valor médio para pH e acidez, respectivamente de $6,50 \pm 0,2$ e $2,75\% \pm 0,72$ para a amostra 1 e $6,35 \pm 0,07$ e $2,61\% \pm 0,49$. As duas amostras apresentaram presença de Coliformes Totais e Contagem de Leveduras acima de 10^3 UFC, desde o D0. Não foi encontrado Coliformes Termotolerantes nas amostras. Os resultados indicam que é necessário maior assepsia no processamento destes alimentos.

REFERÊNCIAS

[1]. MORETTI, L.C. (Ed.) *Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças*, Brasília: Embrapa Hortaliças e SEBRAE, 2007.

[2]. CHITARRA, M.I.F. *Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças*. Viçosa, UFV, 2000.

[3]. BRACKETT, R.E., *Alteração Microbiológica e Micro-organismos Patogênicos de Frutas e Hortaliças Refrigeradas Minimamente Processadas*. In: Willey, Robert C. *Frutas e Hortaliças Minimamente Processadas e Refrigeradas*. 1994.